



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	01
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

unicef

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 060/2023

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	09
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	
	unicef

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em 30 de outubro de 2023, procedeu-se a abertura do Processo Administrativo nº 301001/2023, que possui como objeto. contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Com este fim e para constar, eu, **Nara Regina Ferreira da Silva**, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.


São João dos Patos - MA, 30 de outubro de 2023

Nara Regina Ferreira da Silva
Setor de Protocolo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	03
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2



unicef

AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento, autuamos este processo administrativo que originará o processo licitatório nas condições abaixo.

1. Do processo:

1.1. Processo Administrativo nº 301001/2023

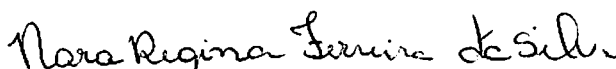
1.2. Requisitante: Secretaria Municipal De Educação.

2. Do objeto:

2.1. Descrição: Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Aos 30 (trinta) dia do mês de outubro do ano de 2023 eu, Nara Regina Ferreira da Silva, Chefe do Setor de Protocolo, autuo o Processo Administrativo nº 301001/2023, que adiante se vê, do que para constar, lavrei o presente termo. Eu, responsável pelo setor de protocolo, o subscrevo.

São João dos Patos - MA, 30 de outubro de 2023


Nara Regina Ferreira da Silva
Setor de Protocolo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	01
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

DESPACHO

Ao Setor de Licitações
Gilvana Noletto Araújo Correa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município
De São João dos Patos/MA

Prezada Senhora

Estamos vindo através do presente, solicitar a Vossa Senhoria que providencie a abertura de processo licitatório para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme exposto no Projeto Básico/Planilhas anexo. Tendo em vista que a implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, pois, prevenir a possível ocorrência de danos decorrentes de instabilidades elétricas.

EM ANEXO

Projeto Básico

Aprovação do Projeto

Informações orçamentarias

São João dos Patos/MA, 31 de outubro de 2023


MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 05
Nº PROC. 301001/2023

R. Pato


unicef

PROJETO BASICO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão
SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA
LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão
BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 E SBC SLZ 10/2023
BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ORÇAMENTO ANALÍTICO

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE	UNIT S/BDI	UNIT C/BDI	TOTAL
1.00 SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.01	103689	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M ²	6,00	R\$ 307,73	R\$ 413,12	R\$ 2.478,72
1.02	16500	SBC	PLACA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE OBRAS	M ²	3,00	R\$ 283,35	R\$ 380,39	R\$ 1.141,17
1.03	CUP 01	PRÓPRIO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS	2,00	R\$ 5.233,55	R\$ 7.025,89	R\$ 14.051,78
1.04	CUP 02	PRÓPRIO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO - AS BUILT	UN	1,00	R\$ 6.358,59	R\$ 8.536,22	R\$ 8.536,22
1.05	INSUMO 01	CREA-MA	ART'S DE EXECUÇÃO	UN	1,00	R\$ 254,59	R\$ 341,78	R\$ 341,78
1.06	CUP 03	PRÓPRIO	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	1,00	R\$ 9.588,02	R\$ 12.871,64	R\$ 12.871,64
2.00 DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES								
2.01	97624	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO	M ²	10,00	R\$ 86,76	R\$ 116,47	R\$ 1.164,70
2.02	100981	SINAPI	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³	M ³	6,00	R\$ 8,91	R\$ 11,96	R\$ 71,76

FOLHA N° 06
N° PROC. 301001/2023
Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

		SINAPI	ATERRO COM SOLO ARGILLO-ARENOSO	M ³	4,00	R\$ 70,82	R\$ 95,07	R\$ 380,28
2.03	94319	SINAPI						
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA							
3.01	102104	SINAPI	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 75 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, IMERSO EM ÓLEO MINERAL	UN	1,00	R\$ 24.685,15	R\$ 33.139,09	R\$ 74.010,70
3.02	3046	ORSE	DESLOCAMENTO DE TRANSFORMADOR DE 15 A 112,50 KVA	UN	1,00	R\$ 719,60	R\$ 966,04	R\$ 966,04
3.03	102110	SINAPI	SUPORTE PARA TRANSFORMADOR	UN	2,00	R\$ 202,60	R\$ 271,98	R\$ 543,96
3.04	CUP 04	SINAPI	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN	1,00	R\$ 1.777,86	R\$ 2.386,72	R\$ 2.386,72
3.05	3053	ORSE	DESLOCAMENTO DE POSTE DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN	1,00	R\$ 484,48	R\$ 650,40	R\$ 650,40
3.06	100612	SINAPI	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO C/ 11 M, CARGA NOMINAL DE 600 DAN (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).	UN	1,00	R\$ 951,05	R\$ 1.276,76	R\$ 1.276,76
3.07	CUP 05	PRÓPRIO	ESTRUTURA DE MÉDIA TENSÃO 13.8 KV	UN	1,00	R\$ 2.097,86	R\$ 2.816,32	R\$ 2.816,32
3.08	101547	SINAPI	ISOLADOR, TIPO DISCO, PARA TENSÃO 15 KV	UN	3,00	R\$ 138,95	R\$ 186,54	R\$ 559,62
3.09	CUP 06	PRÓPRIO	MEDIÇÃO TRIFÁSICA PARA TRANSFORMADOR DE 75 KVA	UN	1,00	R\$ 2.778,06	R\$ 3.729,46	R\$ 3.729,46
3.10	12853	ORSE	SUPORTE PARA INSTALAÇÃO DOS TRANSFORMADORES DE MEDIÇÃO (03 TP'S E 03 TC'S) - PADRAO DA CONCESSIONÁRIA	UN	1,00	R\$ 1.292,72	R\$ 1.735,44	R\$ 1.735,44
3.11	2858	ORSE	CHAVE FUSIVEL UNIPOLAR, 15KV - 100A	UN	3,00	R\$ 390,00	R\$ 523,56	R\$ 1.570,68
3.12	CUP 07	PRÓPRIO	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN	3,00	R\$ 340,53	R\$ 457,15	R\$ 1.371,45
3.13	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 35 MM ² , 0,6/1,0 KV	M	50,00	R\$ 34,28	R\$ 46,02	R\$ 2.301,00
3.14	3339	ORSE	ELO FUSIVEL TIPO 8 K	UN	3,00	R\$ 13,40	R\$ 17,99	R\$ 53,97
3.15	101553	SINAPI	ALÇA PREFORMADA DE DISTRIBUIÇÃO AWG 1	UN	3,00	R\$ 15,69	R\$ 21,06	R\$ 63,18



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8



3.16	9392	ORSE	CABO DE COBRE NU 35,0 MM ²	M	50,00	R\$ 94,33	R\$ 126,64	R\$ 6.332,00
3.17	12876	ORSE	PARA RAIOS POLIMÉRICO 12 KA	UN	3,00	R\$ 216,23	R\$ 290,28	R\$ 870,84
3.18	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SFDA	UN	5,00	R\$ 95,71	R\$ 128,49	R\$ 642,45
3.19	824	ORSE	PARA RAIOS PARA BAIXA TENSÃO	UN	1,00	R\$ 712,52	R\$ 956,54	R\$ 956,54
3.20	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 125 A	UN	1,00	R\$ 398,47	R\$ 534,93	R\$ 534,93
3.21	98111	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO INTERNO = 0,30 M.	UN	1,00	R\$ 52,14	R\$ 70,00	R\$ 70,00
3.22	93010	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 75 MM (2 1/2")	M	25,00	R\$ 34,36	R\$ 46,13	R\$ 1.153,25
3.23	93022	SINAPI	CURVA 90° P/ ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 20 MM (2 1/2")	UN	2,00	R\$ 48,28	R\$ 64,81	R\$ 129,62
3.24	2480	ORSE	RASGO EM CONCRETO PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO	UN	25,00	R\$ 13,66	R\$ 18,34	R\$ 458,50
3.25	7820	ORSE	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO 2 1/2" X 3,00 M	UN	2,00	R\$ 403,58	R\$ 541,79	R\$ 1.083,58
3.26	12617	ORSE	CURVA P/ ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO = 2 1/2"	UN	2,00	R\$ 56,37	R\$ 75,68	R\$ 151,36
3.27	9973	ORSE	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO 3/4" X 3,00 M	UN	2,00	R\$ 109,48	R\$ 146,97	R\$ 293,94
3.28	101636	SINAPI	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPRIMENTO DE 1,50 M	UN	1,00	R\$ 146,95	R\$ 197,28	R\$ 197,28
3.29	101663	SINAPI	ABRACADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS	UN	1,00	R\$ 24,95	R\$ 33,49	R\$ 33,49
3.30	101657	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W	UN	1,00	R\$ 600,89	R\$ 806,68	R\$ 806,68
3.31	101632	SINAPI	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO	UN	1,00	R\$ 38,15	R\$ 51,22	R\$ 51,22
3.32	CUP 08	PRÓPRIO	MURETA P/ QUADRO ELÉTRICO EM ALVENARIA	UN	1,00	R\$ 5.274,55	R\$ 7.080,93	R\$ 7.080,93
4.00 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA								
4.01	101881	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN	UN	1,00	R\$ 883,85	R\$ 1.186,54	R\$ 6.792,27
4.02	11130	ORSE	CHUMBAMENTO DE QUADRO ELÉTRICO DE EMBUTIR	UN	1,00	R\$ 47,91	R\$ 64,32	R\$ 64,32
4.03	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 100 A	UN	1,00	R\$ 391,48	R\$ 525,55	R\$ 525,55

FOLHA N° 18
N° PROC. 301001/2003
Rubrica [assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

4.04	93010	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 75 MM (2 1/2")	M	12,00	R\$ 34,36	R\$ 46,13	R\$ 553,56
4.05	2477	ORSE	RASGO EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO	M	12,00	R\$ 9,05	R\$ 12,15	R\$ 145,80
4.06	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM ² , 0,6/1,0 KV	M	25,00	R\$ 34,28	R\$ 46,02	R\$ 1.150,50
4.07	9392	ORSE	CABO DE COBRE NU 35,0 MM ²	M	25,00	R\$ 94,33	R\$ 126,64	R\$ 3.166,00

TOTAL GERAL R\$ 121.841,02

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS

FOLHA N°	09
N° PROC.	301001/2023
	Rubens



FOLHA N° 10
N° PROC. 304001/2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ORÇAMENTO RESUMIDO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL	%
1.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.421,31	32,35%
2.00	DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES	R\$ 1.616,74	1,33%
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA	R\$ 74.010,70	60,74%
4.00	DISTRUBUIÇÃO DE ENERGIA	R\$ 6.792,27	5,57%
TOTAL GERAL		R\$ 121.841,02	100,00%

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA Nº	11
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL	%	PRAZO EM DIAS	
				30	60
1.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.421,31	32,35%	45,00%	55,00%
				R\$ 17.739,59	R\$ 21.681,72
2.00	DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES	R\$ 1.616,74	1,33%	100,00%	
				R\$ 1.616,74	
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA	R\$ 74.010,70	60,74%	57,00%	43,00%
				R\$ 42.186,10	R\$ 31.824,60
3.00	DISTRUBUIÇÃO DE ENERGIA	R\$ 6.792,27	5,57%		100,00%
					R\$ 6.792,27
TOTAL GERAL		R\$ 121.841,02	100,00%		

VALORES TOTAIS R\$	PARCIAL	R\$ 61.542,43	R\$ 60.298,59
	ACUMULADO	R\$ 61.542,43	R\$ 121.841,02
VALORES TOTAIS %	PARCIAL	50,51%	49,49%
	ACUMULADO	50,51%	100,00%

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS



FOLHA Nº	18
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

COMPOSIÇÃO DE BDI (%)

$$BDI = (1 + AC + S + G + R + I) \times (1 + DF) \times (1 + LB) + (1 - T) - 1$$

Onde:

I = Tributos

AC = Administração Central

DF = Despesas Financeiras

R + I = Riscos e Imprevistos

LB = Lucro Bruto

S + G = Seguros e Garantias

A parcela T (tributos) deverá considerar os valores de PIS, COFINS, ISSQN e CPRB. A provisão para pagamento do IRPJ e CSLL deverá estar embutida no lucro bruto.

No caso deste orçamento, foram adotados os seguintes valores, que conduziram a uma taxa de BDI de 34,25%, conforme memória de cálculo abaixo

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	(%)
GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
A-1	Administração Central	7,93%
	TOTAL =	7,93%
GRUPO B	LUCRO	
B-1	Lucro Bruto	8,00%
	TOTAL =	8,00%
GRUPO C	IMPOSTOS	
C-1	PIS	0,65%
C-2	COFINS	3,00%
C-3	ISSQN	2,00%



FOLHA N°	13
N° PROC.	301001/2003
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

C-4	CPRB		4,50%
		TOTAL =	10,15%
GRUPO D	DIVERSOS		
D-1	Despesas Financeiras		1,11%
D-2	Riscos e Imprevistos		1,97%
D-3	Seguros e Garantias		0,56%
		TOTAL =	3,64%
		BDI =	34,25%

LIMITES DE TAXAS INTEGRANTES DA COMPOSIÇÃO DE BDI PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

ITEM COMPONENTE	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Seguros e Garantias	0,25%	0,51%	0,56%
Riscos e Imprevistos	1,00%	1,48%	1,97%
Despesas Financeiras	1,01%	1,07%	1,11%
Administração Central	5,29%	5,92%	7,93%
Lucro Bruto	8,00%	8,31%	9,51%

Foi definido em 50,0% do valor da planilha orçamentária como base de cálculo para aplicar a alíquota de 4,00% do ISSQN, o que leva a um valor de 2,00%, para o ISSQN na planilha de composição do BDI



FOLHA N°	34
N° PROC.	305001/2023
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS SOBRE A MÃO DE OBRA (DEZEMBRO 2022)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	0,00%
B2	Feriados	3,95%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,50%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	11,11%	8,45%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	Total	47,22%	18,16%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,15%	2,40%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,61%	1,99%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	15
N° PROC.	301005/2023
Rubrica	

C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%
C	Total	10,80%	8,22%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,41%	3,23%
D2	Reincidência de Grupo A sobre o aviso prévio trabalhado e reincidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,38%	0,29%
D	Total	8,79%	3,52%
TOTAL(A+B+C+D)		84,61%	47,70%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão
SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA
LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão
BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 E SBC SLZ 10/2023
BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

COMPOSIÇÕES

CUP	DESCRIÇÃO	MÊS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CUP 01	PRÓPRIO ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA				
91677	SINAPI ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 102,37	R\$ 5.233,55
90776	SINAPI ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 27,07	R\$ 1.535,55
88326	SINAPI VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 21,55	R\$ 812,10
100309	SINAPI TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,00	R\$ 39,47	R\$ 646,50
90767	SINAPI APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 29,18	R\$ 789,40
90766	SINAPI ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 28,73	R\$ 875,40
					R\$ 574,60
CUP 02	PRÓPRIO ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO				
1128127	ORSE PROJETO DE SUBESTAÇÃO	UN	1,00	R\$ 6.074,00	R\$ 6.358,59
14025	SBC CÓPIA DE PROJETOS POR PLOTAGEM ELETRONICA	UN	2,00	R\$ 15,00	R\$ 6.074,00
INSUMO 01	CREA-MA ART DE PROJETO	UN	1,00	R\$ 254,59	R\$ 30,00
					R\$ 254,59
CUP 03	PRÓPRIO MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS				
		MÊS			R\$ 9.588,02

FOLHA Nº 16
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

5928	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV	CHP	20,00	R\$ 268,57	R\$ 5.371,40
5930	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV	CHI	3,00	R\$ 69,56	R\$ 208,68
92138	SINAPI	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4	CHP	40,00	R\$ 93,78	R\$ 3.751,20
92139	SINAPI	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4	CHI	6,00	R\$ 42,79	R\$ 256,74
CUP 04	PRÓPRIO	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN			R\$ 2.071,44
93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M.	M ³	0,60	R\$ 68,79	R\$ 41,27
94975	SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL.	M ³	0,50	R\$ 446,95	R\$ 223,48
103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. A	M ³	0,50	R\$ 240,12	R\$ 120,06
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	R\$ 14,47	R\$ 43,41
00041204	SINAPI	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 11,00 M, RESISTENCIA DE 600 DAN, TIPO B	UN	1,00	R\$ 1.643,22	R\$ 1.643,22
CUP 05	PRÓPRIO	ESTRUTURA DE MÉDIA TENSÃO 13.8 KV	UN			R\$ 2.012,99
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 19,70	R\$ 295,50
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 24,55	R\$ 368,25

FOLHA N° 17
N° PROC. 3010042022

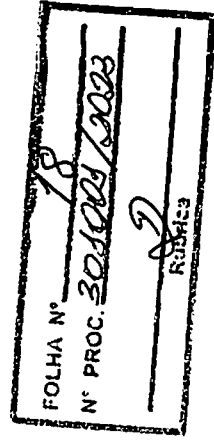
Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8



00000379	SINAPI	ARRUELA QUADRADA EM AÇO GALVANIZADO, DIMENSAO = 38 MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18 MM	UN	64,00	R\$ 1,57	R\$ 100,48
00000437	SINAPI	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 400 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA DUPLA	UN	3,00	R\$ 30,97	R\$ 92,91
00000402	SINAPI	GANCHO OLHAL EM AÇO GALVANIZADO, ESPESSURA 16MM, ABERTURA 21MM	UN	3,00	R\$ 15,69	R\$ 47,07
00000442	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 45 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABAULADA	UN	4,00	R\$ 7,83	R\$ 31,32
00002528	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 2 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	1,00	R\$ 20,78	R\$ 20,78
00039214	SINAPI	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 2 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 3,32	R\$ 3,32
00004337	SINAPI	PORCA ZINCADA, QUADRADA, DIAMETRO 5/8"	UN	4,00	R\$ 2,87	R\$ 11,48
2520	ORSE	Conector cunha p/c 1/0 c/ 1/0 awg a1	UN	3,00	R\$ 13,75	R\$ 41,25
00007581	SINAPI	SAPATILHA EM AÇO GALVANIZADO P/ CABOS COM DIAMETRO NOMINAL ATE 5/8"	UN	3,00	R\$ 4,45	R\$ 13,35
00001580	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12	UN	6,00	R\$ 6,91	R\$ 41,46
00001578	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 50 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	6,00	R\$ 4,50	R\$ 27,00
INSUMO 01	PRÓPRIO	CONECTOR GUT "U" 5/8" X 1/4" 16 - 70 MM2	UN	5,00	R\$ 28,90	R\$ 144,50
INSUMO 02	PRÓPRIO	BUCHA DE ALUMINIO P/ ELETRODUTO FG 2 1/2"	UN	1,00	R\$ 7,45	R\$ 7,45
INSUMO 03	PRÓPRIO	CONECTOR KS 70,00 MM2	UN	2,00	R\$ 23,35	R\$ 46,70
INSUMO 04	PRÓPRIO	FITA DE AÇO INOX 430 0,50 X 3/4" (ROLO 25 M)	UN	1,00	R\$ 115,00	R\$ 115,00
INSUMO 05	PRÓPRIO	FECHO DENTATO DE AÇO INOX 430 X 3/4"	UN	6,00	R\$ 0,95	R\$ 5,70
00043130	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	1,00	R\$ 17,00	R\$ 17,00





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8



00001091	SINAPI	ARMACAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO E 1 ISOLADOR	UN	1,00	R\$ 33,78	R\$ 33,78
10620	ORSE	Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestido com material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-95/35-95MM	UN	3,00	R\$ 2,42	R\$ 7,26
00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	2,00	R\$ 10,58	R\$ 21,16
00000404	SINAPI	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO)	M	4,00	R\$ 1,44	R\$ 5,76
655	ORSE	Conector ampactinho tipo VII vermelho / br 444.033-2	UN	1,00	R\$ 8,76	R\$ 8,76
9720	ORSE	Conector cabo-haste em bronze natural para 2 cabos cobre de 16mm ² a 70mm ² com grampo "U" e porcas de aço galv.Ref:TEL-580 ou similar	UN	5,00	R\$ 61,55	R\$ 307,75
4634	ORSE	Braço tipo C 15 kv	UN	1,00	R\$ 198,00	R\$ 198,00
CUP 06	PRÓPRIO	MEDICAO TRIFÁSICA EM BAIXA TENSÃO PI TRANSFORMADOR DE 75 KVA	UN			R\$ 2.778,06
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,00	R\$ 19,70	R\$ 118,20
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,00	R\$ 24,55	R\$ 147,30
39893	SINAPI	CAIXA DE PROTECAO EXTERNA PARA MEDIDOR HOROSAZONAL, DE BAIXA TENSÃO, COM MODULO, EM CHAPA DE ACO	UN	1,00	R\$ 2.512,56	R\$ 2.512,56
CUP 07	PRÓPRIO	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN			R\$ 340,53
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,50	R\$ 24,55	R\$ 36,83
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	R\$ 19,70	R\$ 19,70
3542	ORSE	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN	1,00	R\$ 284,00	R\$ 284,00
CUP 08	PRÓPRIO	MURETA PI QUADRO ELÉTRICO EM ALVENARIA	UN			R\$ 5.274,55

FOLHA N°	19
N° PROC.	2019/1003
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 17,39	R\$ 695,60
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 22,51	R\$ 900,40
88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 22,35	R\$ 178,80
88238	SINAPI	AJUDANTE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 17,38	R\$ 139,04
88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 22,17	R\$ 177,36
88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 17,94	R\$ 143,52
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 24,61	R\$ 196,88
100301	SINAPI	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 19,89	R\$ 159,12
43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	10,00	R\$ 17,00	R\$ 170,00
367	SINAPI	AREIA GROSSA	M ³	2,00	R\$ 70,91	R\$ 141,82
32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	50,00	R\$ 8,78	R\$ 439,00
1347	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA (MADEIRITE PLASTIFICADO) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 x 1100 MM, E = 12 MM	M ²	2,20	R\$ 76,04	R\$ 167,29
7267	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS NA HORIZONTAL, 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	UN	1.000,00	R\$ 0,75	R\$ 750,00
1379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	500,00	R\$ 0,84	R\$ 420,00
2692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA	L	1,00	R\$ 9,33	R\$ 9,33
4720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM)	M ³	1,00	R\$ 94,71	R\$ 94,71
5075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	1,00	R\$ 19,68	R\$ 19,68
38383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	10,00	R\$ 1,86	R\$ 18,60
6085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	20,00	R\$ 10,85	R\$ 217,00
35683	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	20,00	R\$ 11,82	R\$ 236,40

FOLHA N°	88
N° PROC.	308.001/2023
Rubrica	



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20230700381

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

FOLHA N° <u>91</u>
N° PROC. <u>301001/2023</u>
<u>Rubrica</u>

1. Responsável Técnico
TARCISO CARVALHO SILVA
Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: 1913648044
Registro: 15891P1

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS** CPF/CNPJ: 08.089.868/0001-33
AVENIDA AV. GETÚLIO VARGAS Nº: 135
 Complemento: **Bairro: CENTRO**
Cidade: SÃO JOÃO DOS PATOS UF: MA CEP: 65665000

Contrato: **Não especificado** Celebrado em: **01/09/2023**
 Valor: **R\$ 7.920,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
 Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA GONÇALVES MOREIRA Nº: **8/Nº**
 Complemento: **ESCOLA MUNICIPAL EDUARDO COELHO MENDES** Bairro: **CENTRO**
Cidade: SÃO JOÃO DOS PATOS UF: **MA** CEP: **65665000**
 Data de início: **01/09/2023** Previsão de término: **31/12/2023** Coordenadas Geográficas: **-8.588204, -43.703124**
 Finalidade: **Infraestrutura** Código: **Não Especificado**
 Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS** CPF/CNPJ: **08.089.868/0001-33**

4. Atividade Técnica

Atividade	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
82 - Projeto de instalações > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #11.9.17.1 - AÉREA DE ENERGIA ELÉTRICA	75,00	kVA
16 - Fiscalização		
60 - Fiscalização da obra > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #11.9.17.1 - AÉREA DE ENERGIA ELÉTRICA	75,00	kVA

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações
PROTEJO E FISCALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE 75 KVA

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 6296/2004.
- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade da Classe
CLUBE DE ENGENHARIA DO MA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

TARCISO CARVALHO SILVA - CPF: 028.816.913-58

 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - CNPJ:
 08.089.868/0001-33

9. Informações
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor
Valor da ART: **R\$ 86,82** Registrada em: **24/10/2023** Valor pago: **R\$ 86,82** Nosso Número: **8365043297**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ma.artex.com.br/publico/>, com a chave: 38479
 Impresso em: 25/10/2023 às 05:51:53 por: ip: 192.168.100.1





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 29
Nº PROC. 2023/0001/2023



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	23
N° PROC.	301001/20
Rubrica	2

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - APRESENTAÇÃO:

O presente memorial é descritivo e tem por finalidade descrever as principais características técnicas do projeto elétrico destinado a implantação de uma subestação aérea trifásica de 75 kVA em poste simples com medição em abrigo e tarifação convencional A4 (Poder Público), de propriedade da Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão e com atividade voltada para a Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes e endereço na Rua Gonçalves Moreira, s/n°, Bairro Centro, CEP 65.665-000, município de São João dos Patos, Estado do Maranhão. O desenvolvimento do projeto se deu em conformidade com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e da concessionária local de distribuição de energia e a leitura deste memorial é obrigatória por parte do responsável pela execução dos serviços, por ser este um complemento do projeto.

2 - ENTRADA DE ENERGIA:

A tomada de energia, para atendimento da nova subestação, será trifásica em condutores 3#2AWG/13,8 kV e derivará de rede de trifásica da concessionária EQUATORIAL a ser construída, conforme croqui de localização. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser de comprovada qualidade, especificados pela ABNT e serem adquiridos de fornecedores cadastrados na EQUATORIAL, com o objetivo único de garantir o perfeito funcionamento, durabilidade, confiabilidade, acabamento e segurança do mesmo e a execução dos trabalhos deverá obedecer aos preceitos da boa técnica e de segurança, critérios estes que prevalecerão em quaisquer casos omissos que possam existir no projeto ou nas especificações dos materiais, de modo a não originar dúvidas que porventura possam existir durante o processo.

3. SUBESTAÇÃO:

As estruturas de derivação e da nova subestação serão do tipo PN3(1). Na cruzeta da subestação serão instalados, para a proteção do sistema contra sobretensão ou descargas atmosférica, 3 (três) para-raios de distribuição, poliméricos sem centelhador, 21 KV, 10 kA, em sistema de neutro aterrado. Na cruzeta de derivação serão instaladas as três chaves fusíveis, classe 25 kV, base C com elos tipo H de 5A. O poste de sustentação do TR será circular com altura de 11 metros e capacidade para 600 daN.

4. TRANSFORMADOR:

A carga total do sistema será atendida através de 01 (um) transformador de distribuição, trifásico, ligação delta-estrela aterrado, tensões primárias 13.800/13.200/12.600 V e tensão secundária 380/220 V, potência nominal 75 kVA, NBR 5440/87, com alças de suspensão, que será protegido por chaves fusíveis desligadoras base C, 100A com elos fusíveis tipo H.

5. CONDUTORES:

De MT (ramal de ligação): será em cabos de alumínio nu sem alma de aço (CA) e bitola 3#2AWG, com tensão nominal de operação de 23,1kV e neutro de interligação em cabo de alumínio 2AWG-CA em uma extensão aproximada de 20 m. De BT (secundário do TR): do secundário do transformador partirão até a caixa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	30000/2008
N° PROC.	30000/2008
Rubrica	

de medição e proteção geral localizada no abrigo de medição e acondicionados em 1 (um) eletroduto do tipo PVC rígido, bitola 4" já existente no local, 4 (quatro) condutores, sendo 1 (um) por fase na cor preta, 1 (um) por fase na cor vermelha, 1 (um) por fase na cor cinza ou branco e 1 (um) para o neutro na cor azul claro, todos com isolamento em XLPE, temp. do condutor 90°C, flexíveis, unipolares, isolamento 0,6/1 kV e bitola 70mm². A partir do disjuntor de proteção geral do sistema, que estará localizado no abrigo de medição, até o quadro de geral de distribuição (QGD) existente no interior ETE, os condutores de BT seguirão – com as mesmas características: 4#70mm² - XLPE – 0,6/1 kV acondicionados em 1 eletroduto do tipo PVC corrugado, bitola 4" na extensão que ficará subterrânea até o QGD. Os condutores de baixa tensão deverão ser marcados, em ambas as extremidades, na mesma seqüência de fases da rede EQUATORIAL, através de anilhas ou fitas plásticas. Serão utilizados nas extremidades dos condutores de baixa tensão conectores do tipo terminal TM para a conexão dos mesmos junto ao transformador, TCs e disjuntores.

6. ABRIGO DE MEDIÇÃO E ENTRADA DE ENERGIA:

O sistema de medição já existentes, é composto por uma caixa de medição do tipo HS para alojamento do medidor, uma caixa de medição do tipo TC-1 para alojamento dos transformadores de corrente e uma caixa para alojamento da proteção geral do sistema, metálica, com dimensões 55x68x25cm e estarão embutidos em abrigo de alvenaria com as tubulações de estrada de energia existentes no local, será instalado somente o poste de sustentação e subestação de 75 kVA.

7. PROTEÇÃO GERAL:

Será instalado um disjuntor trifásico, industrial, do tipo CA, capacidade de interrupção 10 kA, corrente nominal 125A, dimensionado de acordo com a demanda provável do sistema.

8. ATERRAMENTOS:

Para o aterramento do neutro e da carcaça do transformador deverá utilizado cabo de cobre nu, meio duro, 07 fios, bitola 35 mm² e para o aterramento dos para-raios e das partes metálicas da medição deverá utilizado cabo de cobre nu, meio duro, 07 fios, bitola 35 mm². A malha de aterramento deverá ser feita conforme configuração constante no ANEXO XI do ADENDO 02 da NT-01/At de ago/2005 com a utilização de cabo de cobre nu, meio duro, bitola 50 mm² e composta de no mínimo 05 (cinco) hastes do tipo cooperweld 5/8 "x 2400 mm. A resistência máxima de terra não poderá ser superior a 10 ohms em qualquer época do ano descidas dos aterramentos deverão ser interligadas ao nível do solo. O ponto de conexão haste/cabo das malhas de aterramento deverá ser feito através de conector apropriado e também ser acessível à inspeção através da caixa de inspeção existente, em concreto tipo cilíndrica com diâmetro interno nominal de 250 mm e profundidade 400 mm, com tampa de concreto armado e alça retrátil.

9. CAIXAS DE PASSAGEM E INSPEÇÃO:

A caixa de passagem e de inspeção do aterramento serão do tipo em alvenaria com dimensões conforme projeto. A caixa de passagem local

10. DADOS DE CARGA:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	95
N° PROC.	30100512023
Rubrica	

As cargas a serem instaladas ao sistema serão compostas basicamente de iluminação, tomadas e motores.

11. FATOR DE POTÊNCIA:

Deverão ser tomadas as providências necessárias pelo proprietário para que o fator de potência médio da instalação fique, após a instalação das cargas, dentro dos parâmetros estabelecidos pela EQUATORIAL, ou seja, no mínimo 92 %.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Todas as alterações efetuadas na instalação do sistema, quando de sua execução, em desacordo com o projeto e sem a aquiescência do projetista serão de inteira responsabilidade do proprietário, eximindo-se o autor de qualquer ônus que possam existir pelo fato. Após a energização da subestação, somente poderão dar manutenção preventiva ou corretiva no sistema elétrico da empresa trabalhadores autorizados, conforme item 10.8.7 da NR-10, sendo que os mesmos deverão estar devidamente protegidos através do uso obrigatório de EPs, dentre os quais se incluem: luvas de borracha para baixa tensão, botinas de electricista, uniforme, capacete de electricista, óculos de proteção. Deverá ser observado pelo trabalhador autorizado, quando da ocorrência de alguma anormalidade nas instalações elétricas da empresa e que venham a desligar o disjuntor geral da instalação, a posição da alavanca do mesmo, para ter uma noção inicial sobre o que pode ter ocorrido (sobrecarga no sistema, curto-circuito, etc). Quando for necessário efetuar manutenção no sistema elétrico da empresa, cuidar para que apenas ferramentas e equipamentos elétricos compatíveis com a atividade a ser desenvolvida sejam utilizados, conforme item 10.4.3 da NR-10 Todo e qualquer ferramental que possa a ser utilizado na manutenção elétrica, deverá estar com as suas condições isolantes em boas condições e com laudos de inspeção e testes atualizados e válidos, conforme item 10.4.3.1 da NR-10. A instalação elétrica, após a sua energização, deverá ser mantida em condições seguras de funcionamento, realizando inspeções periódicas na mesma, conforme item 10.4.4 da NR-10. Realizar inspeções e medições periódicas na malha de aterramento da subestação de energia elétrica (no mínimo 2 vezes ao ano). No caso de se encontrar valores acima de 10 ohms, realizar tratamento do solo ou aumentar o nº de hastes de cobre na malha. Não permitir que os locais dos serviços elétricos, compartimentos e invólucros de equipamentos sejam utilizados para armazenamento de ou guarda de quaisquer outros objetos, conforme item 10.4.4.1 da NR-10



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 07
Nº PROC. 20100562003
Rubrica 2



AUTORIZAÇÃO DO PROJETO BASICO

Á vista das informações contidas nestes autos e com observância as normas vigentes **APROVOS** o presente Projeto Básico elaborado pelo Setor de Engenharia do Município, que tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme exposto no projeto básico e planilhas em anexo, e **AUTORIZO** a continuidade dos tramites legais para realização do procedimento licitatório.

São João dos Patos/MA, 31 de outubro de 2023



MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	28
Nº PROC.	301005/2023
Rubrica	2

unicef

Ao
Setor de Contabilidade
Prefeitura Municipal de São João dos Patos / MA

ASSUNTO: Solicitação de Dotação Orçamentaria

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Solicito informação sobre a existência de dotação orçamentaria para procedermos a continuidade do processo licitatório, conforme documentos constantes nos autos.

São João dos Patos - MA, 01 de novembro de 2023.



MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 29
Nº PROC. 3010216/2023
Rubrica



Ào Senhor
MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de São João dos Patos


Venho através deste, informar que o objeto do Processo Licitatório pretendido, que trata da Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, está devidamente previsto no orçamento anual desta Prefeitura Municipal, para o exercício financeiro de 2023, com a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO
0205 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 – EDUCAÇÃO
12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
12 361 0003 – GESTÃO ADMINISTRATIVA
12 361 0003 1002 0000 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
4 4 90 52 00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1 500 00 200 001 – MDE.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de elevada estima e consideração.

São João dos Patos - MA, 03 de novembro de 2023.

Atenciosamente,



Thiago Vigiens Araújo Silva Pereira
CRC: 011110/0-3
Contador do Município



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	30
Nº PROC.	301005/2023
Rubrica	

DECLARAÇÃO SOBRE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCIEIRO

Declaro, para fins no inciso I do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, Lei de responsabilidade Fiscal, a estimativa de impacto orçamentário – financeiro da Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, tem índice de comprometimento orçamentaria – financeiro de 100% nos elementos de despesa.

São João dos Patos - MA, 03 de novembro de 2023.

Thiago Vinicius Araújo Silva Pereira
CRC: 011110/0-3
Contador do Município



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	31
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2
unicef	

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA**, Secretária Municipal de Educação, na qualidade do ordenador de despesas, **DECLARO**, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a Lei 8.666/93, está incluída no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2023.

02 – PODER EXECUTIVO
0205 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 – EDUCAÇÃO
12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
12 361 0003 – GESTÃO ADMINISTRATIVA
12 361 0003 1002 0000 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
4 4 90 52 00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1 500 00 200 001 – MDE


São João dos Patos - MA, 06 de novembro de 2023.



MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
-Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	29
Nº PROC.	301006/2023
Rubrica	
	

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA


Na qualidade de ordenador de despesas, declaro, para os efeitos dos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade Fiscal), que a despesa relativa a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, possui adequação orçamentaria e financeiro com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) a compatibilidade com o plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO), sendo que a mesma não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro 2023.

São João dos Patos - MA, 06 de novembro de 2023.


MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA N°	33
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	2
	

AUTORIZAÇÃO

Eu, **MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA**, Secretária Municipal de Educação de São João dos Patos - MA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO a solicitação de despesa, em que justificadamente, solicita autorização abertura de processo licitatório para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO que a presente aquisição se justifica face à necessidade dos produtos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO a importância da contratação de empresa capacitada que atenda às necessidades solicitadas no referido pedido;

CONSIDERANDO que a modalidade de licitação é a forma específica de conduzir o procedimento licitatório;

CONSIDERANDO que a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, constitui a legislação básica sobre licitações para a Educação Pública, ratificando o que determina a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI;

CONSIDERANDO que o procedimento de licitação objetiva permitir que em face ao interesse público presente na necessidade de atender famílias de baixa renda do município, as quais não ostentam condições de arcar com os custos de um funeral digno para seus entes queridos falecidos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia;

CONSIDERANDO, portanto, que a licitação objetiva garantir observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Educação, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao Certame do maior número possível de concorrentes;

CONSIDERANDO que a opção de Menor Preço por Item, não representa qualquer ofensa ao princípio da legalidade, uma vez que não há um dever legal para ser obedecido, tampouco uma obrigatoriedade a ser seguida pela Educação;

CONSIDERANDO, finalmente, a própria conveniência pública e administrativa,

1-ACOLHO a Solicitação de Despesa, acima referenciado, em suas justificativas e solicitação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	34
Nº PROC.	30100562023
Rubrica	

2-AUTORIZA o Setor de Licitações a viabilizar a emissão de licitação na modalidade Pregão Eletrônico do objeto solicitado.

3-ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para providências imediatas.

4-CUMPRA-SE, dando ciência.

São João dos Patos/MA, 06 de novembro de 2023.


MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br

FOLHA N°	35
N° PROC.	30100/2021
LIT. Cablles	

Portaria nº 002/2021 - Gabinete do Prefeito

O Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal e pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município.


RESOLVE:

I - Nomear a senhora Marianna Lyra da Rocha Santos Teixeira, inscrita no CPF sob nº 986.676.024-34, e portadora do RG 3.315.608, SSP/PI, para o Cargo de Secretária Municipal de Educação.

II - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão aos 04 de janeiro de 2021.


Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Art. 1º - Ficam revogadas todas as portarias de nomeação para funções de confiança, cargos de provimento em comissão e contratos temporários admitidos sob regime da CLT.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, aos 04 de janeiro de 2021.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 08461d4e5a492ab9d88bdd3b2acfbb1a

PORTARIA Nº 001/2021**Portaria nº 001/2021 - Gabinete do Prefeito**

O Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal e pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I - Nomear a senhora **Thuany Costa de Sá Gomes**, inscrita no CPF sob nº 038.921.083-82 e portadora do RG 0311460720061, SSP/MA, para o Cargo de Secretária Municipal de Administração.

II - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão aos 04 de janeiro de 2021.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: e51fcfc7249dc053a28c0b9eccc0e3f3

PORTARIA Nº 002/2021**Portaria nº 002/2021 - Gabinete do Prefeito**

O Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal e pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I - Nomear a senhora **Marianna Lyra da Rocha Santos Teixeira**, inscrita no CPF sob nº 986.676.024-34, e portadora do RG 3.315.608, SSP/PI, para o Cargo de Secretária Municipal de Educação.

II - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão aos 04 de janeiro de 2021.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

POLINA Nº	301001/2021
Nº PROC.	301001/2021
Publicado por:	LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador:	46978f850ed610d88dca4486e883dc

PORTARIA Nº 003/2021**Portaria nº 003/2021 - Gabinete do Prefeito**

O Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal e pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I - Nomear o senhor **Paulo Paraguassu Mousinho Lima**, inscrito no CPF sob nº 236.553.133-49 e portador do RG 000070164597-0, SSP/MA, para o Cargo de Chefe de Gabinete.

II - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão aos 04 de janeiro de 2021.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 392932f863f13398ee15ce6dd96d510e

PORTARIA Nº 004/2021**Portaria nº 004/2021 - Gabinete do Prefeito**

O Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal e pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I - Nomear o senhor **Geovany Carvalho Noieto e Silva**, inscrito no CPF sob nº 763.603.423-91 e portador do RG 1650056, SSP/MA, para o Cargo de Secretário Municipal de Agricultura.

II - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, aos 04 de janeiro de 2021.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 75cb58bf5b354defe9d11b7d0969d2f7

PORTARIA Nº 005/2021**Portaria nº 005/2021 - Gabinete do Prefeito**



FOLHA Nº	37
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	<i>[Handwritten Signature]</i>



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

À Assessoria Jurídica
Prefeitura Municipal de São João dos Patos- MA

Senhor Assessor/Procurador,

Estamos encaminhando em anexo os autos do Processo Administrativo nº 301001/2023, para exame e aprovação, da Minuta do Edital e Contrato tendo como objeto a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com o disposto no Decreto Federal nº 10.024/19, regulamentada pela Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

São João dos Patos- MA, 06 de novembro de 2023.

[Handwritten Signature]
MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação

RECEBIDO EM: 06 / 11 / 2023

[Handwritten Signature]
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	37
Nº PROC.	301021/2023
Rubrica	2

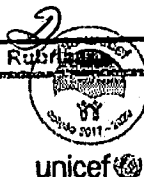


MINUTA DO EDITAL



ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 39
 Nº PROC. 30100162023



EDITAL DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº XXXXXX/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023

Objeto:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO DE EXECUÇÃO

02 (dois) meses.

VALOR

R\$ XXX.XXX,XX
(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Data da Abertura: XX de novembro de 2023.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 40
Nº PROC. 301001/2023



Processo Administrativo nº XXXXXX/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXX/2023
TIPO: Menor Preço GLOBAL
DATA: XX/XX/XXXX
ABERTURA: 10:00 HORAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023

PREÂMBULO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS, Estado do Maranhão, torna publico para conhecimento dos interessados que no dia XX de XXXX de 2023, a partir das 10:00:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de São João dos Patos à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento Menor Preço GLOBAL, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.001, de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal 7.892/13, alterado pelo Decreto Federal nº 9.400/13, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DO SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:

Sistema Eletrônico Utilizado: BR CONECT

Endereço Eletrônico: <https://www.comprassaojoaodospatosma.com.br>

Impugnações: Até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão

Esclarecimentos: Até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão, para o endereço: www.comprassaojoaodospatosma.com.br ou no e-mail da CPL: E-mail: cplsipma@gmail.com

MODO DE DISPONIBILIDADE: ABERTO

DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

A partir do dia 14 de novembro de 2023, até às 09:55:00 (nove horas, cinquenta e cinco minutos) do dia XX de XXXXXXXX de 2023.

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:

Às XX:XX:XX (dez) horas do dia XX de XXXXXXXX de 2023, horário de Brasília-DF

Local: www.comprassaojoaodospatosma.com.br



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 41
Nº PROC. 301005/2023
Rubrica 2011
unicef

DA PARTICIPAÇÃO:

A presente licitação possui ITEM classificado como AMPLA DISPUTA a todos os interessados.

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO ON-LINE:

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da plataforma própria do Município de **SAO JOÃO DOS PATOS/MA**, acessível através do site **www.comprassojoaodospatosma.com.br**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão Presencial será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregão em contrário.

1 - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação e a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendonça, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de conformidade com as quantidades e espécies contidas no Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.2 O critério de julgamento adotado será o Menor Preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação possui item UNICO conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se adiante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - DO ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, conforme o caso.

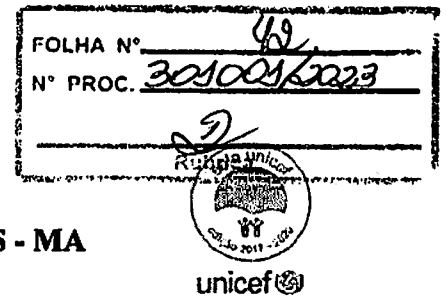
2.1 A participação nesta licitação é destinada a todos os interessados do ramo de atividade compatível com o objeto, estando classificada como AMPLA PARTICIPAÇÃO a todos os interessados legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Sistema BR CONECTADO, especificamente no site do Portal de Compras do Município de **SAO JOÃO DOS PATOS/MA**, através do site: **www.comprassojoaodospatosma.com.br** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



3.2 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site do portal de compras do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA - licitações no endereço eletrônico: **www.comprassojoaodospatosma.com.br** acesso "Seja um fornecedor".

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação de eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais sobre o credenciamento no sistema eletrônico e poderão ser dirimidas as dúvidas de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico **www.comprassojoaodospatosma.com.br** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou quando estes se tornarem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no MOMENTO DA HABILITAÇÃO.

3.7 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso ao PORTAL DE COMPRAS do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA (**www.comprassojoaodospatosma.com.br**) poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da PLATAFORMA BRCONNECTADO, a seguir especificada:

CONTATO PLATAFORMA BRCONNECTADO

Para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma

Telefone: (98) 3612-4397

E-mail: boletim@gmconnectado.com.br

*Caso você queira solicitar a liberação de acesso, enviar comprovante de pagamento, CNPJ da empresa e nome do município que você quer ter seu acesso liberado.

3.8. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão após o CREDENCIAMENTO na plataforma dispor de operador, atribuindo-lhe poderes para formular/assistir lances de preços e praticar todos os demais atos e operações inerentes ao processo licitatório no site **www.comprassojoaodospatosma.com.br**

3.9 A participação do licitante se dará diretamente pelo site: **www.comprassojoaodospatosma.com.br** que deverá manifestar em campo próprio do sistema pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	43
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

unicef

3.10. O credenciamento do fornecedor junto ao sistema eletrônico implica a responsabilização legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

3.11. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e de lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.12. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da PLATAFORMA BR CONECTADO, locatário do PORTAL DE COMPRAS do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS, através do site: www.comprassojoaodospatosma.com.br

3.13. É de exclusiva responsabilidade do usuário o uso da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros, durante sua participação no site: www.comprassojoaodospatosma.com.br

3.14. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.15. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firma verdadeira suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excetuando a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.16. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sítio: www.comprassojoaodospatosma.com.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros logo que identificar correções ou aqueles se tornem desatualizados.

3.16.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.16.2. Caberá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



4. DA PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.comprassojoaodospatosma.com.br, acessando o site através seu seu "login" e "Senha" na aba FORNECEDOR.

4.2. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº <u>44</u>
Nº PROC. <u>301005/2023</u>
Rubrica 
unicef 

definido no preâmbulo do edital.

4.3. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Casos haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a (dez) minutos a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

4.7. Havendo a necessidade de suspensão da sessão do pregão o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.8. O andamento do procedimento de licitação, desde a etapa de abertura das propostas e a adjudicação do objeto, deverá ser acompanhado pelos participantes por meio do portal do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, no endereço eletrônico: www.comprassojoaodospatosma.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

4.9. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no PORTAL DE COMPRAS do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento a seguir especificados, segunda a sexta feira, das 08 às 18 horas (Horário de Brasília) nos e-mails no endereço: www.comprassojoaodospatosma.com.br:

CONTATO PLATAFORMA DESCONECTADO

Para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma
Telefone: (81) 3877-1897
E-mail: boletos@gmcontato.com.br

*Caso você queira solicitar uma liberação de acesso, enviar comprovante de pagamento, CNPJ da empresa e nome do município que você quer ter seu acesso liberado.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ N° 06.089.668/0001-33

FOLHA N° 45
N° PROC. 301001/2023
Rubrica

unicef

objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a PLATAFORMA BRCONNECTADO, no endereço: www.comprassojoaodospatosma.com.br.

5.2. O(s) licitante(s) devera(o) promover(em) a sua inscrição e credenciamento para participar do Pregão, diretamente no site do PORTAL DE COMPRAS do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, no endereço: www.comprassojoaodospatosma.com.br até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

5.3. A participação nesta licitação é destinada a todos os interessados do ramo de atividade compatível com o objeto de AMPLA PARTICIPAÇÃO a todos os interessados legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada neste Edital.

5.4. Será concedido tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI mencionadas no artigo 3 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/20214.

5.5. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos para participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do art. 3 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/20214.

5.6. Os proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

5.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- que não atendam as condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	46
Nº PROC.	30102/2023

5.8. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalara "sim" ou "nao" em campo proprio do sistema eletronico, relativo as seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- b) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nao" impedira o prosseguimento no certame;
- c) nos itens em que a participação nao for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nao" apenas produzirá o efeito de o licitante nao ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- d) que esta ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- e) que cumpre os requisitos para a habilitação definida no Edital e que a proposta apresentada esta em conformidade com as exigências editalícias;
- f) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) que nao emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nao emprega menor de 14 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, III, da Constituição;
- h) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 1º de setembro de 2009;
- i) que nao possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- j) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitara o licitante as sanções previstas em lei e neste Edital.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, nos termos do art.26 do Decreto nº 10.024/2019.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ N° 06.089.668/0001-33

FOLHA N°	47
N° PROC.	301004/2023
Rubrica	

6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no site: <https://www.comprasaosjoaodospatosma.com.br/>

6.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes não poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. A licitante deverá constar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor com no máximo 2 (duas) casas decimais após vírgula ou percentual de desconto, já considerados e incluídos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida neste Edital.

6.9. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 10 do Decreto nº 10.024/2019.

6.10. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

6.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.


6.12. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida neste Edital.

6.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.14. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	48
Nº PROC.	3010216/2023
 unicef	

interessados, das condições nele estabelecidas.

6.15 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

6.17 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do Portal de Compras do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS através do endereço eletrônico: www.comprassojoaodospatosma.com.br, que veiculará atos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.2. Valor unitário e total por cada item e lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

7.3. Descrição detalhada do objeto contendo informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, quando aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro de inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Quando de, deverá ser indicada o total previsto para cada item.

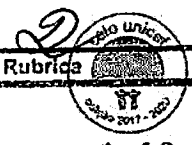
7.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos equipamentos.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e o presente Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido, sua substituição.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	49
Nº PROC.	30100162023
Rubrica	
	

- 7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 7.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.13. Em qualquer fase da licitação o pregoeiro poderá solicitar parecer técnico dos assessores dos setores envolvidos na licitação, para orientar na sua decisão, atendendo integralmente todas as exigências e especificações do Termo de Referência do Edital.
- 7.14. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com o acompanhamento pelos participantes em tempo real.
- 7.15. Caso o PROPONENTE anexe qualquer arquivo contendo informações não exigidas no Edital ou que somente deveriam ser apresentadas em outra etapa da licitação, o órgão licitante não efetuará sua análise.
- 7.16. Não será admitida proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescido dos respectivos encargos, conforme o artigo 44 da Lei nº 8.666/93.
- 7.17. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 7.18. A proposta recebida deverá conter o VALOR NEGOCIADO com o Pregoeiro, sob sua inteira responsabilidade.
- 7.19. O Município é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, inciso II, da Constituição Federal de 1988.
- 7.20. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- 7.21. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

7.22 – DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL INICIAL

PROPOSTA COMERCIAL INICIAL: Após o preenchimento da proposta no Sistema, a licitante deverá confeccionar a proposta na forma COMERCIAL devidamente impressa e assinada e anexa-la ao Sistema junto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, por meio de arquivo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 50
Nº PROC. 3050000/2023
Rubrica
Unidade

eletrônico no campo apropriado do sistema devendo a mesma esta composta da seguinte relação de documentos citados abaixo, sob pena de desclassificação:

7.22.1 RELAÇÃO SOLICITADA:

7.22.1.1 - Planilha Orçamentária;

7.22.1.2 - Composição dos Custos Unitários (CPU) - com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

7.22.1.3 - Bonificações e Despesas Indiretas (BDI);

7.22.1.4 - Encargos Sociais (ES);

7.22.1.5 - Cronograma de físico-financeiro.

7.22.2 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

7.22.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.22.4. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.22.5. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou não incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimos após a abertura da sessão pública.

7.23 A falta do envio da PROPOSTA INICIAL especificada no item 7.22 e seus subitens após o preenchimento para fins de conferência pelo setor de engenharia, acarretará na CLASSIFICAÇÃO da PROPOSTA, mesmo que já passada a fase de lances.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

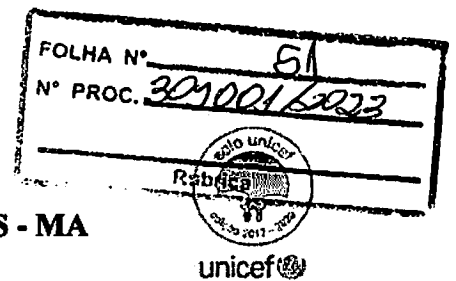
8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública na internet, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

8.2. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprassojoaodospatosma.com.br.

8.3. Os fornecedores deverão permanecer logrados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo o início da sessão ou desconexão do Pregoeiro, a mesma deverá ser remarcada



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33**



no chat da sala.

8.4. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.5. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.6. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

8.7. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.8. DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E RODADA DE LANCES.

8.8.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e classificará motivadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não atendem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.8.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

8.8.3. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de uma hora.

8.8.4. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e os horários previstos para o início da oferta de lances.


8.8.5. Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.8.5.1. **ABERTURA:** O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará "Dou-lhe uma" quando faltar 02m00s (dois minutos) para o término da etapa de lances (sessão pública), "Dou-lhe duas" quando faltar 01m00s (um minuto) e "Dou-lhe três - Fechado" quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do "Dou-lhe uma" e, assim, sucessivamente.

8.8.5.2. O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	52
Nº PROC.	304001/2023
Rubrica	21
	

8.8.5.3. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de "Dou-lhe uma", "Dou-lhe duas", é exibido;

OU

8.8.5.4 **ABERTO/FECHADO**: A etapa de envio de lances da sessão publica terá duração de quinze minutos.

8.8.5.5 Encerrado o prazo de 15 minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.8.5.6 Após essa fase o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco minutos), que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.8.5.7 Não havendo, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo. Esgotados esses prazos, o sistema ordenará os lances na ordem crescente de vantajosidade.

8.8.5.8 O Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de lances.

8.8.5.9. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC nº 206/2004, a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/ME-E conforme procedimento detalhado neste Edital.

8.8.5.10. - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8.8.6 Também será classificada a proposta que identifique o licitante.

8.8.7. A classificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.8.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão do envio de lances.

8.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.11. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33**


FOLHA Nº	63
Nº PROC.	301004/2008
Rubrica	
unicef	

- 8.11.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item.
- 8.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.13. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.14. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação a proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo), devendo observar o procedimento da licitação no site www.comprassojoaodospatosma.com.br que poderá ter variações do valor citado, conforme o objeto licitado.
- 8.15. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a cinco (05) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a cinco (5) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.20. Exceto na fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em caso de consecução do melhor preço.
- 8.21. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;
- 8.21.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.22. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.23. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	54
Nº PROC.	301001/2023


unicef

8.24. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.25. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras do Município no endereço: www.comprassojoaodospatosma.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas no mínimo 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação..

8.26. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.27. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.28. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será ativada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 638, de 2011.

8.29. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.30. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos contados pelo sistema contados após a comunicação automática para tanto.

8.31. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.32. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.33. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.34. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	55
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	
unicef	

entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.35. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

8.35.1. Produzidos no país;

8.35.2. Produzidos por empresas brasileiras;

8.35.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.35.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.36. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.38. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.38.1. O pregoeiro solicitará ao licitante em primeiro lugar classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao melhor lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.39. Após a negociação do preço o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.40 O Pregoeiro poderá auxiliar a equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de lances.

8.41 Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado neste Edital.


8.42 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente Após o encerramento da etapa de lances.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	06
Nº PROC.	301001/2023
 Rúbrica 18 Set/2017-2020 unicef	

único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Será **DECLASSIFICADA** a proposta que não atender as condições exigidas no Edital, conforme disposto no item 7.22 e seus subitens que especificam as condições e exigências de apresentação da proposta da empresa.

9.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório de licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 Qualquer interessado poderá requerer que sejam realizadas diligências para apurar a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentam a suspeita;

9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes do fim do prazo.

9.7 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação.

9.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua retomada.

9.10 O Pregoeiro poderá examinar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar a subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.12 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar a subsequente,



FOLHA Nº 53
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica 21
unicef



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

havera nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14 Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, o Pregoeiro verificara a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.15 A NÃO entrega de todos os documentos exigidos para habilitação, inclusive proposta detalhada em planilha de custo e formação de preços, no prazo determinado e com suas datas de validade em vigor, acarretara na inabilitação do licitante sem aviso previo.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados até a abertura da sessão pública, conforme previsto neste Edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) "pdf", "doc", "xls", "png" ou "jpg", observado o limite para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela Prefeitura de São João dos Patos/MA, através do site do Portal de Compras do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA no endereço: www.comprassaojoaodospatosma.com.br

10.1.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização do processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumirão-se verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

10.1.2. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

10.1.3 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir para fins de habilitação:

10.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia da cédula de identidade dos sócios
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos referidos nesta alínea deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	58
Nº PROC.	301000/2023
Rutirica	
unicef	

- a) Cartão ou registro do CNPJ válido;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias, nos termos da Portaria MF PGFN/RFB nº 358 de 05/10/2014;
- d) Certificado de regularidade do FGTS, ou instrumento equivalente, em plena validade, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Fiscais e da Dívida Ativa, emitida pela Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, emitida até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade.
- f) Certidão Negativa de Débitos e da Dívida Ativa emitida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- g) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da:
 - CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

10.4.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ano 2022, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhados de Nota Explicativa exigida pela Lei nº 104/1977.

10.4.1.1 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente devidamente registrado no conselho de classe;

10.4.1.2 A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de Índice Financeiro utilizando-se a fórmula abaixo, cujo resultado deverá estar de acordo com os valores ali estabelecidos:

1 - O Índice de Liquidez Corrente (ILC), corresponde ao quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 59
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica 2



2 - O Índice de Liquidez Geral (ILG), corresponde ao quociente da divisão da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

3 - O Índice de Solvência Geral (ISG) corresponde ao quociente da divisão do Ativo Total pela Soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

4 - O Grau de Endividamento Geral (GEG) corresponde ao quociente da divisão do Passivo Circulante pelo Passivo não Circulante, conforme abaixo:

$$\text{GEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

5 - Será habilitada a empresa que apresentar:

- . Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- . Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- . Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0;
- . Grau de Endividamento Geral - igual ou menor que 0,50

10.4.1.3 As empresas com meios de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante apresentação do Balanço de Abertura;

10.4.1.4 Serão considerados válidos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial ou;
 - b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
 - d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.
- e) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB nº 1.420/2013, 1.422/2013 e alterações;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	60
Nº PROC.	301001/2013
Rubrica	



f) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, caso se enquadre nas hipóteses previstas nos termos do inciso II, do art. 3º da IN RFB nº 1.420/2013 e alterações.

10.4.2 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 60 (sessenta) dias; Caso a certidão mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aceito na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, e que esta cumpriu integralmente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / DECLARAÇÃO

a) **Atestado de desempenho** fornecido pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, desde que o contratante não seja a própria licitante (CNPJ diferente) ou empresa do mesmo grupo econômico ou que tenha diretores, sócios ou administradores em comum (Acórdão TCU nº 608/2005-Plenário), que comprove que a LICITANTE executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

b) **Declaração de conhecimento dos locais a ser realizados os serviços** emitida pela licitante informando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto a ser executado, conforme modelo do ANEXO XII.

c) **Certidão de registro ou inscrição** emitida no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho Arquitetura e Urbanismo – CAU, com validade na data de recebimento da "DOCUMENTAÇÃO", onde conste a área de atuação compatível com a execução da obra objeto do Edital, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da licitante.

d) **Declaração de que a empresa não oferece trabalho noturno, perigoso ou insalubre** a menores de dezoito anos e nem qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o que determina o artigo 27, inciso V, da Lei 8.080/1990, conforme modelo do ANEXO V.


f) **Declaração** indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente, ENGENHEIRO ELETRICISTA, responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Licitação (Anexo XI).

10.8 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior a fase de habilitação.

10.9 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 61
Nº PROC. 3010021/2023
Rubrica 
unicef

mediante apresentação de justificativa.

10.10 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.13 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.14 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que vencer as do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação além das sanções cabíveis.

10.15 Não havendo comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(s) de menor(es) valor(s) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.16 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.17 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles inicialmente permitidos.

10.18 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, por própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.19 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.20 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do portal de compras do Município, através do site: www.comprassojoaodospatosma.com.br, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 69
Nº PROC. 30100/2023
Rubrica



11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 Concluída a etapa de lances, conhecido o vencedor, o Pregoeiro solicitará a proposta final do licitante vencedor que deverá ser encaminhada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, em papel timbrado da empresa, devidamente datada e assinada, composta da seguinte relação de documentos citados abaixo, sob pena de desclassificação:

11.1.1 - Planilha Orçamentária;

11.1.2 - Composição dos Custos Unitários (CPU) - com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como "verbas";

11.1.3 - Bonificações e Despesas Indiretas (BDI);

11.1.4 - Encargos Sociais (ES);

11.1.5 - Cronograma de físico-financeiro.

11.2. Será desclassificada a proposta que não atender às exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.3. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo.

11.4 A falta do envio da PROPOSTA especificada neste item acarretará na CLASSIFICAÇÃO da PROPOSTA.

12 - DOS RECURSOS


12.1 Para obter a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem enviada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema: <https://www.comprassojoaodospatosma.com.br/>

12.2 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no site, <https://www.comprassojoaodospatosma.com.br/> opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos as peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na recepção da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, localizada na Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, das 08:00 horas as 13:00 horas aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos podendo também ser enviado no e-mail da CPL, E-mail: cplsjpma@gmail.com, obedecendo os prazos de apresentação de recurso, após a manifestação via sistema.

12.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	67
Nº PROC.	301001/2023
 Rubrica	
unicef	

de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses.

12.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 Os autos do processo permanecerão com vista encaminhada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.8. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no site, <https://www.comprasaosaojoaodospatosma.com.br/>, opção RECURSO.

12.9. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.10. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.11. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.12. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de (03) três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros (03) três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.14. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 64
Nº PROC. 301001/2023



publica, Situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- c) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- d) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("e-mail"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- e) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados constantes no sistema BR CONECTADO – através do site www.compras.saojoaodospatos.ma.com.br, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 e art. 17 do Decreto 10.024/2019.

14.2. Na ausência de recursos, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17 e art. 46 do Decreto 10.024/2019.

14.3. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.4. Após a fase de recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.5. O critério de adjudicação das propostas será pelo menor preço por item e adjudicação será por item, desde que sejam atendidas integralmente todas as exigências deste Termo de Referência e do Edital.

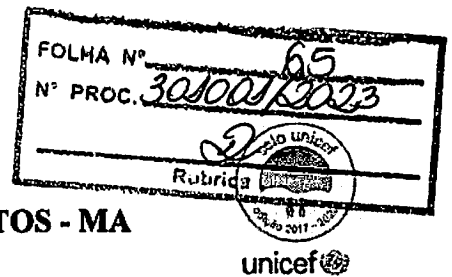
15 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



15.3 Alternativamente a convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida a empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) referida Nota esta substituindo o contrato, passando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- b) a contratada se vincula a sua proposta e a obrigações contidas nela e seus anexos;

15.6 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.7 O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro do ano que for assinado o contrato, dentro do prazo de validade de ata de registro de preços.

15.8 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.9 Na hipótese de concessão da licitação, não comprovando as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais condições legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, Após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisar a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. O objeto será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora e não sofrerá alterações, exceto pelos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações no tocante a aditivo de prazo e/ou valor devidamente especificados em lei.

16.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	66
Nº PROC.	301001/2013
Rubrica	2
	unicef

17 - PRAZOS

17.1 - O prazo para início dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento da ordem de serviço expedida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, através da Secretaria Municipal de Educação que participam do processo.

17.2 - O prazo máximo para execução os serviços serão de 02 (dois) meses, podendo serem prorrogados conforme a necessidade, devidamente comprovada.

18 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

18.1. Nos termos dos Art. 67, § 1º, Lei nº. 8.666, de 1993 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observada.

18.2. A Fiscalização será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, através de servidor designado para esse fim, a quem caberá realizar, entre outras atribuições:

18.2.1. Emitir mensalmente ao Prefeito Municipal para conhecimento e encaminhamentos subsequentes, Relatório de Acompanhamento;

18.2.2. Atestar a(s) nota(s) fiscal (is) e vista dos demais documentos apresentados pela Contratada, bem como apontar o ATESTO, quando justificados, conforme prevê o art. 67 da lei 8.666/93.

18.2.3. A entrega dos bens contratados será acompanhada e fiscalizada por servidores do Órgão solicitante, os quais deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento;

18.2.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperícia, negligência ou erros rebatíveis, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666 de 1993.

18.2.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.6. Constituem as atividades do Fiscal de Contrato:

18.6.1. Fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas;

18.6.2. Emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade;

18.6.3. Notificar a Contratada qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais;

18.6.4. Controlar a vigência dos contratos;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	67
Nº PROC.	302001/2023
Rubrica	07

unicef

18.6.5. Acompanhar e controlar o estoque de produtos, principalmente quanto à quantidade e à qualidade do serviço previsto no objeto do contrato administrativo.

18.6.6. Acompanhar e emitir Parecer Técnico sobre o cumprimento pela empresa das obrigações assumidas.

19 - DO RECEBIMENTO E GARANTIA DO OBJETO

19.1- O objeto desta licitação será recebido:

19.2- provisoriamente, mediante termo circunstanciado, na forma do ANEXO XIII, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação desta.

19.3- definitivamente, mediante termo circunstanciado, na forma do ANEXO XIV, após o decurso do prazo de até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, contados da data do recebimento provisório.

19.4- O recebimento provisório ou definitivo não gera responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

19.5 - As Secretarias Municipais, utilizando-se do autor de engenharia rejeitará no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os projetos e especificações técnicas do objeto desta licitação.

19.6 - O Prazo de garantia da construção da obra não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo, conforme determina o art. 618, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

20.1. Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

21 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

21.1. É admissível a cessão, cisão ou incorporação da contratada, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

22.1 - Além das discriminadas no Edital e de outras decorrentes do cumprimento de normas regulamentares, são obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limite a sua responsabilidade:

- 1) Iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Obras.
- 2) Substituir ou afastar qualquer empregado por recomendação da CONTRATANTE, que comprovadamente causar embaraço a boa execução do objeto contratado;



FOLHA N° 68
N° PROC. 301001/2023



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ N° 06.089.668/0001-33



- 3) Comparecer, sempre que solicitada, à sede da CONTRATANTE, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências;
- 4) Obedecer as normas e especificações constantes do Edital e seus Anexos e respeitar rigorosamente as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- 5) Manter no local da obra o livro “Diário de Ocorrências”, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante legal e pela fiscalização, que deverá ficar à disposição da fiscalização para anotação de todas as ocorrências;
- 6) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização nos serviços ou nos materiais e equipamentos empregados;
- 7) Indicar formalmente à fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos a contar da assinatura do Contrato, o preposto que, uma vez aceito pela CONTRATANTE, a representará na execução do Contrato.
- 8) O preposto não poderá ser substituído sem a via anuência da CONTRATANTE;
- 9) Permitir o livre exercício da fiscalização por técnicos designados pela CONTRATANTE;
- 10) Fazer prova perante a CONTRATANTE, do cumprimento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;
- 11) Comparecer em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada contra a CONTRATANTE por empregado da CONTRATADA, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador, e substituir a CONTRATANTE no processo até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- 12) Fornecer, às suas expensas, os uniformes e materiais de proteção e segurança (equipamentos de proteção individual e coletivo) indispensáveis para a execução dos serviços que assim exigirem, em quantidade compatíveis com o número de pessoas empregadas;
- 13) Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços objetivados no presente instrumento;
- 14) Assumir a responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados por seus funcionários ou terceiros por culpa ou dolo.
- 15) Receber, conservar, guardar e zelar pelos bens que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, os quais serão sob sua responsabilidade até o recebimento do Contrato do Contrato;
- 16) Assumir toda responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados por seus funcionários e por estes a terceiros, por culpa ou dolo;
- 17) Responsabilizar-se pelos custos referentes à aquisição e transporte de materiais e ferramentas necessários a execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 18) Responsabilizar-se pelas despesas com transporte, alimentação e todos os outros encargos incidentes sobre a mão-de-obra utilizada para os serviços;
- 19) Remover do local dos serviços, as suas expensas, diariamente todos os expurgo proveniente dos serviços que realizar, independentemente da sua composição;
- 20) Responder por todos os encargos trabalhistas e previdenciários, bem como a obrigatoriedade na substituição de funcionários de férias ou afastado do serviço por qualquer motivo superior a 02 (dois) dias úteis;
- 21) Responsabilizar-se exclusivamente pelos salários, gratificações, encargos previdenciários e trabalhistas dos servidores alocados no Contrato;
- 22) Selecionar, recrutar e contratar preferencialmente mão-de-obra local para o cumprimento do objeto deste Contrato, em seu nome e sob inteira responsabilidade,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	69
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

observandos os princípios da eficiência e legalidade, bem como os requisitos de qualificação, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, tudo em respeito ao que preconiza o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/1993 e fazer prova perante a CONTRATANTE, do cumprimento de todas estas obrigações, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;

- 23) Registrar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão – CRE/MA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/MA, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao objeto deste Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 24) Planejar previamente os serviços e as atividades programadas para que o trabalho se realize no menor prazo possível;
- 25) Remover todo material excedente de escavação, cuidando-se para que não seja conduzido para as bocas de lobo, causando entupimento (áreas urbanas).
- 26) Evitar nas áreas de bota-fora, ou de depósitos necessários à realização dos dispositivos, lançamentos de materiais de escavação que possam afetar o sistema de drenagem superficial.
- 27) A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 28) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

22.2 Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA se obriga a fornecer todo o projeto executivo, em tempo hábil, necessário à execução da obra/serviços, bem com todas as informações e instruções julgadas necessárias quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis.

23 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

23.1 Para que a CONTRATADA se limite sua responsabilidade, são as seguintes às obrigações da CONTRATANTE:

- 1) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- 2) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto presente Contrato, através de gestor de contrato designado formalmente, sendo preferencialmente um servidor (um) agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração;
- 3) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- 4) Notificar a CONTRATADA para a reparação, correção, remoção ou substituição, às suas expensas, no todo ou em parte, de situações em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 70
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica

unicef

- 5) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- 6) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da obra;
- 7) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 8) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

23.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

23.3. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para figuração de fato fortuito ou de força maior, dando, por escrito, razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data de recebimento dos documentos de comprovação;

23.4. Verificar as condições de habilitação da CONTRATADA conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.

24 - DO PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E DESCONTOS

24.1 O pagamento mensal será realizado em favor da empresa em até 30 (trinta) dias após o fornecimento por meio de depósito em conta corrente, através de Ordem Bancária após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em que deverão ser discriminados os números das respectivas recebíveis.

24.2 Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme solicitação e execução dos serviços, através de MEDICÕES.

24.3 – ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

24.3.1 - No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

24.4 – COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E DESCONTOS

24.4.1 - No caso de eventual antecipação de pagamento, o valor devido poderá ser



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 1
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica



descontado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

25 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.1 As despesas para atender ao objeto desta PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerão por conta de recursos próprios, da seguida dotação orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO

0205 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

020500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 - EDUCAÇÃO

12 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

12 361 0003 1002 0000 - AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS

4 4 90 52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 500 00 200 001 - MDE

26 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1 Comete inidoneidade administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando contratado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) Não manter a proposta;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Comportar-se de modo inidoneo;

26.2 Considera-se comportamento inidoneo, entre outros, a declaração falsa quanto as



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 79
Nº PROC. 321002/2022



unicef

condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo Após o encerramento da fase de lances.

26.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficara sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções: Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública atua e atuar concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- c) Impedimento de licitar e de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, pelo prazo de até cinco anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

26.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

26.6 A aplicação e julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão o rito normal na unidade administrativa.

26.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

26.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

26.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	93
Nº PROC.	301004/2023
unicef	

procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

26.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.11 As penalidades serão obrigatoriamente devidamente publicadas no Diário Oficial do Município.

26.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

27 - DA INEXEÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

27.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos danos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

27.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditório e ampla defesa.

27.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

27.3.1. Determinada por ato unilateral escrito da Administração nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

c) A inexecução do seu cumprimento, cabendo a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 94
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica
unicef

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa, em que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

m) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

n) A supressão do objeto do contrato, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;

o) A suspensão do fornecimento, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

27.4. A rescisão do Contrato poderá se dar da seguinte forma:

27.4.1. Por ato unilateral escrito da Administração;

27.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

27.4.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

27.5. Quando ocorrer à rescisão sem que haja culpa da futura contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

27.5.1. Devolução de garantia. (Quando Houver);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	75
Nº PROC.	301001/2023
unicef	

27.5.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

27.5.3. Pagamento do custo da desmobilização. (Quando for o caso)

27.5.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

27.5.5. Judicial, nos termos da legislação.

27.5.6. Fica garantido o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.

28 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

28.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, presente e suficiente para justificar sua revogação, ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

28.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.666/93 art. 59, parágrafo único.

28.3. No caso de revogação ou anulação da presente licitação fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

29 - DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

29.1. Esta licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, pois os serviços de engenharia compreendem necessidade da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

29.6. A contratação será formalizada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ORDEM DE SERVIÇOS ou outro instrumento válido, conforme art. 62 da Lei nº8.666, de 1993.

30 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

30.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

30.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo site do Portal de Compras do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA no endereço: www.comprasaodojoaodospatosma.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, Setor de Protocolos da Comissão Permanente de Licitação, podendo também ser enviado no e-mail da CPL, no e-mail: cplsipma@gmail.com.

30.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 76
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica D
Cadastrado pelo unicef
Cadastrado em 11/01/2017
unicef

30.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

30.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverao ser enviados ao Pregoeiro, ate 03 (três) dias uteis anteriores a data designada para abertura da sessão publica, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

30.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias uteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsidios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

30.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspenderão os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/90.

30.8 A concessão de efeito suspensivo a impugnação e medida excepcional deve ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

30.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularao os participantes e a administração.

30.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no site www.comprasaojoaodospatosma.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhante, podendo também ser enviado via email pelo E-mail da CPL, no E-mail cplsipm@gmail.com.

30.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

30.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, do estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou da procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o edital).

31 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

31.1. O certame será conduzido pelo PREGOEIRO, formalmente designado, que terá, em especial, as seguintes atribuições, conforme art. 17º, Decreto Federal nº 10.024/2019:

- I - conduzir a sessão pública;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsidios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	99
Nº PROC.	30100/2023
 RUBRICA 2017	
unicef	

- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-a Ata no sistema eletrônico.

32.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

32.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

32.4 No julgamento das propostas e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em sistema eletrônico e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.5 A homologação do resultado desta licitação não implica no direito a contratação.

32.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.7 Os licitantes arcam com todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da concessão ou não do resultado do processo licitatório.

32.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se-a o dia do início e inclui-se-a o dia do vencimento. So se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compoem o processo, prevalecerá as deste Edital.

32.11. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

32.12. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	98
Nº PROC.	304001/2023
Rubrica	2
unicef	

de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

32.13. Qualquer processamento de cópia referente ao processo os custos serão suportados pelo requerente, ficando facultado a CPL da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, o atendimento do pedido, dentro do lapso temporal de até 05 (cinco) dias úteis, a fim de evitar transtornos nas atividades de rotina.

32.14. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.15. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

32.16. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício e por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento violado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

32.16.1. A anulação do pregão induz ao contrato.

32.16.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

32.16.3. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

32.17. Os casos em que não for possível a resolução de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 9.488/18, Decreto Federal nº 8.250/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019.

32.18. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.comprasaojoaodospatosma.com.br> no Portal de Transparência do Município no endereço: <https://saojoaodospatosma.gov.br/transparencia/> e também poderá ser consultado e obtido na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 às 13:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplsjpma@gmail.com. Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e ainda pelo telefone: 99 98421-9518.

33 - DOS ANEXOS - INTEGRAM ESTE EDITAL

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO/ESPECIFICAÇÕES

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO



FOLHA N° 19
 N° PROC. 301001/2023
 Rubrica 2



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ N° 06.089.668/0001-33



- ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (QUANDO FOR O CASO)
- ANEXO IV - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS.
- ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL.
- ANEXO VI - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL.
- ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.
- ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
- ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RENDIMENTO FAMILIAR.
- ANEXO X - MINUTA DO PROPOSTA DE PREÇOS.
- ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO
- ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA
- ANEXO XIII - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
- ANEXO XIV - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

MINUTA

SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, XX de XX de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	80
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2



unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023

ANEXO - I

PROJETO BÁSICO

MINUTA



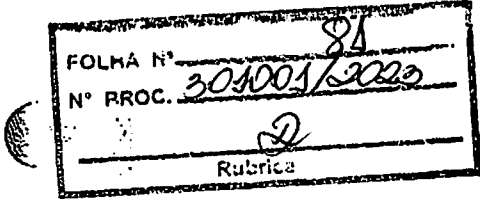
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão
SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA
LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão
BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 E SBC SLZ 10/2023
BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ORÇAMENTO ANALÍTICO

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE	UNIT S/BDI	UNIT C/BDI	TOTAL
1.00 SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.01	103689	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M ²	6,00	R\$ 307,73	R\$ 413,12	R\$ 2.478,72
1.02	16500	SBC	PLACA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE OBRAS	M ²	3,00	R\$ 283,35	R\$ 380,39	R\$ 1.141,17
1.03	CUP 01	PRÓPRIO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÉS	2,00	R\$ 5.233,55	R\$ 7.025,89	R\$ 14.051,78
1.04	CUP 02	PRÓPRIO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO - AS BUILT	UN	1,00	R\$ 6.358,59	R\$ 8.536,22	R\$ 8.536,22
1.05	INSUMO 01	CREA-MA	ART'S DE EXECUÇÃO	UN	1,00	R\$ 254,59	R\$ 341,78	R\$ 341,78
1.06	CUP 03	PRÓPRIO	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	1,00	R\$ 9.588,02	R\$ 12.871,64	R\$ 12.871,64
2.00 DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES								
2.01	97624	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TJOLO MACIÇO	M ²	10,00	R\$ 86,76	R\$ 116,47	R\$ 1.164,70
2.02	100981	SINAPI	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³	M ³	6,00	R\$ 8,91	R\$ 11,96	R\$ 71,76





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
 CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8



2.03	94319	SINAPI	ATERRO COM SOLO ARGILLO-ARENOSO	M ²	4,00	R\$ 70,82	R\$ 95,07	R\$ 380,28		
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA									
3.01	102104	SINAPI	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 75 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, IMERSO EM ÓLEO MINERAL	UN	1,00	R\$ 24.685,15	R\$ 33.139,09	R\$ 33.139,09	R\$ 74.010,70	
3.02	3046	ORSE	DESLOCAMENTO DE TRANSFORMADOR DE 15 A 112,50 KVA	UN	1,00	R\$ 719,60	R\$ 966,04	R\$ 966,04		
3.03	102110	SINAPI	SUORTE PARA TRANSFORMADOR	UN	2,00	R\$ 202,60	R\$ 271,98	R\$ 543,96		
3.04	CUP 04	SINAPI	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN	1,00	R\$ 1.777,86	R\$ 2.386,72	R\$ 2.386,72		
3.05	3053	ORSE	DESLOCAMENTO DE POSTE DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN	1,00	R\$ 484,48	R\$ 650,40	R\$ 650,40		
3.06	100612	SINAPI	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO C/ 11 M, CARGA NOMINAL DE 600 DAN (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).	UN	1,00	R\$ 951,05	R\$ 1.276,76	R\$ 1.276,76		
3.07	CUP 05	PRÓPRIO	ESTRUTURA DE MÉDIA TENSÃO 13,8 KV	UN	1,00	R\$ 2.097,86	R\$ 2.816,32	R\$ 2.816,32		
3.08	101547	SINAPI	ISOLADOR, TIPO DISCO, PARA TENSÃO 15 KV	UN	3,00	R\$ 138,95	R\$ 186,54	R\$ 559,62		
3.09	CUP 06	PRÓPRIO	MEDIÇÃO TRIFÁSICA PARA TRANSFORMADOR DE 75 KVA	UN	1,00	R\$ 2.778,06	R\$ 3.729,46	R\$ 3.729,46		
3.10	12853	ORSE	SUORTE PARA INSTALAÇÃO DOS TRANSFORMADORES DE MEDIÇÃO (03 TP'S E 03 TC'S) - PADRAO DA CONCESSIONÁRIA	UN	1,00	R\$ 1.292,72	R\$ 1.735,44	R\$ 1.735,44		
3.11	2858	ORSE	CHAVE FUSIVEL UNIPOLAR, 15KV - 100A	UN	3,00	R\$ 390,00	R\$ 523,56	R\$ 1.570,68		
3.12	CUP 07	PRÓPRIO	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN	3,00	R\$ 340,53	R\$ 457,15	R\$ 1.371,45		
3.13	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM ² , 0,6/1,0 KV	M	50,00	R\$ 34,28	R\$ 46,02	R\$ 2.301,00		
3.14	3339	ORSE	ELO FUSÍVEL TIPO 8 K	UN	3,00	R\$ 13,40	R\$ 17,99	R\$ 53,97		
3.15	101553	SINAPI	ALÇA PREFORMADA DE DISTRIBUIÇÃO AWG 1	UN	3,00	R\$ 15,69	R\$ 21,06	R\$ 63,18		

FOLHA N°	82
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8



3.16	9392	ORSE	CABO DE COBRE NU 35,0 MM ²	M	50,00	R\$ 94,33	R\$ 126,64	R\$ 6.332,00
3.17	12876	ORSE	PARA RAIOS POLIMÉRICO 12 KA	UN	3,00	R\$ 216,23	R\$ 290,28	R\$ 870,84
3.18	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA	UN	5,00	R\$ 95,71	R\$ 128,49	R\$ 642,45
3.19	824	ORSE	PARA RAIOS PARA BAIXA TENSÃO	UN	1,00	R\$ 712,52	R\$ 956,54	R\$ 956,54
3.20	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 125 A	UN	1,00	R\$ 398,47	R\$ 534,93	R\$ 534,93
3.21	98111	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO INTERNO = 0,30 M.	UN	1,00	R\$ 52,14	R\$ 70,00	R\$ 70,00
3.22	93010	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 75 MM (2 1/2")	M	25,00	R\$ 34,36	R\$ 46,13	R\$ 1.153,25
3.23	93022	SINAPI	CURVA 90° P/ ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 20 MM (2 1/2")	UN	2,00	R\$ 48,28	R\$ 64,81	R\$ 129,62
3.24	2480	ORSE	RASGO EM CONCRETO PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO	UN	25,00	R\$ 13,66	R\$ 18,34	R\$ 458,50
3.25	7920	ORSE	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO 2 1/2" X 3,00 M	UN	2,00	R\$ 403,58	R\$ 541,79	R\$ 1.083,58
3.26	12617	ORSE	CURVA P/ ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO = 2 1/2"	UN	2,00	R\$ 56,37	R\$ 75,68	R\$ 151,36
3.27	9973	ORSE	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO 3/4" X 3,00 M	UN	2,00	R\$ 109,48	R\$ 146,97	R\$ 293,94
3.28	101636	SINAPI	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPRIMENTO DE 1,50 M	UN	1,00	R\$ 146,95	R\$ 197,28	R\$ 197,28
3.29	101663	SINAPI	ABRACADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS	UN	1,00	R\$ 24,95	R\$ 33,49	R\$ 33,49
3.30	101657	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W	UN	1,00	R\$ 600,89	R\$ 806,68	R\$ 806,68
3.31	101632	SINAPI	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO	UN	1,00	R\$ 38,15	R\$ 51,22	R\$ 51,22
3.32	CUP 08	PRÓPRIO	MURETA P/ QUADRO ELÉTRICO EM ALVENARIA	UN	1,00	R\$ 5.274,55	R\$ 7.080,93	R\$ 7.080,93
4.00	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA							R\$ 6.792,27
4.01	101881	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN	UN	1,00	R\$ 863,85	R\$ 1.186,54	R\$ 1.186,54
4.02	11130	ORSE	CHUMBAMENTO DE QUADRO ELÉTRICO DE EMBUTIR	UN	1,00	R\$ 47,91	R\$ 64,32	R\$ 64,32
4.03	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 100 A	UN	1,00	R\$ 391,48	R\$ 525,55	R\$ 525,55

FOLHA N°	83
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8



4.04	93010	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 75 MM (2 1/2")	M	12,00	R\$ 34,36	R\$ 46,13	R\$ 553,56
4.05	2477	ORSE	RASGO EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO	M	12,00	R\$ 9,05	R\$ 12,15	R\$ 145,80
4.06	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM ² , 0,6/1,0 KV	M	25,00	R\$ 34,28	R\$ 46,02	R\$ 1.150,50
4.07	9392	ORSE	CABO DE COBRE NU 35,0 MM ²	M	25,00	R\$ 94,33	R\$ 126,64	R\$ 3.166,00

TOTAL GERAL R\$ 121.841,02

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS

FOLHA Nº	84
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2

www.saojoaodospatos.ma.gov.br
Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA



FOLHA N°	85
N° PROC.	301005/2023
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ORÇAMENTO RESUMIDO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL	%
1.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.421,31	32,35%
2.00	DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES	R\$ 1.616,74	1,33%
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA	R\$ 74.010,70	60,74%
4.00	DISTRUBUIÇÃO DE ENERGIA	R\$ 6.792,27	5,57%
TOTAL GERAL		R\$ 121.841,02	100,00%

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA Nº 86
Nº PROC. 301005/2023
Rubrica

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL	%	PRAZO EM DIAS	
				30	60
1.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.421,31	32,35%	45,00%	55,00%
				R\$ 17.739,59	R\$ 21.681,72
2.00	DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES	R\$ 1.616,74	1,33%	100,00%	
				R\$ 1.616,74	
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA	R\$ 74.010,70	60,74%	57,00%	43,00%
				R\$ 42.186,10	R\$ 31.824,60
3.00	DISTRUBUIÇÃO DE ENERGIA	R\$ 6.792,27	5,57%		100,00%
					R\$ 6.792,27
TOTAL GERAL		R\$ 121.841,02	100,00%		

VALORES TOTAIS R\$	PARCIAL	R\$ 61.542,43	R\$ 60.298,59
	ACUMULADO	R\$ 61.542,43	R\$ 121.841,02
VALORES TOTAIS %	PARCIAL	50,51%	49,49%
	ACUMULADO	50,51%	100,00%

CENTO E VINTE E UM MIL, OTOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	87
N° PROC.	301001/2023
	2
	Rubrica

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

COMPOSIÇÃO DE BDI (%)

$$BDI = (1 + AC + S + G + R + I) \times (1 + DF) \times (1 + LB) \div (1 - T) - 1$$

Onde:

I = Tributos

AC = Administração Central

DF = Despesas Financeiras

R + I = Riscos e Imprevistos

LB = Lucro Bruto

S + G = Seguros e Garantias

A parcela T (tributos) deverá considerar os valores de PIS, COFINS, ISSQN e CPRB. A provisão para pagamento do IRPJ e CSLL deverá estar embutida no lucro bruto.

No caso deste orçamento, foram adotados os seguintes valores, que conduziram a uma taxa de BDI de 34,25%, conforme memória de cálculo abaixo

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	(%)
GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
A-1	Administração Central	7,93%
	TOTAL =	7,93%
GRUPO B	LUCRO	
B-1	Lucro Bruto	8,00%
	TOTAL =	8,00%
GRUPO C	IMPOSTOS	
C-1	PIS	0,65%
C-2	COFINS	3,00%
C-3	ISSQN	2,00%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	88
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	5

C-4	CPRB		4,50%
		TOTAL =	10,15%
GRUPO D	DIVERSOS		
D-1	Despesas Financeiras		1,11%
D-2	Riscos e Imprevistos		1,97%
D-3	Seguros e Garantias		0,56%
		TOTAL =	3,64%
		BDI =	34,25%

LIMITES DE TAXAS INTEGRANTES DA COMPOSIÇÃO DE BDI PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

ITEM COMPONENTE	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Seguros e Garantias	0,25%	0,51%	0,56%
Riscos e Imprevistos	1,00%	1,48%	1,97%
Despesas Financeiras	1,01%	1,07%	1,11%
Administração Central	5,29%	5,92%	7,93%
Lucro Bruto	8,00%	8,31%	9,51%

Foi definido em 50,0% do valor da planilha orçamentária como base de cálculo para aplicar a alíquota de 4,00% do ISSQN, o que leva a um valor de 2,00%, para o ISSQN na planilha de composição do BDI



OLHA Nº 89
PROC. 301001/2023
2



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS SOBRE A MÃO DE OBRA (DEZEMBRO 2022)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	0,00%
B2	Feridos	3,95%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,50%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	11,11%	8,45%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	Total	47,22%	18,16%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,15%	2,40%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,61%	1,99%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	90
N° PROC.	305002/2023
Rubrica	2

C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%
C	Total	10,80%	8,22%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,41%	3,23%
D2	Reincidência de Grupo A sobre o aviso prévio trabalhado e reincidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,38%	0,29%
D	Total	8,79%	3,52%
TOTAL(A+B+C+D)		84,61%	47,70%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8



PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão
SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA
LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão
BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 E SBC SLZ 10/2023
BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

COMPOSIÇÕES

CUP 01	PRÓPRIO ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS		
91677	SINAPI ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 5.233,55
90776	SINAPI ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 1.535,55
88326	SINAPI VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 812,10
100309	SINAPI TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,00	R\$ 646,50
90767	SINAPI APOINTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 789,40
90766	SINAPI ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 875,40
			20,00	R\$ 574,60
CUP 02	PRÓPRIO ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	MÊS		R\$ 6.358,59
1128127	ORSE PROJETO DE SUBESTAÇÃO	UN	1,00	R\$ 6.074,00
14025	SBC CÓPIA DE PROJETOS POR PLOTAGEM ELETRONICA	UN	2,00	R\$ 30,00
INSUMO 01	CREA-MA ART DE PROJETO	UN	1,00	R\$ 254,59
CUP 03	PRÓPRIO MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	MÊS		R\$ 9.588,02

FOLHA N°	91
N° PROC.	301001/2023
	D
	Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

5928	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV	CHP	20,00	R\$ 268,57	R\$ 5.371,40
5930	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV	CHI	3,00	R\$ 69,56	R\$ 208,68
92138	SINAPI	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4	CHP	40,00	R\$ 93,78	R\$ 3.751,20
92139	SINAPI	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4	CHI	6,00	R\$ 42,79	R\$ 256,74
CUP 04	PRÓPRIO	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN			R\$ 2.071,44
93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M.	M ³	0,60	R\$ 68,79	R\$ 41,27
94975	SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL.	M ³	0,50	R\$ 446,95	R\$ 223,48
103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. A	M ³	0,50	R\$ 240,12	R\$ 120,06
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	R\$ 14,47	R\$ 43,41
00041204	SINAPI	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 11,00 M, RESISTENCIA DE 600 DAN, TIPO B	UN	1,00	R\$ 1.643,22	R\$ 1.643,22
CUP 05	PRÓPRIO	ESTRUTURA DE MÉDIA TENSÃO 13,8 KV	UN			R\$ 2.012,99
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 19,70	R\$ 295,50
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 24,55	R\$ 368,25

FOLHA N°	99
N° PROC.	301001/2003
Rubrica	82



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8



00000379	SINAPI	ARRUELA QUADRADA EM AÇO GALVANIZADO, DIMENSAO = 38 MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18 MM	UN	64,00	R\$ 1,57	R\$ 100,48
00000437	SINAPI	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 400 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA DUPLA	UN	3,00	R\$ 30,97	R\$ 92,91
00000402	SINAPI	GANCHO OLHAL EM AÇO GALVANIZADO, ESPESSURA 16MM, ABERTURA 21MM	UN	3,00	R\$ 15,69	R\$ 47,07
00000442	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 45 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABAULADA	UN	4,00	R\$ 7,83	R\$ 31,32
00002528	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 2 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	1,00	R\$ 20,78	R\$ 20,78
00039214	SINAPI	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 2 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 3,32	R\$ 3,32
00004337	SINAPI	PORCA ZINCADA, QUADRADA, DIAMETRO 5/8"	UN	4,00	R\$ 2,87	R\$ 11,48
2520	ORSE	Conector cunha p/c 1/0 c/ 1/0 awg a1	UN	3,00	R\$ 13,75	R\$ 41,25
00007581	SINAPI	SAPATILHA EM AÇO GALVANIZADO P/ CABOS COM DIAMETRO NOMINAL ATE 5/8"	UN	3,00	R\$ 4,45	R\$ 13,35
00001580	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12	UN	6,00	R\$ 6,91	R\$ 41,46
00001578	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 50 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	6,00	R\$ 4,50	R\$ 27,00
INSUMO 01	PRÓPRIO	CONECTOR GUT "U" 5/8" X 1/4" 16 - 70 MM2	UN	5,00	R\$ 28,90	R\$ 144,50
INSUMO 02	PRÓPRIO	BUCHA DE ALUMINIO P/ ELETRODUTO FG 2 1/2"	UN	1,00	R\$ 7,45	R\$ 7,45
INSUMO 03	PRÓPRIO	CONECTOR KS 70,00 MM2	UN	2,00	R\$ 23,35	R\$ 46,70
INSUMO 04	PRÓPRIO	FITA DE AÇO INOX 430 0,50 X 3/4" (ROLO 25 M)	UN	1,00	R\$ 115,00	R\$ 115,00
INSUMO 05	PRÓPRIO	FECHO DENTATO DE AÇO INOX 430 X 3/4"	UN	6,00	R\$ 0,95	R\$ 5,70
00043130	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	1,00	R\$ 17,00	R\$ 17,00

FOLHA Nº	93
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8



00001091	SINAPI	ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO E 1 ISOLADOR	UN	1,00	R\$ 33,78	R\$ 33,78
10620	ORSE	Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestido com material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-95/35-95MM	UN	3,00	R\$ 2,42	R\$ 7,26
00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	2,00	R\$ 10,58	R\$ 21,16
00000404	SINAPI	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO)	M	4,00	R\$ 1,44	R\$ 5,76
655	ORSE	Conector ampacinho tipo VII vermelho / br 444.033-2	UN	1,00	R\$ 8,76	R\$ 8,76
9720	ORSE	Conector cabo-haste em bronze natural para 2 cabos cobre de 16mm ² a 70mm ² com grampo "U" e porcas de aço galv.Ref.TEL-580 ou similar	UN	5,00	R\$ 61,55	R\$ 307,75
4634	ORSE	Braço tipo C 15 kv	UN	1,00	R\$ 198,00	R\$ 198,00
CUP 06	PRÓPRIO	MEDICAO TRIFÁSICA EM BAIXA TENSÃO P/ TRANSFORMADOR DE 75 KVA	UN			R\$ 2.778,06
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,00	R\$ 19,70	R\$ 118,20
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,00	R\$ 24,55	R\$ 147,30
39693	SINAPI	CAIXA DE PROTECAO EXTERNA PARA MEDIDOR HOROSAZONAL, DE BAIXA TENSÃO, COM MODULO, EM CHAPA DE AÇO	UN	1,00	R\$ 2.512,56	R\$ 2.512,56
CUP 07	PRÓPRIO	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN			R\$ 340,53
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,50	R\$ 24,55	R\$ 36,83
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	R\$ 19,70	R\$ 19,70
3542	ORSE	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN	1,00	R\$ 284,00	R\$ 284,00
CUP 08	PRÓPRIO	MURETA P/ QUADRO ELÉTRICO EM ALVENARIA	UN			R\$ 5.274,56

FOLHA N°	94
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 17,39	R\$ 695,60
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 22,51	R\$ 900,40
88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 22,35	R\$ 178,80
88238	SINAPI	AJUDANTE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 17,38	R\$ 139,04
88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 22,17	R\$ 177,36
88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 17,94	R\$ 143,52
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 24,61	R\$ 196,88
100301	SINAPI	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 19,89	R\$ 159,12
43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	10,00	R\$ 17,00	R\$ 170,00
367	SINAPI	AREIA GROSSA	M ³	2,00	R\$ 70,91	R\$ 141,82
32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	50,00	R\$ 8,78	R\$ 439,00
1347	SINAPI	CHAPAPANEL DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA (MADEIRITE PLASTIFICADO) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 x 1100 MM, E = 12 MM	M ²	2,20	R\$ 76,04	R\$ 167,29
7267	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS NA HORIZONTAL, 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	UN	1.000,00	R\$ 0,75	R\$ 750,00
1379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	500,00	R\$ 0,84	R\$ 420,00
2692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA	L	1,00	R\$ 9,33	R\$ 9,33
4720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM)	M ³	1,00	R\$ 94,71	R\$ 94,71
5075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	1,00	R\$ 19,68	R\$ 19,68
38383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	10,00	R\$ 1,86	R\$ 18,60
6085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	20,00	R\$ 10,85	R\$ 217,00
35693	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	20,00	R\$ 11,82	R\$ 236,40

FOLHA N° 95
N° PROC. 304001/2023
Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	03
Nº PROC.	3000/2023
Rubrica:	Unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

MINUTA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	97
N° PROC.	301001/2003
Rubrica	J. R. M.

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - APRESENTAÇÃO:

O presente memorial é descritivo e tem por finalidade descrever as principais características técnicas do projeto elétrico destinado a implantação de uma subestação aérea trifásica de 75 kVA em poste simples com medição em abrigo e tarifação convencional A4 (Poder Público), de propriedade da Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão e com atividade voltada para a Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes e endereço na Rua Gonçalves Moreira, s/nº, Bairro Centro, CEP 65.665-000, município de São João dos Patos, Estado do Maranhão. O desenvolvimento do projeto se deu em conformidade com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e da concessionária local de distribuição de energia e a leitura deste memorial é obrigatória por parte do responsável pela execução dos serviços, por ser este um complemento do projeto.

2 - ENTRADA DE ENERGIA:

A tomada de energia, para atendimento da nova subestação, será trifásica em condutores 3#2AWG/13,8 kV e derivará de rede de trifásica da concessionária EQUATORIAL a ser construída, conforme croqui de localização. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser de comprovada qualidade, especificados pela ABNT e serem adquiridos de fornecedores cadastrados na EQUATORIAL, com o objetivo único de garantir o perfeito funcionamento, durabilidade, confiabilidade, acabamento e segurança do mesmo e a execução dos trabalhos deverá obedecer aos preceitos da boa técnica e de segurança, critérios estes que prevalecerão em quaisquer casos omissos que possam existir no projeto ou nas especificações dos materiais, de modo a não originar dúvidas que porventura possam existir durante o processo.

3. SUBESTAÇÃO:

As estruturas de derivação e da nova subestação serão do tipo PN3(1). Na cruzeta da subestação serão instalados, para a proteção do sistema contra sobretensão ou descargas atmosférica, 3 (três) para-raios de distribuição, poliméricos sem centelhador, 21 KV, 10 kA, em sistema de neutro aterrado. Na cruzeta de derivação serão instaladas as três chaves fusíveis, classe 25 kV, base C com elos tipo H de 5A. O poste de sustentação do TR será circular com altura de 11 metros e capacidade para 600 daN.

4. TRANSFORMADOR:

A carga total do sistema será atendida através de 01 (um) transformador de distribuição, trifásico, ligação delta-estrela aterrado, tensões primárias 13.800/13.200/12.600 V e tensão secundária 380/220 V, potência nominal 75 kVA, NBR 5440/87, com alças de suspensão, que será protegido por chaves fusíveis desligadoras base C, 100A com elos fusíveis tipo H.

5. CONDUTORES:

De MT (ramal de ligação): será em cabos de alumínio nu sem alma de aço (CA) e bitola 3#2AWG, com tensão nominal de operação de 23,1kV e neutro de interligação em cabo de alumínio 2AWG-CA em uma extensão aproximada de 20 m. De BT (secundário do TR): do secundário do transformador partirão até a caixa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA N°	99
N° PROC.	301005/2003
Rubrica	

de medição e proteção geral localizada no abrigo de medição e acondicionados em 1 (um) eletroduto do tipo PVC rígido, bitola 4" já existente no local, 4 (quatro) condutores, sendo 1 (um) por fase na cor preta, 1 (um) por fase na cor vermelha, 1 (um) por fase na cor cinza ou branco e 1 (um) para o neutro na cor azul claro, todos com isolamento em XLPE, temp. do condutor 90°C, flexíveis, unipolares, isolamento 0,6/1 kV e bitola 70mm². A partir do disjuntor de proteção geral do sistema, que estará localizado no abrigo de medição, até o quadro de geral de distribuição (QGD) existente no interior ETE, os condutores de BT seguirão – com as mesmas características: 4#70mm² - XLPE – 0,6/1 kV acondicionados em 1 eletroduto do tipo PVC corrugado, bitola 4" na extensão que ficará subterrânea até o QGD. Os condutores de baixa tensão deverão ser marcados, em ambas as extremidades, na mesma seqüência de fases da rede EQUATORIAL, através de anilhas ou fitas plásticas. Serão utilizados nas extremidades dos condutores de baixa tensão conectores do tipo terminal TM para a conexão dos mesmos junto ao transformador, TCs e disjuntores.

6. ABRIGO DE MEDIÇÃO E ENTRADA DE ENERGIA:

O sistema de medição já existentes, é composto por uma caixa de medição do tipo HS para alojamento do medidor, uma caixa de medição do tipo TC-1 para alojamento dos transformadores de corrente e uma caixa para alojamento da proteção geral do sistema, metálica, com dimensões 55x68x25cm e estarão embutidos em abrigo de alvenaria com as tubulações de estrada de energia existentes no local, será instalado somente o poste de sustentação e subestação de 75 kVA.

7. PROTEÇÃO GERAL:

Será instalado um disjuntor trifásico, industrial, do tipo CA, capacidade de interrupção 10 kA, corrente nominal 125A, dimensionado de acordo com a demanda provável do sistema.

8. ATERRAMENTOS:

Para o aterramento do neutro e da carcaça do transformador deverá utilizado cabo de cobre nu, meio duro, 07 fios, bitola 35 mm² e para o aterramento dos para-raios e das partes metálicas da medição deverá utilizado cabo de cobre nu, meio duro, 07 fios, bitola 35 mm². A malha de aterramento deverá ser feita conforme configuração constante no ANEXO XI do ADENDO 02 da NT-01/At de ago/2005 com a utilização de cabo de cobre nu, meio duro, bitola 50 mm² e composta de no mínimo 05 (cinco) hastes do tipo cooperweld 5/8 "x 2400 mm. A resistência máxima de terra não poderá ser superior a 10 ohms em qualquer época do ano descidas dos aterramentos deverão ser interligadas ao nível do solo. O ponto de conexão haste/cabo das malhas de aterramento deverá ser feito através de conector apropriado e também ser acessível à inspeção através da caixa de inspeção existente, em concreto tipo cilíndrica com diâmetro interno nominal de 250 mm e profundidade 400 mm, com tampa de concreto armado e alça retrátil.

9. CAIXAS DE PASSAGEM E INSPEÇÃO:

A caixa de passagem e de inspeção do aterramento serão do tipo em alvenaria com dimensões conforme projeto. A caixa de passagem local

10. DADOS DE CARGA:



FOLHA N°	10
N° PROC.	30605/2020
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

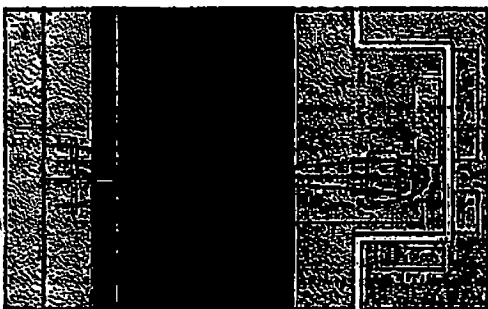
As cargas a serem instaladas ao sistema serão compostas basicamente de iluminação, tomadas e motores.

11. FATOR DE POTÊNCIA:

Deverão ser tomadas as providências necessárias pelo proprietário para que o fator de potência médio da instalação fique, após a instalação das cargas, dentro dos parâmetros estabelecidos pela EQUATORIAL, ou seja, no mínimo 92 %.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

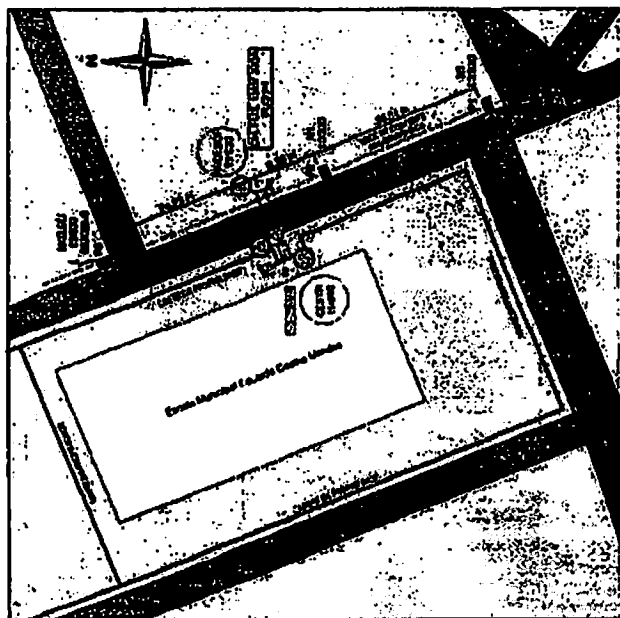
Todas as alterações efetuadas na instalação do sistema, quando de sua execução, em desacordo com o projeto e sem a aquiescência do projetista serão de inteira responsabilidade do proprietário, eximindo-se o autor de qualquer ônus que possam existir pelo fato. Após a energização da subestação, somente poderão dar manutenção preventiva ou corretiva no sistema elétrico da empresa trabalhadores autorizados, conforme item 10.8.7 da NR-10, sendo que os mesmos deverão estar devidamente protegidos através do uso obrigatório de EPIs, dentre os quais se incluem: luvas de borracha para baixa tensão, botinas de eletricitista, uniforme, capacete de eletricitista, óculos de proteção. Deverá ser observado pelo trabalhador autorizado, quando da ocorrência de alguma anormalidade nas instalações elétricas da empresa e que venham a desligar o disjuntor geral da instalação, a posição da alavanca do mesmo, para ter uma noção inicial sobre o que pode ter ocorrido (sobrecarga no sistema, curto-circuito, etc). Quando for necessário efetuar manutenção no sistema elétrico da empresa, cuidar para que apenas ferramentas e equipamentos elétricos compatíveis com a atividade a ser desenvolvida sejam utilizados, conforme item 10.4.3 da NR-10. Todo e qualquer ferramental que possa a ser utilizado na manutenção elétrica, deverá estar com as suas condições isolantes em boas condições e com laudos de inspeção e testes atualizados e válidos, conforme item 10.4.3.1 da NR-10. A instalação elétrica, após a sua energização, deverá ser mantida em condições seguras de funcionamento, realizando inspeções periódicas na mesma, conforme item 10.4.4 da NR-10. Realizar inspeções e medições periódicas na malha de aterramento da subestação de energia elétrica (no mínimo 2 vezes ao ano). No caso de se encontrar valores acima de 10 ohms, realizar tratamento do solo ou aumentar o nº de hastes de cobre na malha. Não permitir que os locais dos serviços elétricos, compartimentos e invólucros de equipamentos sejam utilizados para armazenamento de ou guarda de quaisquer outros objetos, conforme item 10.4.4.1 da NR-10



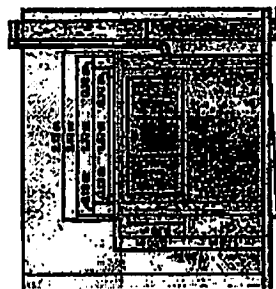
3 AFASTAMENTOS
1:10

LEGENDA	
	POSTE EXISTENTE
	POSTE A INSTALAR
	TRAFO A INSTALAR
	PARAFUSOS A INSTALAR
	CHAVES FLUXOS A INSTALAR
	ATERRAMENTO A INSTALAR
	ESTRUTURA A INSTALAR
	EQUIPAMENTO A INSTALAR
	REDE DE BAIXA TENSÃO
	REDE DE MEDIA TENSÃO

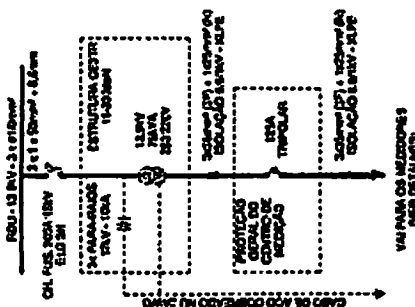
COORDENADAS UTM		
	X	Y
P1	643223,06	5201697,52
P2	643228,85	5201722,07
P3	643218,46	5201754,27
P4	643228,57	5201726,67
P5	643217,87	5201726,06



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
1:200



2 MURETA DE MEDIÇÃO
1:25



TARCISO CARVALHO SILVA-02901691358
 Aplicado de forma digital por
TARCISO CARVALHO SILVA-02901691358
 Cadenc: 2023.03.24-02:11:05 -43799

PROPOSTA Nº: 01/02

EMPRESA: TARCISO CARVALHO SILVA

PROPOSTA Nº: 01/02

EMPRESA: TARCISO CARVALHO SILVA

PROPOSTA Nº: 01/02

EMPRESA: TARCISO CARVALHO SILVA



ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 109
 Nº PROC. 301001/2023
 unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023

**ANEXO III
 MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS
 PATOS - MA E A EMPRESA
 PARA A
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
 IMPLANTAÇÃO DE 01 (UMA) SUBESTAÇÃO
 DE 75 KVA NA ESCOLA MUNICIPAL
 EDUARDO COELHO MENDES, ZONA
 URBANA, PARA ATENDER AS
 NECESSIDADES DA SECRETARIA
 MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, com sede à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr., CPF SSP/MA e a empresa..... estabelecida em adiante denominada Contratada, inscrita no CNPJ sob nº neste ato representado pelo Sr. com fundamento na Lei n.º 8.666, de 21/06/93, no no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023 - SRP, firmam o presente Contrato Administração e Emprego, que passará a vigorar a partir de sua assinatura e será regido pelas cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de conformidade com as especificações e discriminações contidas nos projetos (ANEXO I).

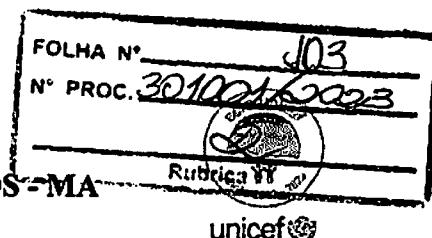
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O valor do contrato é de R\$ (..... por extenso.....).

2.2 - O pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com as liberações do órgão financiador da obra e medições realizadas, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da nota fiscal/fatura respectiva, após medição e comprovação dos serviços efetivamente realizados, conforme boletim assinado pelo servidor designado para acompanhar



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



e fiscalizar a execução do objeto desta licitação, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento da primeira medição só será efetuado com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia do Maranhão (CREAMA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (CAU/MA), instalação da placa da obra e do Alvará de Construção, expedido pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA sem a devida comprovação da regularidade exigida na fase de habilitação da licitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da nota fiscal e fatura, tendo a CONTRATANTE aguardado a medição respectiva, fica esta obrigada a pagar multa de 0,02% (dois centésimos por cento) por dia sobre o valor vencido.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco _____, Agência nº _____ e conta nº _____.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 As despesas para atender ao objeto desta licitação ocorrerão por conta de recursos próprios, da seguinte dotação orçamentária:

- 02 - PODER EXECUTIVO
- 0205 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- 020500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- 12 - EDUCAÇÃO
- 12 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
- 12 361 0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
- 12 361 0003 1002 0000 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
- 4 4 90 0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
- 1 500 0000 0001 - MANTENIMENTO

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo máximo previsto para execução e conclusão das obras e serviços, objeto deste Contrato, serão de 02 (dois) meses a ser contado a partir da emissão da Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura.

4.2 - O prazo contratual poderá ser prorrogado, nas seguintes situações:

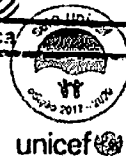
4.2.1 - A juízo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, através de justificativa fundamentada apresentada pela Contratada;

- Na ocorrência de quaisquer dos motivos, devidamente autuados em processo, citados no parágrafo primeiro, incisos I a VI, do artigo 57 da Lei 8666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	104
Nº PROC.	301005/2023
Rubrica	



– A eventual reprovação das obras e serviços em qualquer fase de execução, não implicará em alterações de prazos, nem eximirá a contratada da penalização das multas contratuais.

– A vigência deste Contrato poderá ser prorrogada, no interesse da CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo.

4.5 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

5.1 - A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da execução destes serviços, causados à Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA ou a terceiros, ficando ainda, responsável, na vigência do Contrato, pela guarda e vigilância da área do terreno onde se situa o objeto contratual.

5.2 - A Contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos materiais empregados. Também providenciará a remoção de resíduos, entulhos, etc., decorrentes da movimentação das obras, bem como a recuperação e reconformação de áreas danificadas pelo uso do solo ou jazidas de qualquer natureza. Serão ainda removidas construções e instalações provisórias de qualquer natureza que tenham sido efetuadas pela Contratada.

5.3 - A Contratada não poderá subempreitar, nem ceder o total dos serviços a ela adjudicados, sem a anuência da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

5.4 - As obras e serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas e especificações dos projetos, obedecendo às condições do Edital, como também deverão atender às normas especificações e métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

5.41 – Cabe à conta da Contratada a manutenção de placa de obra instalada.

5.5– Por intermédio do processo devidamente instruído serão admitidos decréscimos ou acréscimos de obras/serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, no caso de construção e/ou ampliação; e até o limite de 50% (cinquenta por cento), para acréscimos, também do valor inicial contratado, no caso particular de reforma e/ou adaptação de edificação.

b) Decréscimos de Serviços:

b.1) Se a Contratada já houver adquirido os materiais para aplicação nas obras/serviços, antes da Ordem de Supressão, serão pagos exclusivamente os valores dos materiais pelos preços de aquisição regularmente comprovados, devendo os mesmos serem recolhidos ao almoxarifado da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	105
Nº PROC.	301001/2013
Rubrica	2

b.2) Se a Contratada não se manifestar após a Ordem de Supressão, será deduzido dos pagamentos o valor dos serviços, conforme previsto na Planilha Orçamentária.

c) Acréscimos de Serviços:

Referem-se a serviços executados a maior, porém constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela Contratada. Neste caso os preços serão aqueles previstos na mesma.

5.6 – A Contratada durante toda a execução do Contrato, deverá:

6.6.1 - Manter um (um) engenheiro como Responsável Técnico da Obra, com poderes de representá-la perante à FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

5.6.1- Permitir e facilitar, a qualquer tempo, os trabalhos da Fiscalização, incluindo o livre acesso ao local dos trabalhos, bem como aos depósitos, instalações e equipamentos pertinentes com o objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1– Serão realizadas medições mensais pela Fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA com o acompanhamento da Contratada, até o dia 10 (dez) de cada mês, as quais compreenderão integralmente, os serviços realizados no mês imediatamente anterior.

6.2 - Os pagamentos serão feitos diretamente à contratada pela Contratante, mediante a apresentação de notas fiscais/boletins aprovados pela administração, referentes às obras executadas de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO

7.1 – Os preços propostos pela Contratada não serão reajustados.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – A execução das obras e serviços será acompanhada e fiscalizada diretamente pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

8.2 – Caberá à Fiscalização verificar se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os termos de Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como providenciar as medições dos serviços, autorizar substituição de materiais e alterações de projetos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA– DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

9.1 – O recebimento da obra/serviços dar-se-á da seguinte forma:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	106
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2

a) Provisoriamente através da Fiscalização designada para o acompanhamento dos serviços, mediante Termo circunstanciado, denominado Termo de Recebimento Provisório de Obra/Serviço, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada indicando que as obras e serviços estão concluídos. A critério da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, o Termo poderá ser lavrado e assinado pelas partes, independente da comunicação da Contratada, desde que a Fiscalização verifique, de fato, a conclusão dos serviços e emita a última medição do objeto contratual.

b) Definitivamente através de Comissão designada pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, mediante Termo circunstanciado, denominado Termo de Recebimento Definitivo de Obra/Serviço, assinado pelas partes em prazo de até 15 (quinze) dias contados da emissão do Termo Provisório, condicionado, entretanto, à adequação do objeto aos termos contratuais.

9.2 – Recebido o objeto contratual, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Secretaria Municipal de Educação rejeitará no todo ou em parte, as obras e serviços executados em desacordo com os projetos e especificações técnicas do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 – Constituem motivos para rescisão deste Contrato:

O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

A lentidão do seu cumprimento, levando a contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços no prazo estipulado;

O atraso injustificado no início dos serviços;

A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à contratante;

A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

O desatendimento das determinações regulares emanadas por servidor ou comissão designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as da autoridade competente;

O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da lei federal nº 8.666/1993;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	107
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

A dissolução da contratada;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudiquem a execução deste contrato;

Descumprimento do disposto no inciso v do art. 27 da lei federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

A supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do inciso v § 2º do art. 65 da referida Lei;

A suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevista desmobilizações e mobilizações das forças contratadas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os atos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nas alíneas "a" a "n" desta cláusula;
- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer com base nas letras "m" a "q" desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	108
Nº PROC.	30500/2023
Rubrica	
unicef	

regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - São motivos de inadimplemento e sanções administrativas a execução deste contrato:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor global previsto no Contrato, enquanto perdurar o inadimplemento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além da multa aludida no Parágrafo Primeiro, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, na hipótese de inexecução total ou parcial do Contrato, as seguintes sanções:

advertência;

multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto do contrato, nos casos que ensejarem a sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE;

suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b" do Parágrafo Segundo.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do Parágrafo Segundo poderão, também, ser aplicadas às empresas que, em razão de contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993:

tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;


demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1 – As obras e serviços serão executados no regime de Empreitada por SERVIÇO, conforme



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	109
Nº PROC.	301001/2022
Rubrica	
 unicef	

as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, devendo ser realizada na forma de MEDIÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - Além das disciplinadas no Edital e de outras decorrentes do cumprimento de normas regulamentares, são obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limite a sua responsabilidade:

Iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Substituir ou afastar qualquer empregado por recomendação da CONTRATANTE, que comprovadamente causar embaraço a boa execução do objeto contratado;

Comparecer, sempre que solicitada, à sede da CONTRATANTE, no horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e aceitar providências;

Obedecer as normas e especificações constantes do Edital e seus Anexos e respeitar rigorosamente as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

Manter no local da obra o livro "Livro de Ocorrências", com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante legal e pela fiscalização, que deverá ficar à disposição da fiscalização para anotação de todas as ocorrências;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções apontadas pela fiscalização nos serviços ou nos materiais e equipamentos empregados;

Indicar formalmente a fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos a contar da assinatura do Contrato, e prepostos que, uma vez aceito pela CONTRATANTE, a representará na execução do Contrato.

g.1) O preposto não poderá ser substituído sem prévia anuência da CONTRATANTE;

Permitir o livre exercício da fiscalização a técnicos designados pela CONTRATANTE;

Fazer prova perante a CONTRATANTE, do cumprimento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;

Comparecer em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada contra a CONTRATANTE por empregado da CONTRATADA, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

Fornecer, às suas expensas, os uniformes e materiais de proteção e segurança (equipamentos de proteção individual e coletivo), indispensáveis para a execução dos serviços que assim o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	110
Nº PROC.	30/001/2023
Rubrica	

unicef

exigirem, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;

Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços objetivados no presente instrumento;

Assumir a responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados aos seus funcionários e a terceiros por culpa ou dolo.

Receber, conferir, guardar e zelar pelos bens que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, os quais ficarão sob sua responsabilidade até o recebimento do objeto do Contrato;

Assumir toda responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados aos seus funcionários e por estes a terceiros, por culpa ou dolo;

Responsabilizar-se os custos referentes à aquisição e transporte de materiais e instrumentos necessários a execução dos serviços objeto deste contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas com transporte, alimentação e todos os outros encargos incidentes sobre a mão-de-obra utilizada para os serviços;

Remover do local dos serviços, as suas despesas, diante de todos os expurgos provenientes dos serviços que realizar, independentemente da sua contratação;

Responder por todos os encargos trabalhistas e previdenciários, bem como a obrigatoriedade na substituição de funcionários em férias ou afastado do serviço por qualquer motivo superior a 02 (dois) dias úteis;

Responsabilizar-se exclusivamente pelos encargos de gratificações, encargos previdenciários e trabalhistas dos servidores locados no Contrato;

Selecionar, recrutar e contratar preferencialmente mão-de-obra local para o cumprimento do objeto deste Contrato, em seu nome e sob inteira responsabilidade, observando os princípios da eficiência e legalidade, com todos os requisitos de qualificação, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, tudo em respeito ao que prescreve o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/1993 e fazer prova perante a CONTRATANTE do cumprimento de todas estas obrigações, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;

Registrar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão – CRE/MA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/MA, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao objeto deste Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

Planejar previamente os serviços e as atividades programadas para que o trabalho se realize no menor prazo possível;

Remover todo material excedente de escavação, cuidando-se ainda que não seja conduzido para as bocas de lobo, causando seu entupimento (áreas urbanas).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	11
Nº PROC.	301005/2003
Rubrica	
unicef	

Evitar nas áreas de bota-fora, ou de empréstimos necessários à realização dos dispositivos, lançamentos de materiais de escavação que possam afetar o sistema de drenagem superficial.

A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

Manter durante a execução do contrato, todas às condições de habilitação exigidas na licitação.

13.2 Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA se obriga a fornecer todo o projeto executivo, em tempo hábil, necessário à execução da obra/serviços, bem com todas as informações e instruções julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Sem que a elas se limite sua responsabilidade, são as seguintes as obrigações da CONTRATANTE:

Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;

Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto presente Contrato, através de gestor de contrato designado formalmente, sendo preferencialmente um servidor (um) agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração;

Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;

Notificar a CONTRATADA para a reparação, correção, remoção ou substituição, às suas expensas, no todo ou em parte, das situações em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços;

Efetuar os pagamentos à contratada de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da obra;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

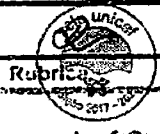
Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Integram ainda o Contrato, guardada a necessária conformidade, complementando o presente para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, obrigando as partes em todos os seus termos:



ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 119
 Nº PROC. 301001/2020
 Rubrica

 unicef

os documentos de Licitação, bem como a proposta Contratada;

a Lei n.º 8.666 de 21/06/93;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO

16.1 – Elegem as partes o Foro da cidade de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em (três) vias de igual teor, os representantes da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA e da Contratada.

SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, em de de

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

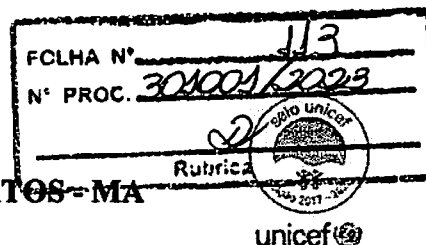
 CPF

 CPF

MINUTA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO**

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação Pregão Eletrônico nº XXX/2023, aberto do Processo Administrativo nº XXXXXX/2023, instaurada pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, que a empresa:


- Cumpre ao disposto nos incisos XXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 14 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, e o Regulamento da Lei nº 9.024, de 27 de outubro de 2002;
- Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- Não foi declarada inidônea por ato do Poder Judiciário;
- Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei 8666/93.
- Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

Cidade (UF), ... de de 2023

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	114
Nº PROC.	301001/2023
	
unicef	

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO V

DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do Pregão e os termos constantes no Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023 e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne a apresentação de documentação para fins de habilitação.

Cidade (UF), _____ de 2023

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 116
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica [assinatura]



- 1 - Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
- 2 - A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.
- 3 - Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

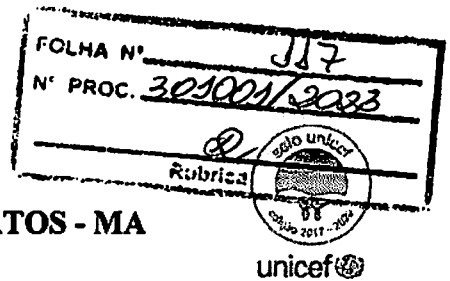
Cidade (UF). , ... de de 2023

Nome da empresa + CNPJ
Nome do responsável legal + empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MANUATA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

TIMBRE DA EM PRES A
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Ao Pregoeiro do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Prestadora de serviços de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2023, aberto do Processo Administrativo nº XXXXXX/2023, instaurada pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, bem como de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº XXX/2023, aberto do Processo Administrativo nº XXXXXX/2023, instaurada pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA.

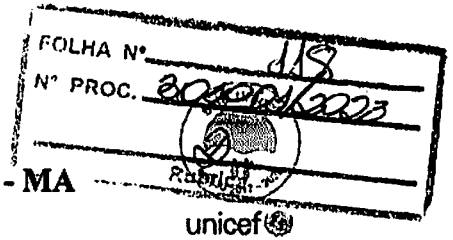
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade (UF), ... de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

TIMBRE DA EMPRESA
 (Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

- MICROEMPRESA
- EMPRESA DE PEQUENO PORTE

..... inscrita no (razão social da empresa) Social da Empresa) CNPJ nº....., endereço, cidade.

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa:, inscrita no CNPJ nº, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, esta aceita a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais débitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?
 SIM NÃO

Cidade (UF). , ... de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
 Nome do responsável legal da empresa
 RG do responsável
 CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 119
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica 2
unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO FAMILIAR

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa) (nome empresarial da licitante) , inscrita no CNPJ nº: , com sede no endereço completo , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) , infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº , para fim do presente processo licitatório, **DECLARA** não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA que impossibilite a participação no referido PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/2023.

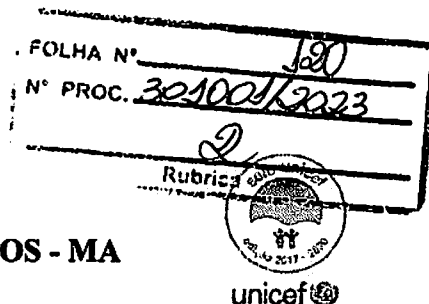
Cidade (UF) de 2023

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MANUSCrito



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO X

Modelo Carta Proposta do objeto

(Local e data)

Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA - MA.
Comissão Permanente de Licitações - CPL
Ref.: Pregão ELETRÔNICO nº XXX/2023.

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do Pregão ELETRÔNICO em referência, com os quais estamos plenamente de acordo, apresentamos nossa proposta para a contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) substituição de TUBA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

O valor global de nossa proposta é de R\$ _____, extenso _____), conforme detalhado na Planilha de Quantidades e Preços anexa.

Estamos cientes de que as quantidades constantes da Planilha de Quantidades e Preços são estimativas, e poderão variar para mais ou para menos, em função das reais necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, observados os limites legais.

14) Nossa proposta é válida por 60 (sessenta) dias a partir da abertura do envelope e, caso nos seja atribuído o objeto da licitação, comprometemo-nos a comparecer no local, data e horário estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA para a assinatura do Contrato.

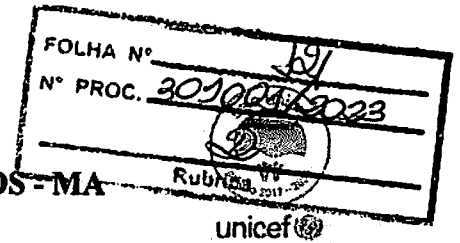
Atenciosamente,

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

OBSERVAÇÃO: PREENCHIMENTO OBRIGATORIO COM TODOS OS DADOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENGENHEIRO ELETRICISTA

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023

[identificação completa do representante da licitante], representante devidamente constituído da empresa [identificação completa da licitante] declara, em atendimento à condição prevista no do Edital da Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023 que o(a) Sr(a)

_____, portador(a) do CPF(MF) nº _____ e inscrito(a) em CREA ou CAU/____ sob o nº _____,

ENGENHEIRO ELETRICISTA é (a) nosso(a) indicado(a) como Responsável Técnico para acompanhar a execução da obra, objeto da licitação em apreço.

Local e data

Assinatura e carimbo



ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 198
 Nº PROC. 301001/2023

 unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADO OS SERVIÇOS

A
APREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2023

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº e o Senhor responsável técnico da referida empresa, **DECLARAMOS** conhecer o local a ser executada os serviços seja na sede ou zona rural, bem como todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse ato e informando que não utilizaremos para qualquer questionamento ou recurso que implique em sanções técnicas ou financeiras, isentando a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

MANUATA

..... (data)

.....
 (Representante Legal)

.....
 (Engenheiro responsável)
ENGENHEIRO ELETRICISTA



ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 193
 Nº PROC. 304001/2023
 Rubrica



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO XIII

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

A Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, por intermédio do servidor abaixo assinado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, designado pela autoridade competente, tendo constatado a conclusão da obra/serviço de engenharia de _____, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas na licitação em epígrafe, expede o presente TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, de acordo com o que dispõe a alínea "a" do inciso I do Art. 73 da Lei Federal nº 8666/1993.

SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, _____ de _____ de 20__

 servidor responsável pela fiscalização da obra
 CPMA-MA

 autoridade competente

XXXXXXXXXXXXXX
 representante legal da CONTRATADA

MANUATA



ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
 CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 194
 Nº PROC. 301004/2023
 Rubrica [assinatura]



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº XXX/2023 - SRP

ANEXO XIV

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

A Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, por intermédio do servidor abaixo assinado, designado pela autoridade competente, tendo constatado a conformidade da obra/serviço de engenharia de _____, com as especificações estabelecidas no processo licitatório, expede o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** de acordo com o que dispõe a alínea "b" do inciso do Art. 7º da Lei Federal nº 8666/1993.

Este Termo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra, nos limites estabelecidos em lei.

SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, de _____ de _____ de 20__

 servidor responsável pela fiscalização da obra
 CREA-MA _____

 autoridade competente

XXXXXXXXXXXX
 representante legal da CONTRATADA

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 301001/2023

Pregão Eletrônico

Prefeitura de São João dos Patos – Secretaria de Educação

ASSUNTO: ANÁLISE DA MINUTA DE EDITAL E SEUS ANEXOS. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE 01 (UMA) SUBESTAÇÃO DE 75 KVA NA ESCOLA MUNICIPAL EDUARDO GOELHO MENDES, ZONA URBANA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA. CONTINUIDADE DO CERTAME.

1. RELATÓRIO

Versa o presente parecer acerca do requerimento formulado pela Comissão Permanente de Licitação, referente a processo licitatório Pregão Eletrônico (processo administrativo nº 301001/2023), objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de implantação de 01 (uma) subestação de 75 kva na escola municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de São João dos Patos – MA.

Integram os autos os seguintes documentos:

- a) Solicitação de realização de licitação para aquisição dos instrumentos descritos no procedimento;
- b) Justificativa do solicitante;

- c) Termo de Referência;
- d) Planilha de Estimativa de Preços;
- e) Minuta do Edital acompanhada dos anexos.

É o que importa relatar.

2

2. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Preliminarmente, importa asseverar que compete a esta assessoria prestar consultoria sob prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que são reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, muito menos examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, ressalvadas as hipóteses teratológicas.

Os limites supramencionados em relação a atividade desta assessoria jurídica se fundamentam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa. Outrossim, as manifestações desta Procuradoria Geral são de natureza opinativa e, desta forma, não vinculantes para o gestor público, podendo este adotar orientação diversa daquela emanada do parecer jurídico.

Pois bem.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

O consultante tem a pretensão de realizar processo licitatório objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de implantação de 01 (uma) subestação de 75 kva na escola municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de São João dos Patos - MA, por meio da modalidade Pregão Eletrônico ao amparo da Lei nº 10.520/2002 e do



Decreto nº 5.450/2005, com fulcro nos dispositivos abaixo transcritos, tendo em vista tratar-se de serviço comum, qual seja, aquele cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3

Lei nº 10.520/2002:

Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Decreto nº 10.024/2019:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º. A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

§ 2º. As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do regulamento interno de que trata o art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de



FOLHA Nº _____
S.º M.º C. 301001/2023
UNICEL
Rubrica: _____

junho de 2016, poderão adotar, no que couber, as disposições deste Decreto, inclusive o disposto no Capítulo XVII, observados os limites de que trata o art. 29 da referida Lei.

§ 3º. Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

§ 4º. Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

Desta forma, cumpre assevera que a adoção da modalidade licitatória denominada Pregão, somente pode ser utilizada na contratação de bens e serviços comuns. Importa, assim, destacar o entendimento doutrinário sobre a definição de bens e serviços comuns:

O conceito (indeterminado) de "bem ou serviço comum" possui as seguintes características básicas:

disponibilidade no mercado (o objeto é encontrado facilmente no mercado), padronização (predeterminação, de modo objetivo e uniforme, da qualidade e dos atributos essenciais do bem ou do serviço) e casuísmo moderado (a qualidade "comum" deve ser verificada em cada caso concreto e não em termos abstratos). (Rafael Carvalho Rezende Oliveira. *Licitações e Contratos Administrativos (Locais do Kindle 2143-2146)*, Edição do Kindle).

Portanto, o conceito de bens e serviços comuns inclui o padronizado, o casuísmo moderado e ainda aqueles serviços que podem ser descritos objetivamente. Nesse mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

No tocante à adequação da modalidade de licitação escolhida, entendo que os produtos/serviços demandados pelo TST podem ser enquadrar como bens comuns, uma vez que apresentam padrões claros de desempenho e de qualidade objetivamente definidos no edital, compatíveis com o padrão de mercado, nos termos do art. 2º, §1º, do Decreto nº 5.450/2005 (TCU – Acórdão 1114/2006 – Plenário)

Assim, da análise do termo de referência, justifica-se a adoção da modalidade licitatória Pregão, tendo em vista que o serviço a ser contratado é usualmente ofertado no mercado.

3.1. Da fase preparatória do pregão



O art. 8º do Decreto nº 10.024/2019 define quais procedimentos devem ser observados na fase preparatória do pregão:

6

Art. 8º. O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

Analisando os autos do processo licitatório, verifica-se o cumprimento dos incisos de I a VII do art. 8º do Decreto nº 10.024/2019.

3.2. Da fase externa do pregão

Quanto à fase externa do pregão, que ainda se iniciará, mister asseverar neste ponto, somente quanto a convocação dos interessados por meio de divulgação no Diário Oficial, por meio eletrônico (internet) e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação, nos termos do art. 20, caput, do Decreto nº 10.024/2019. 7

Outrossim, importante se faz mencionar a obediência ao art. 4º, V, da Lei 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto nº 10.024/2019, os quais determinam que o prazo fixado para a apresentação das propostas pelos interessados, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 08 (oito) dias úteis.

3.3. Da pesquisa de preço e disponibilidade orçamentária

A administração municipal, anteriormente a qualquer contratação, deverá prever o total de despesa que, por estimativa, será necessário despender com o objeto pretendido. Portanto, convém que a pesquisa de preços seja a mais ampla possível, envolvendo orçamentos praticados por diferentes fornecedores, exame de valores em outras contratações do Poder Público com objeto semelhante, preços constantes em Sistema de Registro de Preços, dentre outros meios, possibilitando a autoridade competente avaliar sobre as vantagens e a economicidade da contratação que se pretende levar a efeito.

No presente caso, foi realizada a devida cotação de preços. Tal resultado consta na planilha do Setor de Compras presente no bojo deste processo.

Mister observar que o processo administrativo deve ser instruído com a previsão dos recursos orçamentários, identificando-se, para cada uma das requisições, as respectivas rubricas. Contudo, de conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU - 1.279/2008-Plenário), na licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

3.4. Da minuta do edital e seus anexos

Segundo o art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555/2000 e art. 8º, incisos VII e VIII do Decreto nº 10.024/2019 (pregão eletrônico), o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato o que foi devidamente atendido nos autos deste processo. 8

3.5. Da análise da minuta do contrato

Quanto a Minuta do contrato, deve-se afirmar que o mesmo fora elaborado em consonância com a legislação de regência, havendo condições, portanto, de prosseguimento da licitação em seus ulteriores termos.

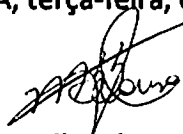
4. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica Municipal, abstraídas as questões técnicas e resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, **OPINAMOS** pela aprovação da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato. Ainda, resta juridicamente possível a continuidade do processo.

Conforme é sabido, o parecer jurídico que se dá nas contratações e licitações é meramente opinativo, não estando à administração vinculada ao parecer e obrigada a atendê-lo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São João dos Patos - MA, terça-feira, 07 de novembro de 2023.



Maykon Silva de Sousa


Procurador Geral

OAB/MA 14.924



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	133
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2



AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Aos 08 (oito) dias do mês de novembro do ano de 2023 autuo o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu Gilvana Noletto Araújo Correa – Presidenta da CPL, Presidente da CPL, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO:

- Processo Administrativo nº 301001/2023.
- Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2023 - SRP
- Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
- Tipo de Licitação: MENOR PREÇO/ ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Fundamenta-se na Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e o que couber demais legislações pertinentes.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

ESTIMATIVA DO VALOR:

O valor considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base numa média aritmética simples das propostas comerciais obtidas junto ao mercado, portanto, estima-se o valor de R\$ 121.841,02 (Cento e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e dois centavos).

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS:

As despesas serão custeadas através da seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO
0205 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
020500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12 – EDUCAÇÃO
12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
12 361 0003 – GESTÃO ADMINISTRATIVA
12 361 0003 1002 0000 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
4 4 90 52 00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1 500 00 200 001 – MDE.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	134
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	D



São João dos Patos/MA, em 08 de novembro de 2023.

Gilvana Noleto Araújo Correa
Gilvana Noleto Araújo Correa
Presidenta da CPL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	135
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2

Logo: São João dos Patos 2011-2023
unicef

JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo nº 301001/2023, na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, o Ato de designação da CPL, para a licitação que tem por objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.


São João dos Patos/MA, 08 de novembro de 2023.


Francisco Eduardo da Veiga Lopes
Pregoeiro do Município



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	136
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2



unicef

JUNTADA DE PORTARIAS E CERTIFICADOS DE CURSOS



FOLHA Nº	137
Nº PROC.	30001/2023
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br

Portaria nº 001/2023 – GABINETE DO PREFEITO

“Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiro Oficial e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os integrantes da Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública, nos termos do § 4º do art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93, os seguintes servidores:

- I – Gilvana Nolêto Araújo Corrêa – servidora efetiva, CPF nº 019.615.683-14;
- II- Francisco Eduardo da Veiga Lopes – servidor efetivo, CPF nº 925.822.903-78;
- III – Suelicy Vieira de Oliveira – servidora comissionada, CPF nº 603.080.183-03;

Parágrafo único. A comissão nomeada terá como função efetuar o registro cadastral de fornecedores, elaborar minuta de edital, contratos e outros atos pertinentes ao procedimento de licitação, julgar preliminarmente a habilitação, as propostas, os recursos e demais questionamentos sobre os processos administrativos de licitação pública e promover a alteração ou cancelamento de cadastros de licitantes.

Art. 2º. Fica designado como Presidente o servidor indicado pelo inciso I, e como primeiro Secretário o servidor mencionado no inciso II do artigo anterior.

§ 1º. A Comissão Permanente de Licitação – CPL terá número mínimo de três titulares, o Presidente, o Secretário e um membro nomeado por esta Portaria, no III do artigo anterior, como quórum para iniciar qualquer sessão.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br

FOLHA N°	138
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	

§ 2º. A Sessão da Comissão Permanente de Licitação deverá ser iniciada, preferencialmente, com a presença de um representante da Controlaria Geral do Município, caso haja, com direito a voz sem direito a voto, devendo ser registrado sua presença nos autos do processo.

Art. 3º. Ficam igualmente nomeados para exercer as funções de Pregoeiro e de membros da equipe de apoio para funcionar nos processos administrativos de licitação na modalidade Pregão, os seguintes servidores:

- I – Pregoeiro: Francisco Eduardo da Veiga Lopes – servidor efetivo, CPF nº 925.822.903-78;
- II – Equipe de Apoio: Gilvana Nolêto Araujo Corrêa – servidora efetiva, CPF nº 019.615.683-14.
- III – Equipe de Apoio: Suelieny Vieira de Oliveira – servidora comissionada, CPF nº 603.080.183-03;

§ 1º. Os servidores nomeados nesta Portaria, de forma independente, respondem por seus próprios atos e decisões perante a administração ou à terceiros.


Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão,
aos 02 dias do mês de janeiro de 2023.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: **LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE**
Código identificador: 2a4b87d1d6a6069e56795767265e5e72

FOLHA Nº	124
TERMO DE RATIFICAÇÃO	2023/2023
Rubrica	

PORTARIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria nº 001/2023 - GABINETE DO PREFEITO

"Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiro Oficial e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os integrantes da Comissão Permanente de Licitação - CPL, para as modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública, nos termos do § 4º do art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93, os seguintes servidores:

I - Gilvana Nolêto Araújo Corrêa - servidora efetiva, CPF nº 019.615.683-14;

II - Francisco Eduardo da Veiga Lopes - servidor efetivo, CPF nº 2.903-78;

III - Sueliely Vieira de Oliveira - servidora comissionada, CPF nº 603.080.183-03;

Parágrafo único. A comissão nomeada terá como função efetuar o registro cadastral de fornecedores, elaborar minuta de edital, contratos e outros atos pertinentes ao procedimento de licitação, julgar preliminarmente a habilitação, as propostas, os recursos e demais questionamentos sobre os processos administrativos de licitação pública e promover a alteração ou cancelamento de cadastros de licitantes.

Art. 2º. Fica designado como Presidente o servidor indicado pelo inciso I, e como primeiro Secretário o servidor mencionado no inciso II do artigo anterior.

§ 1º. A Comissão Permanente de Licitação - CPL terá número mínimo de três titulares, o Presidente, o Secretário e um membro nomeado por esta Portaria, no III do artigo anterior, como quórum para iniciar qualquer sessão.

§ 2º. A Sessão da Comissão Permanente de Licitação deverá ser iniciada, preferencialmente, com a presença de um representante da Controlaria Geral do Município, caso haja, com direito a voz sem direito a voto, devendo ser registrado sua presença nos autos do processo.

Art. 3º. Ficam igualmente nomeados para exercer as funções de pregoeiro e de membros da equipe de apoio para funcionar nos processos administrativos de licitação na modalidade Pregão, os seguintes servidores:

I - Pregoeiro: Francisco Eduardo da Veiga Lopes - servidor efetivo, CPF nº 925.822.903-78;

II - Equipe de Apoio: Gilvana Nolêto Araújo Corrêa - servidora efetiva, CPF nº 019.615.683-14.

III - Equipe de Apoio: Sueliely Vieira de Oliveira - servidora comissionada, CPF nº 603.080.183-03;

§ 1º. Os servidores nomeados nesta Portaria, de forma independente, respondem por seus próprios atos e decisões perante a administração ou à terceiros.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, aos 02 dias do mês de janeiro de 2023.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: **LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE**
Código identificador: 779a3ff8becbc65e6aced6874e46f484

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICO, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no art. 24, inc. X, da citada lei, Dispensa de Licitação a favor da Pessoa Física, **Antônio Marcos Lima Freitas**, portador de CPF: nº 896.234.443-20, perfazendo-se o valor total de **R\$ 27.840,00 (Vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais)**, objetivando a locação de imóvel Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e o empenhamento da despesa nas dotações próprias do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da já citada lei, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida. São João dos Patos - MA, 06 de janeiro de 2023. **Kairo Coelho de Sousa Correa** Secretário Municipal de Saúde Portaria nº 209/2021

Publicado por: **LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE**
Código identificador: 172f12a50c12c596ac5740ded5b98b88

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICO, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no art. 24, inc. X, da citada lei, Dispensa de Licitação a favor da Pessoa Física, **Ellonaria Rosa Alencar Silva Quirino**, portador de RG nº 17682622001-6 SSP/MA e CPF nº 001.592.853-56, perfazendo-se o valor total de **R\$ 16.640,00 (Dezesseis mil seiscentos e quarenta reais)**, objetivando a locação de imóvel localizado na Avenida Presidente Médici, nº 221/8, Centro em: São João dos Patos -MA, para funcionamento do Centro Avançado de Saúde, Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e o empenhamento da despesa nas dotações próprias do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da já citada lei, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida. São João dos Patos - MA, 06 de janeiro de 2023. **Kairo Coelho de Sousa Correa** Secretário Municipal de Saúde Portaria nº 209/2021

Publicado por: **LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE**
Código identificador: f820710418b1a62dc11b54c2649371dd

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICO, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no art. 24, inc. X, da citada lei, Dispensa de Licitação a favor da Pessoa Física, **Marljara Coelho de Sousa Gonçalves**, portador de RG nº 1.655.383- SSP/PI e CPF nº 462.606.333-00, perfazendo-se o valor total de **15.180,00 (Quinze mil cento e oitenta reais)**, objetivando a locação de imóvel a localizado na Rua Almirante Barroso, São Francisco, CEP.: 65.665-000, São João dos Patos/MA, para funcionamento do Programa Saúde da Família (PSF) - São Francisco II, no Município de São João dos Patos - MA, Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e o empenhamento da despesa nas dotações próprias do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da já citada lei, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida. São João dos Patos - MA, 06 de janeiro de 2023. **Kairo Coelho de Sousa Correa** Secretário Municipal de Saúde Portaria nº 209/2021

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

GILVANA NOLETO ARAÚJO CORRÊA

participou, com êxito, do curso Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet), na modalidade presencial, realizado nos dias 11 a 15 de janeiro de 2021, em São Luís/MA, com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

instituto
CERTAME

Juannine B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FOLHA N°	110
N° PROC.	301005/2023
Rubrica	<i>D/</i>



Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico no Comprasnet)

Com os Professores Nilo Cruz Neto e Evaldo Ramos

Nível II – Habilitação Jurídica; Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal; Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual e Municipal; Nível V – Qualificação Técnica; Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira. Inserção de documentos de habilitação no sistema, e atualização de documentos. Passo a passo na operacionalização do SICAF pelo empresário. Visão geral do SICAF, acesso do fornecedor. O que o empresário consegue visualizar no SICAF? O que o pregoeiro consegue visualizar no SICAF? Consultas ao SICAF.

Módulo V: Criando a conta da empresa no Comprasnet, conhecendo o Comprasnet Mobile e o Comprasnet

Cadastramento da empresa no Comprasnet (Fornecedor Pessoa Jurídica). Menu do fornecedor. Dados cadastrais. Controle de usuários e senhas. Serviços disponíveis por perfil. Cotação Eletrônica. Pregão Eletrônico. RDC Eletrônico. Aviso de Licitações por e-mail. Download de Editais. Pesquisa licitações e registro das propostas iniciais. Download de editais e aviso de licitações por e-mail. Comprasnet Mobile. Menu do empresário no Comprasnet. Menu Proposta: incluir (cadastrat), excluir e consultar; Campos "Qtd. Ofertada", "Valor Unit. (R\$)", "Valor Total (R\$)", "Marca", "Fabricante", "Modelo/Versão", "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado". Declarações obrigatórias. Anexando a proposta inicial e os documentos de habilitação. Cuidados essenciais para não ser desclassificado.

Módulo VI: Adesão de um órgão municipal ao Comprasnet

Sistema de Gestão de Acesso. Passo a passo, com um caso real, em sala de aula.

Módulo VII: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cesta de preços acessíveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazer a pesquisa a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisas de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VIII: Pregão no Comprasnet (pelo menos 16 horas)

Cadastramento do aviso de licitação. Cadastramento de Intenção de Registro de Preços. Prática de Pregão Eletrônico segundo o Decreto nº 10.024/2019. Vinculação da equipe do pregoeiro. Inclusão de avisos, esclarecimentos e impugnações ao Edital. Operação da sessão pública (modo aberto), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto), Empresário. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Empresário. Envio de lances e negociação na sessão pública. Consulta ao Sicafe após a etapa competitiva. Julgamento da proposta/habilitação. Etapa recursal. Adjudicação. Procedimento de cotação eletrônica.

Módulo I: Aspectos gerais do Pregão Eletrônico e introdução ao Decreto nº 10.024/2019
Introdução à modalidade pregão. Breve histórico e aplicabilidade. Objetos licitáveis por pregão. Bens e serviços comuns. Serviços de engenharia. Vedações. Principais características do Pregão e diferenças procedimentais básicas em relação às demais modalidades. Diferenças procedimentais básicas entre o pregão presencial e o pregão eletrônico. Legislação aplicável ao pregão e pregão nas prefeituras. Dec. 10.024/2019. IN SEGES 206/2019. Decisões e recomendações de órgãos de controle.

Módulo II: Fase interna e externa segundo o Decreto nº 10.024/2019

Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da Autoridade administrativa. Responsabilidade e responsabilização pela elaboração do edital. Definição do objeto e Termo de Referência. Edital: conteúdo básico. Modelos e editais da AGU. Orçamento sigiloso. Publicação. Prazo. Contagem. Credenciamento. Sicafe. Impugnações e Esclarecimentos. Alterações no Edital. Modos de disputa. Modo de disputa aberto. Modo de disputa aberto e fechado. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances. Análise de conformidade em relação às propostas. Diligências. Recursos. Intenção de recurso. Decisão. Encerramento do procedimento. Homologação.

Módulo III: Vantagens às ME/EPP e Sistema de Registro de Preços

Diferimento de regularidade fiscal e trabalhista. Empate ficto. Licitação exclusiva. Cotas reservada e de ampla disputa. Subcontratação. Fundamento legal e regulamentação do SRP nos entes federais. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal 9.488/2018. Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo IV: Cadastrando empresas no SICAF: credenciamento, inclusão e atualização

SISG, SIASG, UASG, SICAF e Comprasnet: o que essas siglas significam e porque o empresário deve conhecê-las? Cadastro na Plataforma GOV.BR. Acessando o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal. Alerta ao empresário: golpes envolvendo o cadastramento no SICAF. Requisitos para o cadastro. Escolhendo as linhas de atuação da empresa. Documentos necessários ao cadastro e níveis de cadastramento: Nível I – Credenciamento;

FOLHA Nº _____
Nº PROC. 882023



CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

FRANCISCO EDUARDO DA VEIGA LOPES

participou, com êxito, do curso Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet), na modalidade presencial, realizado nos dias 11 a 15 de janeiro de 2021, em São Luís/MA, com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

instituto
CERTAME

Juwanne Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FOLHA Nº	149
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2



Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico no Comprasnet)

Com os Professores Nilo Cruz Neto e Evaldo Ramos

Módulo I: Aspectos gerais do Pregão Eletrônico e introdução ao Decreto nº 10.024/2019
Introdução à modalidade pregão. Breve histórico e aplicabilidade. Objetos licitáveis por pregão. Bens e serviços comuns. Serviços de engenharia. Vedações. Principais características do Pregão e diferenças procedimentais básicas em relação às demais modalidades. Diferenças procedimentais básicas entre o pregão presencial e o pregão eletrônico. Legislação aplicável ao pregão e pregão nas prefeituras. Dec. 10.024/2019. IN SEGES 206/2019. Decisões e recomendações de órgãos de controle.

Módulo II: Fase interna e externa segundo o Decreto nº 10.024/2019
Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da Autoridade administrativa. Responsabilidade e responsabilização pela elaboração do edital. Definição do objeto e Termo de Referência. Edital: conteúdo básico. Modelos e editais da AGU. Orçamento sigiloso. Publicação. Prazo. Contagem. Credenciamento. Sicafe. Impugnações e Esclarecimentos. Alterações no Edital. Modos de disputa. Modo de disputa aberto. Modo de disputa aberto e fechado. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances. Análise de conformidade em relação às propostas. Diligências. Recursos. Intenção de recurso. Decisão. Encerramento do procedimento. Homologação.

Módulo III: Vantagens às ME/EPP e Sistema de Registro de Preços
Diferimento de regularidade fiscal e trabalhista. Empate ficto. Licitação exclusiva. Cotas reservada e de ampla disputa. Subcontratação. Fundamento legal e regulamentação do SRP nos entes federais. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal 9.488/2018. Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo IV: Cadastrando empresas no SICAF: credenciamento, inclusão e atualização
SISG, SIASG, UASG, SICAF e Comprasnet: o que essas siglas significam e porque o empresário deve conhecê-las? Cadastro na Plataforma GOV.BR. Acessando o SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor do Governo Federal. Alerta ao empresário: golpes envolvendo o cadastramento no SICAF. Requisitos para o cadastro. Escolhendo as linhas de atuação da empresa. Documentos necessários ao cadastro e níveis de cadastramento: Nível I – Credenciamento;

Nível II – Habilitação Jurídica; Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal; Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual e Municipal; Nível V – Qualificação Técnica; Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira. Inserção de documentos de habilitação no sistema, e atualização de documentos. Passo a passo na operacionalização do SICAF pelo empresário. Visão geral do SICAF, acesso do fornecedor. O que o empresário consegue visualizar no SICAF? O que o pregoeiro consegue visualizar no SICAF? Consultas ao SICAF.

Módulo V: Criando a conta da empresa no Comprasnet, conhecendo o Comprasnet Mobile e o Comprasnet

Cadastramento da empresa no Comprasnet (Fornecedor Pessoa Jurídica). Menu do fornecedor. Dados cadastrais. Controle de usuários e senhas. Serviços disponíveis por perfil. Cotação Eletrônica. Pregão Eletrônico. RDC Eletrônico. Aviso de Licitações por e-mail. Download de Editais. Pesquisa licitações e registro das propostas iniciais. Download de editais e aviso de licitações por e-mail. Comprasnet Mobile. Menu do empresário no Comprasnet. Menu Proposta: incluir (cadastrar), excluir e consultar. Campos "Qtd. Ofertada", "Valor Unit. (R\$)", "Valor Total (R\$)", "Marca", "Fabricante", "Modelo/Versão", "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado". Declarações obrigatórias. Anexando a proposta inicial e os documentos de habilitação. Cuidados essenciais para não ser desclassificado.

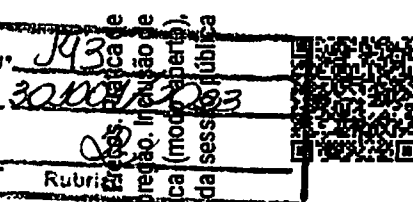
Módulo VI: Adesão de um órgão municipal ao Comprasnet
Sistema de Gestão de Acesso. Passo a passo, com um caso real, em sala de aula.

Módulo VII: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e custo de pesquisas. Fazendo pesquisas a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisas de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VIII: Pregão no Comprasnet (pelo menos 16 horas)

Cadastramento do aviso de licitação. Cadastramento de intenção de Registro de Preços. Pesquisa de Pregão Eletrônico segundo o Decreto nº 10.024/2019. Vinculação da equipe do pregão. Intenção de avisos, esclarecimentos e impugnações ao Edital. Operação da sessão pública (modo aberto), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto), Empresário. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Empresário. Envio de lances e negociação na sessão pública. Consulta ao Sicafe após a etapa competitiva. Julgamento da proposta/habilitação. Etapa recursal. Adjudicação. Procedimento de cotação eletrônica.





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	344
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	D
unicef	

DESPACHO

A Sr^a
Gilvana Noleto Araújo Correa
Presidenta

Nesta

ASSUNTO: Comunicado – Publicação de Avisos de Licitação

Senhora Presidenta

Considerando o Processo Administrativo nº 301001/2023, modalidade Pregão Eletrônico, que tem como órgão requisitado a Secretaria Municipal de Educação de São João dos Patos/MA, e como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Autorizo a Sr^a. Presidenta e Membros da CPL, para proceder com a publicação dos avisos de licitação a atuar na Abertura de Sessão Público.

São João dos Patos - MA, 09 de novembro de 2023.


MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA 1.º	J45
Nº PROC	30505/2023
	<i>[Handwritten Signature]</i>
	Publica



EDITAL DE LICITAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 146
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica 9



EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 301001/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023

Objeto:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO DE EXECUÇÃO

02 (dois) meses.

VALOR

R\$ 121.841,02 (Cento e vinte e um mil, oitocentos e quarente e um reais e dois centavos).

Data da Abertura: 28 de novembro de 2023.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	197
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2

unicef

Processo Administrativo nº 301001/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2023
TIPO: Menor Preço GLOBAL
DATA: 28/11/2023
ABERTURA: 10:00 HORAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2023

PREÂMBULO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS, Estado do Maranhão, torna publico para conhecimento dos interessados que no dia 28 de novembro de 2023, a partir das 10:00:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação, que está localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de São João dos Patos à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento Menor Preço GLOBAL, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal 7.892/13, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/13, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DO SISTEMA ELETRONICO UTILIZADO:

Sistema Eletrônico Utilizado: BR CONECTADO

Endereço Eletrônico: [https:// www.comprassojoaodospatosma.com.br](https://www.comprassojoaodospatosma.com.br)

Impugnações: Até 03 (três) dias uteis antes da data da sessão

Esclarecimentos: Até 03 (três) dias uteis antes da data da sessão, para o endereço: www.comprassojoaodospatosma.com.br ou no e-mail da CPL: E-mail: cplsjpma@gmail.com

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

A partir do dia 14 de novembro de 2023, até às 09:55:00 (nove horas, cinquenta e cinco minutos) do dia 28 de novembro de 2023.

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:

Às 10:00:00 (dez) horas do dia 28 de novembro de 2023, horário de Brasília-DF

Local: www.comprassojoaodospatosma.com.br



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	48
Nº PROC.	304001/2023
Rubrica	21

unicef

DA PARTICIPAÇÃO:

A presente licitação possui ITEM classificado como AMPLA DISPUTA a todos os interessados.

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO ON-LINE:

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da plataforma própria do Município de SAO JOÃO DOS PATOS/MA, acessível através do site www.comprassojoaodospatosma.com.br

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão Presencial será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1 - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação e a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de conformidade com as quantidades e espécies contidas no Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.2 O critério de julgamento adotado será o Menor Preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto as especificações do objeto.

1.3. A licitação possui item UNICO, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - DO ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, conforme o caso.

2.1 A participação nesta licitação é destinada a todos os interessados do ramo de atividade compatível com o objeto, estando classificada como AMPLA PARTICIPAÇÃO a todos os interessados legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Sistema BR CONECTADO, especificamente no site do Portal de Compras do Município de SAO JOÃO DOS PATOS/MA, através do site: www.comprassojoaodospatosma.com.br que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	49
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

UNICEF

3.2 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site do portal de compras do Município de SAO JOÃO DOS PATOS/MA - licitações no endereço eletrônico: www.comprassaojoaodospatosma.com.br acesso "Seja um fornecedor".

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais sobre o credenciamento no sistema eletrônico e poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.comprassaojoaodospatosma.com.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tomem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no MOMENTO DA HABILITACAO

3.7 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso ao PORTAL DE COMPRAS do Município de SAO JOÃO DOS PATOS/MA (www.comprassaojoaodospatosma.com.br) poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da PLATAFORMA BRCONNECTADO, a seguir especificado:

CONTATO PLATAFORMA BRCONNECTADO

Para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma

Telefone: (81) 3877-1397

E-mail: boletos@gmcontato.com.br


*Caso você queira solicitar uma liberação de acesso, enviar comprovante de pagamento, CNPJ da empresa e nome do município que você quer ter seu acesso liberado.

3.8. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão após o CREDENCIAMENTO na plataforma disport de operador, atribuindo-lhe poderes para formular/assistir lances de preços e praticar todos os demais atos e operações inerentes ao processo licitatório no site www.comprassaojoaodospatosma.com.br

3.9 A participação do licitante se dará diretamente pelo site: www.comprassaojoaodospatosma.com.br que deverá manifestar em campo próprio do sistema pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	150
Nº PROC.	301005/2023
Rubrica	2
	

3.10. O credenciamento do fornecedor junto ao sistema eletrônico implica a responsabilização legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

3.11. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e de lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.12. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da PLATAFORMA BR CONECTADO, locatário do PORTAL DE COMPRAS do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS, através do site: www.comprassojoaodospatosma.com.br

3.13. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros, durante sua participação no site: www.comprassojoaodospatosma.com.br

3.14. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.15. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.16. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sítio: www.comprassojoaodospatosma.com.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.16.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.16.2. Caberá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.comprassojoaodospatosma.com.br, acessando o site através de seu "login" e "Senha" na aba FORNECEDOR.

4.2. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	151
Nº PROC.	3010021/2023
Rubrica	2



definido no preâmbulo do edital.

4.3. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Casos haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

4.7. Havendo a necessidade de suspensão da sessão do pregão o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.8. O andamento do procedimento de licitação, entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto, deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal do Município de SAO JOÃO DOS PATOS/MA, no endereço eletrônico: www.comprassojoaodospatosma.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

4.9. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no PORTAL DE COMPRAS do Município de SAO JOÃO DOS PATOS/MA poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento a seguir especificados, de segunda a sexta feira, das 08 às 18 horas (Horário de Brasília), disponíveis no endereço: www.comprassojoaodospatosma.com.br:

CONTATO PLATAFORMA BRCONNECTADO

Para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma

Telefone: (81) 3877-1397

E-mail: boletos@gmcontato.com.br

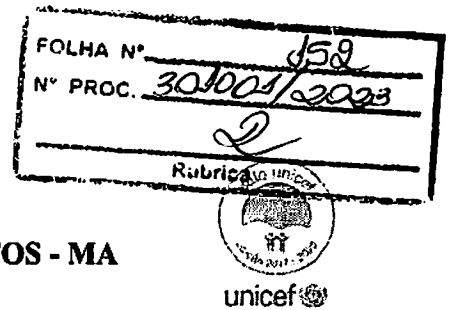
*Caso você queira solicitar uma liberação de acesso, enviar comprovante de pagamento, CNPJ da empresa e nome do município que você quer ter seu acesso liberado.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a PLATAFORMA BRCONNECTADO, no endereço: www.comprassaojoaodospatosma.com.br .

5.2 .O(s) licitante(s) devera(ao) promover(em) a sua inscrição e credenciamento para participar do Pregão, diretamente no site do PORTAL DE COMPRAS do MUNICÍPIO DE SAO JOÃO DOS PATOS/MA, no endereço: www.comprassaojoaodospatosma.com.br ate o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

5.3 A participação nesta licitação é destinada a todos os interessados do ramo de atividade compatível com o objeto de AMPLA PARTICIPAÇÃO a todos os interessados legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada neste Edital.

5.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/20214.

5.5 Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/20214.

5.6. Os proponentes arcarão com todo o custo decorrente da elaboração e apresentação de suas propostas.

5.7 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) que nao atendam as condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) estrangeiros que nao tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- e) que estejam sob falencia, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) entidades empresariais que estejam reunidas em consorcio;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Publico - OSCIP, atuando nessa condição (Acordao nº 746/2014-TCU-Plenario).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	153
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

unicef

5.8. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalara "sim" ou "nao" em campo proprio do sistema eletronico, relativo as seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- b) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nao" impedira o prosseguimento no certame;
- c) nos itens em que a participação nao for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nao" apenas produzira o efeito de o licitante nao ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- d) que esta ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- e) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada esta em conformidade com as exigencias editalicias;
- f) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrencias posteriores;
- g) que nao emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nao emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- h) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- i) que nao possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forgado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- j) que os serviços sao prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdencia Social e que atendam as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitara o licitante as sanções previstas em lei e neste Edital.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrarse-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, nos termos do art.26 do Decreto nº 10.024/2019.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	154
Nº PROC.	301001/2028
Assinatura	
Rubrica	

6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio: <https://www.comprassojoaodospatosma.com.br/>

6.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida neste Edital.

6.9. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto 10.024/2019.

6.10. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

6.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.12. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida neste Edital.

6.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.14. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 155
Nº PROC. 301005/2023
Rubrica 2/
unicef

interessados, das condições nele estabelecidas.

6.15 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente Após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

6.17 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal de Compras do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA através do endereço eletrônico: www.comprassojoaodospatosma.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.2. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

7.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: Indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Quantidade, devendo ser cotada o total previsto para cada item.

7.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos equipamentos.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e o presente Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido, sua substituição.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	156
Nº PROC.	301005/2023
Rubrica	

unicef

- 7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 7.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.13. Em qualquer fase da licitação o pregoeiro poderá solicitar parecer técnico, dos assessores dos setores envolvidos na licitação, para orientar na sua decisão, atendendo integralmente todas as exigências e especificações do Termo de Referência e do Edital.
- 7.14. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com o acompanhamento pelos participantes em tempo real.
- 7.15. Caso o PROPONENTE anexe qualquer arquivo contendo informações não exigidas no Edital ou que somente deveriam ser apresentadas em outra etapa da licitação, o órgão licitante não efetuará sua análise.
- 7.16. Não será admitida proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescido dos respectivos encargos, conforme o §3º do artigo 44 da Lei nº 8.666/93.
- 7.17. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 7.18. A proposta readequada deverá conter o VALOR NEGOCIADO com o Pregoeiro, sob sua inteira responsabilidade.
- 7.19. O Município é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, VII, b, da Constituição Federal de 1988.
- 7.20. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- 7.21. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

7.22 – DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL INICIAL

PROPOSTA COMERCIAL INICIAL: Após o preenchimento da proposta no Sistema, a licitante deverá confeccionar a proposta na forma COMERCIAL devidamente impressa e assinada e anexa-la ao Sistema junto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, por meio de arquivo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 157
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica



eletrônico no campo apropriado do sistema devendo a mesma esta composta da seguinte relação de documentos citados abaixo, sob pena de desclassificação:

7.22.1 RELAÇÃO SOLICITADA:

7.22.1.1 - Planilha Orçamentária;

7.22.1.2 - Composição dos Custos Unitários (CPU) - com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

7.22.1.3 - Bonificações e Despesas Indiretas (BDI);

7.22.1.4 - Encargos Sociais (ES);

7.22.1.5 - Cronograma de físico-financeiro.

7.22.2 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

7.22.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.22.4. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.22.5. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

7.23 A falta do envio da PROPOSTA INICIAL especificada no item 7.22 e seus subitens após o preenchimento para fins de conferência pelo setor de engenharia, acarretará na CLASSIFICAÇÃO da PROPOSTA, mesmo que já passada a fase de lances.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública na internet, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

8.2. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.compassaojoaodospatosma.com.br.

8.3. Os fornecedores deverão permanecer logrados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo o início da sessão ou desconexão do Pregoeiro, a mesma deverá ser remarcada



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	168
Nº PROC.	301004/2023
Rubrica	



no chat da sala.

8.4. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.5. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.6. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

8.7. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.8. DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E RODADA DE LANCES:

8.8.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificando motivadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.8.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

8.8.3. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

8.8.4. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e os horários previstos para o início da oferta de lances.

8.8.5. Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.8.5.1. **ABERTO:** O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará "Dou-lhe uma" quando faltar 02m00s (dois minutos para o término da etapa de lances (sessão pública), "Dou-lhe duas" quando faltar 01m00s (um minuto) e "Dou-lhe três – Fechado" quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do "Dou-lhe uma" e, assim, sucessivamente.

8.8.5.2. O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	159
Nº PROC.	201901/2009
Rubrica	

8.8.5.3. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de "Dou-lhe uma", "Dou-lhe duas", é exibido;

OU

8.8.5.4 **ABERTO/FECHADO**: A etapa de envio de lances da sessão publica terá duração de quinze minutos.

8.8.5.5 Encerrado o prazo de 15 minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.8.5.6 Após essa fase o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior aquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco minutos), que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.8.5.7 Não havendo, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo. Esgotados esses prazos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.8.5.8 O Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de lances.

8.8.5.9. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado neste Edital.

8.8.5.10. - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8.8.6. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.8.7. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.8.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão do envio de lances.

8.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.11. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	50
Nº PROC.	201001/2023
Rubrica	2



- 8.11.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item.
- 8.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.13. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.14. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo), devendo observar o preenchimento da licitação no site www.comprassojoaodospatosma.com.br que poderá ter variação do valor citado, conforme o objeto licitado.
- 8.15. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a cinco (05) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a cinco (5) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances..
- 8.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.20. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.21. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;
- 8.21.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.22. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.23. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	161
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2
unicef	

8.24. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.25. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras do Município no endereço: www.comprasaodojoaodospatosma.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas no mínimo 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação..

8.26. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.27. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.28. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.29. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.30. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.31. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.32. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.33. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.34. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	159
Nº PROC.	201001/2023
Rubrica	

entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.35. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

8.35.1. Produzidos no país;

8.35.2. Produzidos por empresas brasileiras;

8.35.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.35.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.36. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.38. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.38.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.39. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.40 O Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de lances.

8.41 Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado neste Edital.

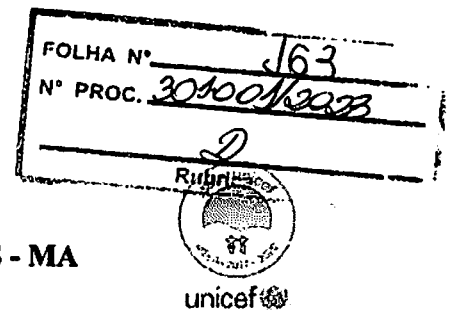
8.42 - O Sistema eletrônico informara as propostas de menor preço de cada participante imediatamente Após o encerramento da etapa de lances.

9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n.º 1455/2018 - TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Será **DESCCLASSIFICADA** a proposta que não atender as condições exigidas no Edital, conforme disposto no item 7.22 e seus subitens que especificam as condições e exigências de apresentação da proposta da empresa.

9.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.7 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação

9.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no **"chat"** a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar a subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.12 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar a subsequente,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	164
Nº PROC.	32000/2023
Rubrica	

unicef

havera nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14 Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, o Pregoeiro verificara a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.15 A NÃO entrega de todos os documentos exigidos para habilitação, inclusive proposta detalhada em planilha de custo e formação de preços, no prazo determinado e com suas datas de validade em vigor, acarretara na inabilitação do licitante sem aviso previo.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados até a abertura da sessão pública, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) "pdf", "doc", "xls", "png" ou "jpg", observado o limite para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma BR CONECTADO, através do site do Portal de Compras do Município de SAO JOÃO DOS PATOS/MA no endereço: www.comprassaojoaodospatosma.com.br.

10.1.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

10.1.2. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

10.1.3 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia da cédula de identidade dos sócios
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos referidos nesta alínea deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 165
Nº PROC. 201001/2023
Rubrica 2



- a) Cartão ou registro do CNPJ válido;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias, nos termos da Portaria MF PGFN/RFB nº 358 de 05/10/2014;
- d) Certificado de regularidade do FGTS, ou instrumento equivalente, em plena validade, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Fiscais e de Dívida Ativa, emitida pela Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, emitida até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade.
- f) Certidão Negativa de Débitos e de Dívida Ativa, emitida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- g) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da:
 - CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.4 - QUALIFICAÇÃO ECONOMICO/FINANCEIRA

10.4.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ano 2022, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhados de Nota Explicativa exigida pela Lei 6.404/1976;

10.4.1.1 - O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no conselho de classe;

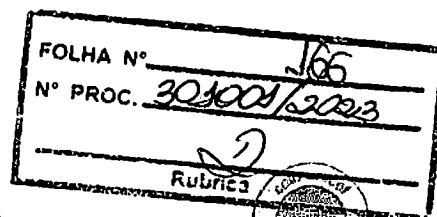
10.4.1.2 A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se a fórmula abaixo, cujo resultado deverá estar de acordo com os valores ali estabelecidos:

1 - O Índice de Liquidez Corrente (ILC), corresponde ao quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



2 - O Índice de Liquidez Geral (ILG), corresponde ao quociente da divisão da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

3 - O Índice de Solvência Geral (ISG) corresponde ao quociente da divisão do Ativo Total pela Soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

4 - O Grau de Endividamento Geral (GEG) corresponde ao quociente da divisão do Passivo Circulante pelo Passivo não Circulante, conforme abaixo.

$$\text{GEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

5 - Será habilitada a empresa que apresentar:

- . Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- . Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- . Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0;
- . Grau de Endividamento Geral - igual ou menor que 0,50

10.4.1.3 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;

10.4.1.4 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial ou;
- b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

e) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB nº 1.420/2013, 1.422/2013 e alterações;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	167
Nº PROC.	301001/2003
Rubrica	D

f) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, caso se enquadre nas hipóteses previstas nos termos do inciso II, do art. 3º da IN RFB nº 1.420/2013 e alterações.

10.4.2 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 60 (sessenta) dias; Caso a certidão mencionada seja emitida na forma POSITIVA, devesse o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, e que esta cumprido regulamente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / DECLARAÇÕES

a) **Atestado de desempenho** fornecido pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, desde que o contratante não seja a própria licitante (CNPJ diferente) ou empresa do mesmo grupo econômico ou que tenha diretores, sócios ou administradores em comum (Acórdão TCU nº 608/2005-Plenário), que comprove que a LICITANTE executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

b) **Declaração de conhecimento dos locais a ser realizados os serviços** emitida pela licitante informando que conhece todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto a ser licitado, conforme modelo do Anexo XII.

c) **Certidão de registro ou inscrição** da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho Arquitetura e Urbanismo – CAU, com validade na data de recebimento da “DOCUMENTAÇÃO”, onde conste a área de atuação compatível com a execução da obra objeto do Edital, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da licitante.

d) **Declaração de que a empresa não oferece trabalho noturno, perigoso ou insalubre** a menores de dezoito anos e nem qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o que determina o artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/1993, conforme modelo do ANEXO V.

f) **Declaração** indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente, ENGENHEIRO ELETRICISTA, responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Licitação (Anexo XI).

10.8 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior a fase de habilitação.

10.9 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 58
Nº PROC. 301021/2023
Rubrica 2



mediante apresentação de justificativa.

10.10 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.13 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.14 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu as do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.15 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.16 Constatado o atendimento as exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.17 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

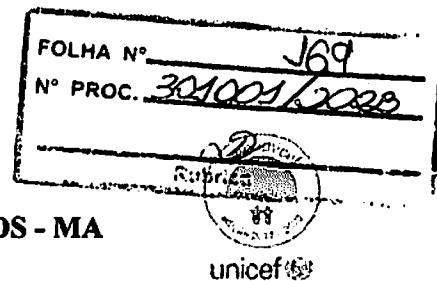
10.18 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.19 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.20 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do portal de compras do Município, através do site: www.comprassojoaodospatosma.com.br, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 Concluída a etapa de lances, conhecido o vencedor, o Pregoeiro solicitará a proposta final do licitante vencedor que deverá ser encaminhada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, em papel timbrado da empresa, devidamente datada e assinada, composta da seguinte relação de documentos citados abaixo, sob pena de desclassificação:

11.1.1 - Planilha Orçamentária;

11.1.2 - Composição dos Custos Unitários (CPU) - com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

11.1.3 - Bonificações e Despesas Indiretas (BDI);

11.1.4 - Encargos Sociais (ES);

11.1.5 - Cronograma de físico-financeiro.

11.2. Será desclassificada a proposta que não atender as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.3. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo.

11.4 A falta do envio da PROPOSTA FINAL especificada neste item acarretará na CLASSIFICAÇÃO da PROPOSTA.

12 - DOS RECURSOS

12.1 Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema: <https://www.comprassojoaodospatosma.com.br/>

12.2 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no site, <https://www.comprassojoaodospatosma.com.br/> opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos as peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na recepção da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, localizada na Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, das 08:00 horas as 13:00 horas aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos podendo também ser enviado no e-mail da CPL, E-mail: cplsjpma@gmail.com, obedecendo os prazos de apresentação de recurso, após a manifestação via sistema.

12.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	170
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	
unicef	

de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificara as condições de admissibilidade do recurso.

12.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.8. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, <https://www.comprassojoaodospatosma.com.br/>, opção **RECURSO**.

12.9. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.10. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.11. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.12. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de (03) três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros (03) três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.14. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	171
Nº PROC.	304001/2023

unicef

publica, Situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- c) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- d) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- e) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema BR CONECTADO – através do site www.comprassojoaodospatosma.com.br, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 e art.45 do Decreto 10.024/2019.

14.2. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17 e art.46 do Decreto 10.024/2019.

14.3. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.4. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.5. O critério de avaliação das propostas será pelo menor preço por item e adjudicação será por item, desde que sejam atendidas integralmente todas as exigências deste Termo de Referência e do Edital.

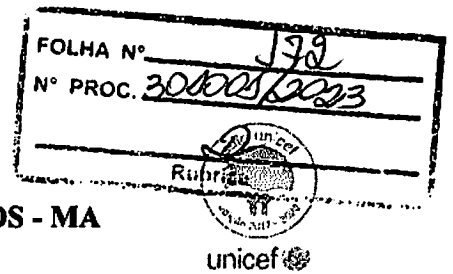
15 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



15.3 Alternativamente a convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminha-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida a empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) referida Nota esta substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- b) a contratada se vincula a sua proposta e as previsões contidas no edital e seus anexos;

15.6 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.7 O prazo de vigência da contratação é em até 31 de dezembro do ano que for assinado o contrato, dentro do prazo de validade de ata de registro de preços.

15.8 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.9 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisar a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. O objeto será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora e não sofrerá alterações, exceto pelos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações no tocante a aditivo de prazo e/ou valor devidamente especificados em lei.

16.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	133
Nº PROC.	30100162003
Rubrica	

17 - PRAZOS

17.1 - O prazo para início dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento da ordem de serviço expedida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS – MA, através da Secretaria Municipal de Educação que participam do processo.

17.2 - O prazo máximo para execução os serviços serão de 02 (dois) meses, podendo serem prorrogados conforme a necessidade, devidamente comprovada.

18 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

18.1. Nos termos dos Art. 67, § 1º, Lei nº. 8.666, de 1993 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observada.

18.2. A Fiscalização será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de SAO JOÃO DOS PATOS/MA, através de servidor designado para esse fim, a quem caberá realizar, entre outras atribuições:

18.2.1. Emitir mensalmente ao Prefeito Municipal para conhecimento e encaminhamentos subsequentes, Relatório de Acompanhamento.

18.2.2. Atestar a(s) nota(s) fiscal (is) e vistar os demais documentos apresentados pela Contratada, bem como apor o "ATESTO", quando julgá-los corretos, conforme prevê o art. 67 da lei 8.666/93.

18.2.3. A entrega dos bens comuns será acompanhada e fiscalizada por servidores do Órgão solicitante, os quais deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento;

18.2.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.6. Constituem as atividades do Fiscal de Contrato:

18.6.1. Fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas;

18.6.2. Emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade;

18.6.3. Notificar a Contratada qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais;

18.6.4. Controlar a vigência dos contratos;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ N° 06.089.668/0001-33

FOLHA N° 174

N° PROC. 301005/2023



unicef

18.6.5. Acompanhar e controlar o estoque de produtos, principalmente quanto à quantidade e à qualidade do serviço previsto no objeto do contrato administrativo.

18.6.6. Acompanhar e emitir Parecer Técnico sobre o cumprimento pela empresa das obrigações assumidas.

19 - DO RECEBIMENTO E GARANTIA DO OBJETO

19.1- O objeto desta licitação será recebido:

19.2- provisoriamente, mediante termo circunstanciado, na forma do **ANEXO XIII**, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação desta.

19.3- definitivamente, mediante termo circunstanciado, na forma do **ANEXO XIV**, após o decurso do prazo de até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, contados da data do recebimento provisório.

19.4- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

19.5 - As Secretarias Municipais, utilizando-se do setor de engenharia rejeitará no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os projetos e especificações técnicas do objeto desta licitação.

19.6 - O Prazo de garantia da construção da obra não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo, conforme determina o art. 618, da Lei Federal n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

21 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 - Além das disciplinadas no Edital e de outras decorrentes do cumprimento de normas regulamentares, são obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limite a sua responsabilidade:

- 1) Iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Obras.
- 2) Substituir ou afastar qualquer empregado por recomendação da CONTRATANTE, que comprovadamente causar embaraço a boa execução do objeto contratado;



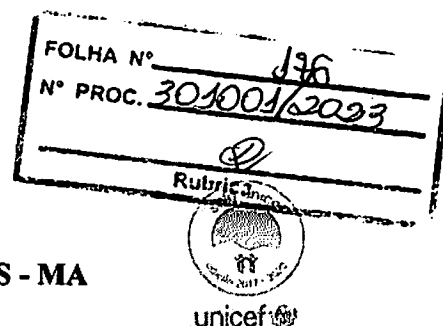
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	175
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

- 3) Comparecer, sempre que solicitada, à sede da CONTRATANTE, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências;
- 4) Obedecer as normas e especificações constantes do Edital e seus Anexos e respeitar rigorosamente as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- 5) Manter no local da obra o livro “Diário de Ocorrências”, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante legal e pela fiscalização, que deverá ficar à disposição da fiscalização para anotação de todas as ocorrências;
- 6) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização nos serviços ou nos materiais e equipamentos empregados;
- 7) Indicar formalmente à fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos a contar da assinatura do Contrato, o preposto que, uma vez aceito pela CONTRATANTE, a representará na execução do Contrato.
- 8) O preposto não poderá ser substituído sem prévia anuência da CONTRATANTE;
- 9) Permitir o livre exercício da fiscalização a técnicos designados pela CONTRATANTE;
- 10) Fazer prova perante a CONTRATANTE, do cumprimento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;
- 11) Comparecer em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada contra a CONTRATANTE por empregado da CONTRATADA, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- 12) Fornecer, às suas expensas, os uniformes e materiais de proteção e segurança (equipamentos de proteção individual e coletivo), indispensáveis para a execução dos serviços que assim o exigirem, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;
- 13) Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços objetivados no presente instrumento;
- 14) Assumir a responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados aos seus funcionários e a terceiros por culpa ou dolo.
- 15) Receber, conferir, guardar e zelar pelos bens que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, os quais ficarão sob sua responsabilidade até o recebimento do objeto do Contrato;
- 16) Assumir toda responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados aos seus funcionários e por estes a terceiros, por culpa ou dolo;
- 17) Responsabilizar-se os custos referentes à aquisição e transporte de materiais e ferramentas necessários a execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 18) Responsabilizar-se pelas despesas com transporte, alimentação e todos os outros encargos incidentes sobre a mão-de-obra utilizada para os serviços;
- 19) Remover do local dos serviços, as suas expensas, diariamente todos os expurgo proveniente dos serviços que realizar, independentemente da sua composição;
- 20) Responder por todos os encargos trabalhistas e previdenciários, bem como a obrigatoriedade na substituição de funcionários de férias ou afastado do serviço por qualquer motivo superior a 02 (dois) dias úteis;
- 21) Responsabilizar-se exclusivamente pelos salários, gratificações, encargos previdenciários e trabalhistas dos servidores alocados no Contrato;
- 22) Selecionar, recrutar e contratar preferencialmente mão-de-obra local para o cumprimento do objeto deste Contrato, em seu nome e sob inteira responsabilidade,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



observandos os princípios da eficiência e legalidade, bem como os requisitos de qualificação, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, tudo em respeito ao que preconiza o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/1993 e fazer prova perante a CONTRATANTE, do cumprimento de todas estas obrigações, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;

- 23) Registrar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão – CRE/MA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/MA, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao objeto deste Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 24) Planejar previamente os serviços e as atividades programadas para que o trabalho se realize no menor prazo possível;
- 25) Remover todo material excedente de escavação, cuidando-se ainda que não seja conduzido para as bocas de lobo, causando seu entupimento (áreas urbanas).
- 26) Evitar nas áreas de bota-fora, ou de empréstimos necessários à realização dos dispositivos, lançamentos de materiais de escavação que possam afetar o sistema de drenagem superficial.
- 27) A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 28) Manter durante a execução do contrato, todas às condições de habilitação exigidas na licitação.

22.2 Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA se obriga a fornecer todo o projeto executivo, em tempo hábil, necessário à execução da obra/serviços, bem com todas as informações e instruções julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis

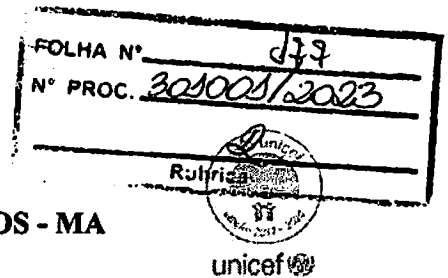
23 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

23.1 Sem que a elas se limite sua responsabilidade, são as seguintes às obrigações da CONTRATANTE:

- 1) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- 2) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto presente Contrato, através de gestor de contrato designado formalmente, sendo preferencialmente um servidor (um) agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração;
- 3) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;
- 4) Notificar a CONTRATADA para a reparação, correção, remoção ou substituição, às suas expensas, no todo ou em parte, de situações em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



- 5) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- 6) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da obra;
- 7) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 8) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

23.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

23.3. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para figurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do recebimento dos documentos de comprovação;

23.4. Verificar as condições de habilitação da CONTRATADA conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.

24 - DO PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E DESCONTOS

24.1 O pagamento mensal será feito em favor da empresa em até 30 (trinta) dias após o fornecimento por meio de depósito em conta corrente, através de Ordem Bancária após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em que deverão ser discriminados os números das respectivas requisições.

24.2 Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme solicitação e execução dos serviços, através de MEDICÕES.

24.3 – ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

24.3.1 - No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo– IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

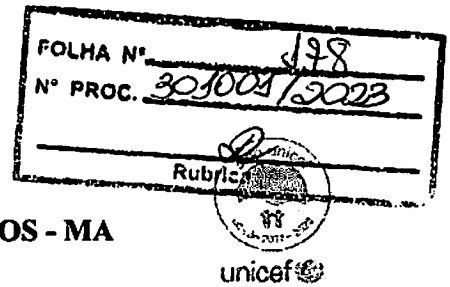
VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

24.4 – COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E DESCONTOS

24.4.1 - No caso de eventual antecipação de pagamento, o valor devido poderá ser



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



descontado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

25 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.1 As despesas para atender ao objeto desta PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerão por conta de recursos próprios, da seguida dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

0205 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

020500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 0003 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

12 361 0003 1002 0000 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

4 4 90 52 00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 500 00 200 001 – MDE

26 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) Não manter a proposta;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Comportar-se de modo inidoneo;

26.2 Considera-se comportamento inidoneo, entre outros, a declaração falsa quanto as



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	179
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	2

condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo Após o encerramento da fase de lances.

26.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficara sujeito, sem prejuizo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções: Advertencia por faltas leves, assim entendidas como aquelas que nao acarretarem prejuizos significativos ao objeto da contratação;

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Publica opera e atua concretamente, pelo prazo de ate dois anos;
- c) Impedimento de licitar e de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOÃO DOS PATOS/MA, pelo prazo de ate cinco anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou ate que seja promovida a reabilitação perante a propria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuizos causados;

26.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de pratica de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo a administração publica nacional ou estrangeira, copias do processo administrativo necessarias a apuração da responsabilidade da empresa deverao ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciencia e decisao sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

26.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas nao consideradas como ato lesivo a Administração Publica nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirao seu rito normal na unidade administrativa.

26.7 O processamento do PAR nao interfere no seguimento regular dos processos administrativos especificos para apuração da ocorrencia de danos e prejuizos a Administração Publica Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa juridica, com ou sem a participação de agente público.

26.8 Caso o valor da multa nao seja suficiente para cobrir os prejuizos causados pela conduta do licitante, a Uniao ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Codigo Civil.

26.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-a em processo administrativo que assegurara o contraditorio e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 180
Nº PROC. 301005/2023
Rubrica
unicef

procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

26.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.11 As penalidades serão obrigatoriamente devidamente publicadas no Diário Oficial do Município.

26.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

27 - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

27.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja na rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos direitos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

27.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditório e ampla defesa.

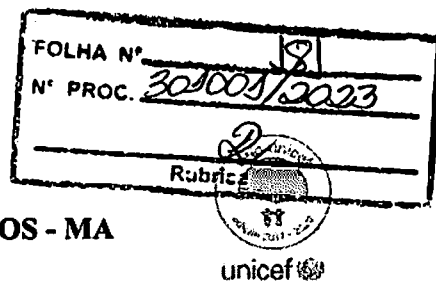
27.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

27.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

m) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

n) A supressão do objeto do contrato, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da lei 8.666/93;

o) A suspensão do fornecimento, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

27.4. A rescisão do Contrato poderá se dar da seguinte forma:

27.4.1. Por ato unilateral e escrito da Administração;

27.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

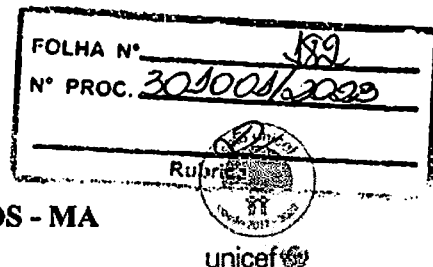
27.4.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

27.5. Quando ocorrer à rescisão sem que haja culpa da futura contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

27.5.1. Devolução de garantia. (Quando Houver);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



27.5.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e
27.5.3. Pagamento do custo da desmobilização. (Quando for o caso)

27.5.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

27.5.5. Judicial, nos termos da legislação.

27.5.6. Fica garantido o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.

28 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:

28.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

28.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.666/93 art. 59, parágrafo único.

28.3. No caso de revogação ou anulação da presente licitação fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

29 - DO REGIME DE CONTRATAÇÃO:

29.1. Esta licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, pois os serviços de engenharia comum de necessidade da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

29.6. A contratação será formalizada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO por intermédio de instrumento contratual e emissão de nota de empenho de despesa, ORDEM DE SERVIÇOS ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº8.666, de 1993.

30 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

30.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

30.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo site do Portal de Compras do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA no endereço: www.comprassojoaodospatosma.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, Setor de Protocolos da Comissão Permanente de Licitação, podendo também ser enviado no e-mail da CPL, no e-mail: cplsjpma@gmail.com.

30.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	183
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

30.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

30.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores a data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

30.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

30.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

30.8 A concessão de efeito suspensivo a impugnação e medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

30.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

30.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.comprassojoaodospatosma.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento, podendo também ser enviado via email pelo E-mail da CPL, no E-mail: cplsjpma@gmail.com

30.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

30.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (Instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

31 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

31.1. O certame será conduzido pelo PREGOEIRO, formalmente designado, que terá, em especial, as seguintes atribuições, conforme art. 17º, Decreto Federal nº 10.024/2019:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	184
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	



- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-a Ata no sistema eletrônico.

32.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

32.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

32.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

32.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-a o dia do início e incluir-se-a o do vencimento. So se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá a deste Edital.

32.11. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

32.12. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	185
Nº PROC.	301004/2023
Rubrica	
unicef	

de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

32.13. Qualquer processamento de cópia referente ao processo os custos serão suportados pelo requerente, ficando facultado a CPL da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOÃO DOS PATOS/MA, o atendimento do pedido, dentro do lapso temporal de até 05 (cinco) dias úteis, a fim de evitar transtornos nas atividades de rotina.

32.14. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.15. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

32.16. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOÃO DOS PATOS/MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

32.16.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

32.16.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

32.16.3. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

32.17. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 9.488/18, Decreto Federal nº 8.250/2014, Decreto Federal 10.024/2019.

32.18 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.comprassojoaodospatosma.com.br> no Portal de Transparência do Município no endereço: <https://saojoaodospatos.ma.gov.br/transparencia/> e também poderá ser consultado e obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 às 13:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplsjpma@gmail.com..Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e ainda pelo telefone: 99 98421-9518.

33 – DOS ANEXOS – INTEGRAM ESTE EDITAL:

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO BASICO/ESPECIFICAÇÕES

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA N° 186
N° PROC. 308001/2023

unicef

- ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (QUANDO FOR O CASO)
- ANEXO IV - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS.
- ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL.
- ANEXO VI - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL.
- ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.
- ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
- ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO FAMILIAR.
- ANEXO X - MINUTA DO PROPOSTA DE PREÇOS.
- ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO
- ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA
- ANEXO XIII - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
- ANEXO XIV - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

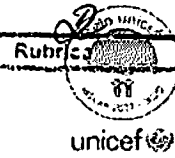
SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, 09 de novembro de 2023.

MARIANNA LYRA DA ROCHA SANTOS TEIXEIRA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	189
Nº PROC.	301005/2023
Rubrica	



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023

ANEXO - I

PROJETO BÁSICO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão
SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 KVA
LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão
BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 E SBC SLZ 10/2023
BDI: 34,25%
ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ORÇAMENTO ANALÍTICO

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE	UNIT S/BDI	UNIT C/BDI	TOTAL
1.00 SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.01	103689	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M ²	6,00	R\$ 307,73	R\$ 413,12	R\$ 2.478,72
1.02	16500	SBC	PLACA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE OBRAS	M ²	3,00	R\$ 283,35	R\$ 380,39	R\$ 1.141,17
1.03	CUP 01	PRÓPRIO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÉS	2,00	R\$ 5.233,55	R\$ 7.025,89	R\$ 14.051,78
1.04	CUP 02	PRÓPRIO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO - AS BUILT	UN	1,00	R\$ 6.358,59	R\$ 8.536,22	R\$ 8.536,22
1.05	INSUMO 01	CREA-MA	ART'S DE EXECUÇÃO	UN	1,00	R\$ 254,59	R\$ 341,78	R\$ 341,78
1.06	CUP 03	PRÓPRIO	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	1,00	R\$ 9.588,02	R\$ 12.871,64	R\$ 12.871,64
2.00 DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES								
2.01	97624	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO	M ²	10,00	R\$ 86,76	R\$ 116,47	R\$ 1.164,70
2.02	100981	SINAPI	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³	M ³	6,00	R\$ 8,91	R\$ 11,96	R\$ 71,76

FOLHA N°	188
N° PROC.	309000/2023
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

		SINAPI	ATERRO COM SOLO ARGILO-ARENOSO	M ³	R\$ 70,82	R\$ 95,07	R\$ 380,28
2.03	94319	SINAPI	ATERRO COM SOLO ARGILO-ARENOSO	4,00	R\$ 70,82	R\$ 95,07	R\$ 380,28
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA						R\$ 74.019,70
3.01	102104	SINAPI	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 75 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, IMERSO EM ÓLEO MINERAL	UN	R\$ 24.685,15	R\$ 33.139,09	R\$ 33.139,09
3.02	3046	ORSE	DESLOCAMENTO DE TRANSFORMADOR DE 15 A 112,50 KVA	UN	R\$ 719,60	R\$ 966,04	R\$ 966,04
3.03	102110	SINAPI	SUPORTE PARA TRANSFORMADOR	UN	R\$ 202,60	R\$ 271,98	R\$ 543,96
3.04	CUP 04	SINAPI	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN	R\$ 1.777,86	R\$ 2.386,72	R\$ 2.386,72
3.05	3053	ORSE	DESLOCAMENTO DE POSTE DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN	R\$ 484,48	R\$ 650,40	R\$ 650,40
3.06	100612	SINAPI	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO C/ 11 M, CARGA NOMINAL DE 600 DAN (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).	UN	R\$ 951,05	R\$ 1.276,76	R\$ 1.276,76
3.07	CUP 05	PRÓPRIO	ESTRUTURA DE MÉDIA TENSÃO 13,8 KV	UN	R\$ 2.097,86	R\$ 2.816,32	R\$ 2.816,32
3.08	101547	SINAPI	ISOLADOR, TIPO DISCO, PARA TENSÃO 15 KV	UN	R\$ 138,95	R\$ 186,54	R\$ 569,62
3.09	CUP 06	PRÓPRIO	MEDIÇÃO TRIFÁSICA PARA TRANSFORMADOR DE 75 KVA	UN	R\$ 2.778,06	R\$ 3.729,46	R\$ 3.729,46
3.10	12853	ORSE	SUPORTE PARA INSTALAÇÃO DOS TRANSFORMADORES DE MEDIÇÃO (03 TP'S E 03 TC'S) - PADRAO DA CONCESSIONÁRIA	UN	R\$ 1.292,72	R\$ 1.735,44	R\$ 1.735,44
3.11	2858	ORSE	CHAVE FUSIVEL UNIPOLAR, 15KV - 100A	UN	R\$ 390,00	R\$ 523,56	R\$ 1.570,68
3.12	CUP 07	PRÓPRIO	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN	R\$ 340,53	R\$ 457,15	R\$ 1.371,45
3.13	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 35 MM ² , 0,6/1,0 KV	M	R\$ 34,28	R\$ 46,02	R\$ 2.301,00
3.14	3339	ORSE	ELO FUSIVEL TIPO 8 K	UN	R\$ 13,40	R\$ 17,99	R\$ 53,97
3.15	101553	SINAPI	ALÇA PREFORMADA DE DISTRIBUIÇÃO AWG 1	UN	R\$ 15,69	R\$ 21,06	R\$ 63,18

FOLHA N° 189
N° PROC. 30001/2023
Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

3.16	9392	ORSE	CABO DE COBRE NU 35,0 MM ²	M	50,00	R\$ 94,33	R\$ 126,64	R\$ 6.332,00
3.17	12876	ORSE	PARA RAIOS POLIMÉRICO 12 KA	UN	3,00	R\$ 216,23	R\$ 290,28	R\$ 870,84
3.18	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA	UN	5,00	R\$ 95,71	R\$ 128,49	R\$ 642,45
3.19	824	ORSE	PARA RAIOS PARA BAIXA TENSÃO	UN	1,00	R\$ 712,52	R\$ 956,54	R\$ 956,54
3.20	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 125 A	UN	1,00	R\$ 398,47	R\$ 534,93	R\$ 534,93
3.21	98111	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO INTERNO = 0,30 M.	UN	1,00	R\$ 52,14	R\$ 70,00	R\$ 70,00
3.22	93010	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 75 MM (2 1/2")	M	25,00	R\$ 34,36	R\$ 46,13	R\$ 1.153,25
3.23	93022	SINAPI	CURVA 90° P/ ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 20 MM (2 1/2")	UN	2,00	R\$ 48,28	R\$ 64,81	R\$ 128,62
3.24	2480	ORSE	RASGO EM CONCRETO PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO	UN	25,00	R\$ 13,66	R\$ 18,34	R\$ 458,50
3.25	7920	ORSE	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO 2 1/2" X 3,00 M	UN	2,00	R\$ 403,58	R\$ 541,79	R\$ 1.083,58
3.26	12617	ORSE	CURVA P/ ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO = 2 1/2"	UN	2,00	R\$ 56,37	R\$ 75,68	R\$ 151,36
3.27	9973	ORSE	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO 3/4" X 3,00 M	UN	2,00	R\$ 109,48	R\$ 146,97	R\$ 293,94
3.28	101636	SINAPI	BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPRIMENTO DE 1,50 M	UN	1,00	R\$ 146,95	R\$ 197,28	R\$ 197,28
3.29	101663	SINAPI	ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS	UN	1,00	R\$ 24,95	R\$ 33,49	R\$ 33,49
3.30	101657	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W	UN	1,00	R\$ 600,89	R\$ 806,68	R\$ 806,68
3.31	101632	SINAPI	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO	UN	1,00	R\$ 38,15	R\$ 51,22	R\$ 51,22
3.32	CUP 08	PRÓPRIO	MURETA P/ QUADRO ELÉTRICO EM ALVENARIA	UN	1,00	R\$ 5.274,55	R\$ 7.080,93	R\$ 7.080,93
4.00	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA							
4.01	101881	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN	UN	1,00	R\$ 883,85	R\$ 1.186,54	R\$ 6.792,27
4.02	11130	ORSE	CHUMBAMENTO DE QUADRO ELÉTRICO DE EMBUTIR	UN	1,00	R\$ 47,91	R\$ 64,32	R\$ 64,32
4.03	101895	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 100 A	UN	1,00	R\$ 391,48	R\$ 525,55	R\$ 525,55

FOLHA N° 190
N° PROC. 301001/2023
Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8



4.04	93010	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 75 MM (2 1/2")	M	12,00	R\$ 34,36	R\$ 46,13	R\$ 553,56
4.05	2477	ORSE	RASGO EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO	M	12,00	R\$ 9,05	R\$ 12,15	R\$ 145,80
4.06	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM ² , 0,6/1,0 KV	M	25,00	R\$ 34,28	R\$ 46,02	R\$ 1.150,50
4.07	9392	ORSE	CABO DE COBRE NU 35,0 MM ²	M	25,00	R\$ 94,33	R\$ 126,64	R\$ 3.166,00
TOTAL GERAL								R\$ 121.841,02

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS

FOLHA Nº	191
Nº PROC.	3210001/2003
Rubrica	2

www.saojoaodospatos.ma.gov.br
Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA Nº	199
Nº PROC.	30.1001/2023
Rubrica	

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ORÇAMENTO RESUMIDO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL	%
1.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.421,31	32,35%
2.00	DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES	R\$ 1.616,74	1,33%
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA	R\$ 74.010,70	60,74%
4.00	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	R\$ 6.792,27	5,57%
TOTAL GERAL		R\$ 121.841,02	100,00%

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS



FOLHA Nº	193
Nº PROC.	3010021/2023
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL	%	PRAZO EM DIAS	
				30	60
1.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.421,31	32,35%	45,00%	55,00%
				R\$ 17.739,59	R\$ 21.681,72
2.00	DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES	R\$ 1.616,74	1,33%	100,00%	
				R\$ 1.616,74	
3.00	SUBESTAÇÃO 75 KVA	R\$ 74.010,70	60,74%	57,00%	43,00%
				R\$ 42.186,10	R\$ 31.824,60
3.00	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	R\$ 6.792,27	5,57%		100,00%
					R\$ 6.792,27
TOTAL GERAL		R\$ 121.841,02	100,00%		

VALORES TOTAIS R\$	PARCIAL	R\$ 61.542,43	R\$ 60.298,59
	ACUMULADO	R\$ 61.542,43	R\$ 121.841,02
VALORES TOTAIS %	PARCIAL	50,51%	49,49%
	ACUMULADO	50,51%	100,00%

CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E DOIS CENTAVOS



FOLHA Nº	184
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

COMPOSIÇÃO DE BDI (%)

$$BDI = (1 + AC + S + G + R + I) \times (1 + DF) \times (1 + LB) \div (1 - T) - 1$$

Onde:

I = Tributos

AC = Administração Central

DF = Despesas Financeiras

R + I = Riscos e Imprevistos

LB = Lucro Bruto

S + G = Seguros e Garantias

A parcela T (tributos) deverá considerar os valores de PIS, COFINS, ISSQN e CPRB. A provisão para pagamento do IRPJ e CSLL deverá estar embutida no lucro bruto.

No caso deste orçamento, foram adotados os seguintes valores, que conduziram a uma taxa de BDI de 34,25%, conforme memória de cálculo abaixo

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	(%)
GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
A-1	Administração Central	7,93%
	TOTAL =	7,93%
GRUPO B	LUCRO	
B-1	Lucro Bruto	8,00%
	TOTAL =	8,00%
GRUPO C	IMPOSTOS	
C-1	PIS	0,65%
C-2	COFINS	3,00%
C-3	ISSQN	2,00%



FOLHA Nº	195
Nº PROC.	301001/2003
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

C-4	CPRB		4,50%
		TOTAL =	10,15%
GRUPO D	DIVERSOS		
D-1	Despesas Financeiras		1,11%
D-2	Riscos e Imprevistos		1,97%
D-3	Seguros e Garantias		0,56%
		TOTAL =	3,64%
		BDI =	34,25%

LIMITES DE TAXAS INTEGRANTES DA COMPOSIÇÃO DE BDI PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

ITEM COMPONENTE	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
Seguros e Garantias	0,25%	0,51%	0,56%
Riscos e Imprevistos	1,00%	1,48%	1,97%
Despesas Financeiras	1,01%	1,07%	1,11%
Administração Central	5,29%	5,92%	7,93%
Lucro Bruto	8,00%	8,31%	9,51%

Foi definido em 50,0% do valor da planilha orçamentária como base de cálculo para aplicar a alíquota de 4,00% do ISSQN, o que leva a um valor de 2,00%, para o ISSQN na planilha de composição do BDI



FOLHA Nº	196
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão

SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA

LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão

BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 e SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (horista) e 47,70% (mensalista)

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS SOBRE A MÃO DE OBRA (DEZEMBRO 2022)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	0,00%
B2	Feriados	3,95%	0,00%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,50%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	11,11%	8,45%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	Total	47,22%	18,16%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,15%	2,40%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,61%	1,99%



FOLHA N°	197
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%
C	Total	10,80%	8,22%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,41%	3,23%
D2	Reincidência de Grupo A sobre o aviso prévio trabalhado e reincidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,38%	0,29%
D	Total	8,79%	3,52%
TOTAL(A+B+C+D)		84,81%	47,70%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão
SERVIÇO: Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA
LOCAL: Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, Zona Urbana do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão
BASE DE PREÇOS: SINAPI-PI 09/2023, ORSE-SE 08/2023 E SBC SLZ 10/2023

BDI: 34,25%

ENCARGOS SOCIAIS CAIXA SOBRE A MÃO DE OBRA: 84,61% (trixista) e 47,70% (mensalista)

COMPOSIÇÕES

CUP	01	PRÓPRIO ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS		R\$
91677	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 102,37
90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 27,07
88326	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 21,55
100309	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,00	R\$ 39,47
90767	SINAPI	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 29,18
90766	SINAPI	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,00	R\$ 28,73
					R\$ 5.233,55
					R\$ 1.535,55
					R\$ 812,10
					R\$ 646,50
					R\$ 789,40
					R\$ 875,40
					R\$ 574,60
CUP 02	PRÓPRIO	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	MÊS		R\$ 6.358,59
1128127	ORSE	PROJETO DE SUBESTAÇÃO	UN	1,00	R\$ 6.074,00
14025	SBC	CÓPIA DE PROJETOS POR PLOTAGEM ELETRONICA	UN	2,00	R\$ 15,00
INSUMO 01	CREA-MA	ART DE PROJETO	UN	1,00	R\$ 254,59
					R\$ 6.358,59
CUP 03	PRÓPRIO	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	MÊS		R\$ 9.588,02

FOLHA N°	198
N° PROC.	30000/2023
	Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

5928	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV	CHP	20,00	R\$ 268,57	R\$ 5.371,40
5930	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV	CHI	3,00	R\$ 69,56	R\$ 208,68
92138	SINAPI	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4	CHP	40,00	R\$ 93,78	R\$ 3.751,20
92139	SINAPI	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4	CHI	6,00	R\$ 42,79	R\$ 256,74
CUP 04	PRÓPRIO	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, RESISTÊNCIA NOMINAL 600 KG, H = 11,00 M E PESO APROXIMADO DE 1.130 KG	UN			R\$ 2.071,44
93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M.	M ³	0,60	R\$ 68,79	R\$ 41,27
94975	SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/AREIA MÉDIA/BRITA 1) - PREPARO MANUAL.	M ³	0,50	R\$ 446,95	R\$ 223,48
103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. A	M ³	0,50	R\$ 240,12	R\$ 120,06
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	R\$ 14,47	R\$ 43,41
00041204	SINAPI	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 11,00 M, RESISTENCIA DE 600 DAN, TIPO B	UN	1,00	R\$ 1.643,22	R\$ 1.643,22
CUP 05	PRÓPRIO	ESTRUTURA DE MÉDIA TENSÃO 13.8 KV	UN			R\$ 2.012,99
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 19,70	R\$ 295,50
88284	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	15,00	R\$ 24,55	R\$ 368,25

www.saojoaodospatos.ma.gov.br

Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA

ALFA N° 199

N° PROC. 301001/2023

[Handwritten signature]
Fabricia



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

00000379	SINAPI	ARRUELA QUADRADA EM AÇO GALVANIZADO, DIMENSAO = 38 MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18 MM	UN	64,00	R\$ 1,57	R\$ 100,48
00000437	SINAPI	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 400 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA DUPLA	UN	3,00	R\$ 30,97	R\$ 92,91
00000402	SINAPI	GANCHO OLHAL EM AÇO GALVANIZADO, ESPESSURA 16MM, ABERTURA 21MM	UN	3,00	R\$ 15,69	R\$ 47,07
00000442	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 45 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABAULADA	UN	4,00	R\$ 7,83	R\$ 31,32
00002528	SINAPI	CONECTOR RETO DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTO DE 2 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	1,00	R\$ 20,78	R\$ 20,78
00039214	SINAPI	ARRUELA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 2 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 3,32	R\$ 3,32
00004337	SINAPI	PORCA ZINCADA, QUADRADA, DIAMETRO 5/8"	UN	4,00	R\$ 2,87	R\$ 11,48
2520	ORSE	Conector cunha p/c 1/0 c/ 1/0 awg al	UN	3,00	R\$ 13,75	R\$ 41,25
00007581	SINAPI	SAPATILHA EM AÇO GALVANIZADO P/ CABOS COM DIAMETRO NOMINAL ATE 5/8"	UN	3,00	R\$ 4,45	R\$ 13,35
00001580	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12	UN	6,00	R\$ 6,91	R\$ 41,46
00001578	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 50 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	6,00	R\$ 4,50	R\$ 27,00
INSUMO 01	PRÓPRIO	CONECTOR GUT "U" 5/8" X 1/4" 16 - 70 MM2	UN	5,00	R\$ 28,90	R\$ 144,50
INSUMO 02	PRÓPRIO	BUCHA DE ALUMÍNIO P/ ELETRODUTO FG 2 1/2"	UN	1,00	R\$ 7,45	R\$ 7,45
INSUMO 03	PRÓPRIO	CONECTOR KS 70,00 MM2	UN	2,00	R\$ 23,35	R\$ 46,70
INSUMO 04	PRÓPRIO	FITA DE AÇO INOX 430 0,50 X 3/4" (ROLO 25 M)	UN	1,00	R\$ 115,00	R\$ 115,00
INSUMO 05	PRÓPRIO	FECHO DENTATO DE AÇO INOX 430 X 3/4"	UN	6,00	R\$ 0,95	R\$ 5,70
00043130	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	1,00	R\$ 17,00	R\$ 17,00

FOLHA N° 210
N° PROC. 324001/2023
Rubrica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

00001091	SINAPI	ARMACAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO E 1 ISOLADOR	UN	1,00	R\$ 33,78	R\$ 33,78
10620	ORSE	Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestido com material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-95/35-95MM	UN	3,00	R\$ 2,42	R\$ 7,26
00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	2,00	R\$ 10,58	R\$ 21,16
00000404	SINAPI	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO)	M	4,00	R\$ 1,44	R\$ 5,76
655	ORSE	Conector ampacinho tipo VII vermelho / br 444.033-2	UN	1,00	R\$ 8,76	R\$ 8,76
9720	ORSE	Conector cabo-haste em bronze natural para 2 cabos cobre de 16mm ² com grampo "U" e porcas de aço galv.Ref.TEL-580 ou similar	UN	5,00	R\$ 61,55	R\$ 307,75
4634	ORSE	Braço tipo C 15 kv	UN	1,00	R\$ 198,00	R\$ 198,00
CUP 06	PRÓPRIO	MEDIÇÃO TRIFÁSICA EM BAIXA TENSÃO P/ TRANSFORMADOR DE 75 KVA	UN			R\$ 2.778,06
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,00	R\$ 19,70	R\$ 118,20
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,00	R\$ 24,55	R\$ 147,30
39693	SINAPI	CAIXA DE PROTECAO EXTERNA PARA MEDIDOR HOROSAZONAL, DE BAIXA TENSÃO, COM MODULO, EM CHAPA DE ACO	UN	1,00	R\$ 2.512,56	R\$ 2.512,56
CUP 07	PRÓPRIO	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN			R\$ 340,53
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,50	R\$ 24,55	R\$ 36,83
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	R\$ 19,70	R\$ 19,70
3542	ORSE	CRUZETA TIPO "T" 1900	UN	1,00	R\$ 284,00	R\$ 284,00
CUP 08	PRÓPRIO	MURETA P/ QUADRO ELÉTRICO EM ALVENARIA	UN			R\$ 5.274,55



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 - IE 12.224.612-8

88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 17,39	R\$ 695,60
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 22,51	R\$ 900,40
88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 22,35	R\$ 178,80
88238	SINAPI	AJUDANTE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 17,38	R\$ 139,04
88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 22,17	R\$ 177,36
88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 17,94	R\$ 143,52
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 24,61	R\$ 196,88
100301	SINAPI	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	R\$ 19,89	R\$ 159,12
43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	10,00	R\$ 17,00	R\$ 170,00
367	SINAPI	AREA GROSSA	M ²	2,00	R\$ 70,91	R\$ 141,82
32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	50,00	R\$ 8,78	R\$ 439,00
1347	SINAPI	CHAPAPANEL DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA (MADEIRITE PLASTIFICADO) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 x 1100 MM, E = 12 MM	M ²	2,20	R\$ 76,04	R\$ 167,29
7267	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS NA HORIZONTAL, 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	UN	1.000,00	R\$ 0,75	R\$ 750,00
1379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	500,00	R\$ 0,84	R\$ 420,00
2692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA	L	1,00	R\$ 9,33	R\$ 9,33
4720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM)	M ³	1,00	R\$ 94,71	R\$ 94,71
5075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	1,00	R\$ 19,68	R\$ 19,68
38383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	10,00	R\$ 1,86	R\$ 18,60
6085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	20,00	R\$ 10,85	R\$ 217,00
35893	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	20,00	R\$ 11,82	R\$ 236,40

FOLHA N° 20

N° PROC. 201001/2003

Rubrica



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20230700381

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

FOLHA Nº <u>903</u>
Nº PROC. <u>304001/2023</u>
<u>2</u> Rubrica

1. Responsável Técnico
TARCISO CARVALHO SILVA
 Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: 1813646044
 Registro: 18801PI

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS**
AVENIDA AV. GETÚLIO VARGAS
 Complemento:
 Cidade: **SÃO JOÃO DOS PATOS**

CPF/CNPJ: **08.089.688/0001-33**
 Nº: **135**
 Bairro: **CENTRO**
 UF: **MA**
 CEP: **65685008**

Contrato: **Não especificado**
 Valor: **R\$ 7.920,00**
 Ação Institucional: **Outros**

Celebrado em: **01/09/2023**
 Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA GONÇALVES MOREIRA
 Complemento: **ESCOLA MUNICIPAL EDUARDO CORELHO MENDES**
 Cidade: **SÃO JOÃO DOS PATOS**

Bairro: **CENTRO**
 UF: **MA**

Nº: **8/Nº**
 CEP: **65685000**
 Coordenadas Geográficas: **-8.588284, -43.703124**

Data de Início: **01/09/2023**

Previsão de término: **31/12/2023**

Código: **Não Especificado**

Finalidade: **Infraestrutura**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS**

CPF/CNPJ: **08.089.688/0001-33**

4. Atividade Técnica

Atividade	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração 82 - Projeto de instalações > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #11.9.17.1 - AÉREA DE ENERGIA ELÉTRICA	75,00	kVA
16 - Fiscalização 60 - Fiscalização de obra > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #11.9.17.1 - AÉREA DE ENERGIA ELÉTRICA	75,00	kVA

Após a conclusão das atividades técnicas e profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROTEJO E FISCALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE 75 KVA

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.
- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

CLUBE DE ENGENHARIA DO MA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

TARCISO CARVALHO SILVA - CPF: 029.016.913-53

Local _____ de _____ de _____
 data

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - CNPJ: 08.089.688/0001-33

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 88,62** Registrada em: **24/10/2023** Valor pago: **R\$ 88,62** Nosso Número: **8305043207**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ma.atac.com.br/pub/col>, com a chave: 28479
 Impresso em: 25/10/2023 às 06:51:53 por: , ip: 192.168.100.1





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	201
Nº PROC.	301001/2023
<i>[Handwritten signature]</i>	
Kallitica	



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA Nº	205
Nº PROC.	304001/2023
Rúbrica	

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - APRESENTAÇÃO:

O presente memorial é descritivo e tem por finalidade descrever as principais características técnicas do projeto elétrico destinado a implantação de uma subestação aérea trifásica de 75 kVA em poste simples com medição em abrigo e tarifação convencional A4 (Poder Público), de propriedade da Prefeitura Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão e com atividade voltada para a Escola Municipal Eduardo Coêlho Mendes e endereço na Rua Gonçalves Moreira, s/nº, Bairro Centro, CEP 65.665-000, município de São João dos Patos, Estado do Maranhão. O desenvolvimento do projeto se deu em conformidade com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e da concessionária local de distribuição de energia e a leitura deste memorial é obrigatória por parte do responsável pela execução dos serviços, por ser este um complemento do projeto.

2 - ENTRADA DE ENERGIA:

A tomada de energia, para atendimento da nova subestação, será trifásica em condutores 3#2AWG/13,8 kV e derivará de rede de trifásica da concessionária EQUATORIAL a ser construída, conforme croqui de localização. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser de comprovada qualidade, especificados pela ABNT e serem adquiridos de fornecedores cadastrados na EQUATORIAL, com o objetivo único de garantir o perfeito funcionamento, durabilidade, confiabilidade, acabamento e segurança do mesmo e a execução dos trabalhos deverá obedecer aos preceitos da boa técnica e de segurança, critérios estes que prevalecerão em quaisquer casos omissos que possam existir no projeto ou nas especificações dos materiais, de modo a não originar dúvidas que porventura possam existir durante o processo.

3. SUBESTAÇÃO:

As estruturas de derivação e da nova subestação serão do tipo PN3(1). Na cruzeta da subestação serão instalados, para a proteção do sistema contra sobretensão ou descargas atmosférica, 3 (três) para-raios de distribuição, poliméricos sem centelhador, 21 KV, 10 kA, em sistema de neutro aterrado. Na cruzeta de derivação serão instaladas as três chaves fusíveis, classe 25 kV, base C com elos tipo H de 5A. O poste de sustentação do TR será circular com altura de 11 metros e capacidade para 600 daN.

4. TRANSFORMADOR:

A carga total do sistema será atendida através de 01 (um) transformador de distribuição, trifásico, ligação delta-estrela aterrado, tensões primárias 13.800/13.200/12.600 V e tensão secundária 380/220 V, potência nominal 75 kVA, NBR 5440/87, com alças de suspensão, que será protegido por chaves fusíveis desligadoras base C, 100A com elos fusíveis tipo H.

5. CONDUTORES:

De MT (ramal de ligação): será em cabos de alumínio nu sem alma de aço (CA) e bitola 3#2AWG, com tensão nominal de operação de 23,1kV e neutro de interligação em cabo de alumínio 2AWG-CA em uma extensão aproximada de 20 m. De BT (secundário do TR): do secundário do transformador partirão até a caixa



FOLHA N°	208
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

de medição e proteção geral localizada no abrigo de medição e acondicionados em 1 (um) eletroduto do tipo PVC rígido, bitola 4" já existente no local, 4 (quatro) condutores, sendo 1 (um) por fase na cor preta, 1 (um) por fase na cor vermelha, 1 (um) por fase na cor cinza ou branco e 1 (um) para o neutro na cor azul claro, todos com isolamento em XLPE, temp. do condutor 90°C, flexíveis, unipolares, isolamento 0,6/1 kV e bitola 70mm². A partir do disjuntor de proteção geral do sistema, que estará localizado no abrigo de medição, até o quadro de geral de distribuição (QGD) existente no interior ETE, os condutores de BT seguirão – com as mesmas características: 4#70mm² - XLPE – 0,6/1 kV acondicionados em 1 eletroduto do tipo PVC corrugado, bitola 4" na extensão que ficará subterrânea até o QGD. Os condutores de baixa tensão deverão ser marcados, em ambas as extremidades, na mesma seqüência de fases da rede EQUATORIAL, através de anilhas ou fitas plásticas. Serão utilizados nas extremidades dos condutores de baixa tensão conectores do tipo terminal TM para a conexão dos mesmos junto ao transformador, TCs e disjuntores.

6. ABRIGO DE MEDIÇÃO E ENTRADA DE ENERGIA:

O sistema de medição já existentes, é composto por uma caixa de medição do tipo HS para alojamento do medidor, uma caixa de medição do tipo TC-1 para alojamento dos transformadores de corrente e uma caixa para alojamento da proteção geral do sistema, metálica, com dimensões 55x68x25cm e estarão embutidos em abrigo de alvenaria com as tubulações de estrada de energia existentes no local, será instalado somente o poste de sustentação e subestação de 75 kVA.

7. PROTEÇÃO GERAL:

Será instalado um disjuntor trifásico, industrial, do tipo CA, capacidade de interrupção 10 kA, corrente nominal 125A, dimensionado de acordo com a demanda provável do sistema.

8. ATERRAMENTOS:

Para o aterramento do neutro e da carcaça do transformador deverá utilizado cabo de cobre nu, meio duro, 07 fios, bitola 35 mm² e para o aterramento dos para-raios e das partes metálicas da medição deverá utilizado cabo de cobre nu, meio duro, 07 fios, bitola 35 mm². A malha de aterramento deverá ser feita conforme configuração constante no ANEXO XI do ADENDO 02 da NT-01/At de ago/2005 com a utilização de cabo de cobre nu, meio duro, bitola 50 mm² e composta de no mínimo 05 (cinco) hastes do tipo cooperweld 5/8 "x 2400 mm. A resistência máxima de terra não poderá ser superior a 10 ohms em qualquer época do ano descidas dos aterramentos deverão ser interligadas ao nível do solo. O ponto de conexão haste/cabo das malhas de aterramento deverá ser feito através de conector apropriado e também ser acessível à inspeção através da caixa de inspeção existente, em concreto tipo cilíndrica com diâmetro interno nominal de 250 mm e profundidade 400 mm, com tampa de concreto armado e alça retrátil.

9. CAIXAS DE PASSAGEM E INSPEÇÃO:

A caixa de passagem e de inspeção do aterramento serão do tipo em alvenaria com dimensões conforme projeto. A caixa de passagem local

10. DADOS DE CARGA:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS
CNPJ 06.089.668/0001-33 – IE 12.224.612-8

FOLHA Nº	207
Nº PROC.	30.1001/2093
Rubrica	

As cargas a serem instaladas ao sistema serão compostas basicamente de iluminação, tomadas e motores.

11. FATOR DE POTÊNCIA:


Deverão ser tomadas as providências necessárias pelo proprietário para que o fator de potência médio da instalação fique, após a instalação das cargas, dentro dos parâmetros estabelecidos pela EQUATORIAL, ou seja, no mínimo 92 %.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Todas as alterações efetuadas na instalação do sistema, quando de sua execução, em desacordo com o projeto e sem a aquiescência do projetista serão de inteira responsabilidade do proprietário, eximindo-se o autor de qualquer ônus que possam existir pelo fato. Após a energização da subestação, somente poderão dar manutenção preventiva ou corretiva no sistema elétrico da empresa trabalhadores autorizados, conforme item 10.8.7 da NR-10, sendo que os mesmos deverão estar devidamente protegidos através do uso obrigatório de EPIs, dentre os quais se incluem: luvas de borracha para baixa tensão, botinas de eletricitista, uniforme, capacete de eletricitista, óculos de proteção. Deverá ser observado pelo trabalhador autorizado, quando da ocorrência de alguma anormalidade nas instalações elétricas da empresa e que venham a desligar o disjuntor geral da instalação, a posição da alavanca do mesmo, para ter uma noção inicial sobre o que pode ter ocorrido (sobrecarga no sistema, curto-circuito, etc). Quando for necessário efetuar manutenção no sistema elétrico da empresa, cuidar para que apenas ferramentas e equipamentos elétricos compatíveis com a atividade a ser desenvolvida sejam utilizados, conforme item 10.4.3 da NR-10. Todo e qualquer ferramental que possa ser utilizado na manutenção elétrica, deverá estar com as suas condições isolantes em boas condições e com laudos de inspeção e testes atualizados e válidos, conforme item 10.4.3.1 da NR-10. A instalação elétrica, após a sua energização, deverá ser mantida em condições seguras de funcionamento, realizando inspeções periódicas na mesma, conforme item 10.4.4 da NR-10. Realizar inspeções e medições periódicas na malha de aterramento da subestação de energia elétrica (no mínimo 2 vezes ao ano). No caso de se encontrar valores acima de 10 ohms, realizar tratamento do solo ou aumentar o nº de hastas de cobre na malha. Não permitir que os locais dos serviços elétricos, compartimentos e invólucros de equipamentos sejam utilizados para armazenamento de ou guarda de quaisquer outros objetos, conforme item 10.4.4.1 da NR-10



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

OLHA Nº 809
Nº PROC. 060/2023
2
Rubrica Unicef

unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS
PATOS - MA E A EMPRESA
..... PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
IMPLANTAÇÃO DE 01 (UMA) SUBESTAÇÃO
DE 75 KVA NA ESCOLA MUNICIPAL
EDUARDO COELHO MENDES, ZONA
URBANA, PARA ATENDER AS
NECESSIDADES DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, com sede à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr., CPF E C.I. nº SSP/MA e a empresa..... Estabelecida na, adiante denominada Contratada, inscrita no CNPJ sob o n.º, neste ato representado pelo Sr., com fundamento na Lei n.º 8.666, de 21/06/93, no no Edital de PREGÃO ELETRONICO Nº 060/2023 - SRP, firmam o presente Contrato Administração de Empreitada, que passará a vigorar a partir de sua assinatura e será regido pelas cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de conformidade com as especificações e discriminações contidas nos projetos (ANEXO I).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O valor do contrato é de R\$ (..... por extenso.....).

2.2 - O pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com as liberações do órgão financiador da obra e medições realizadas, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da nota fiscal/fatura respectiva, após medição e comprovação dos serviços efetivamente realizados, conforme boletim assinado pelo servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta licitação, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	210
Nº PROC.	321002/2023
Rubrica	

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento da primeira medição só será efetuado com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia do Maranhão (CREA/MA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (CAU/MA), instalação da placa da obra e do Alvará de Construção, expedido pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

PARÁGRAFO SEGUNDA – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA sem a devida comprovação da regularidade exigida na fase de habilitação da licitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da nota fiscal e fatura, tendo a CONTRATANTE aceita a medição respectiva, fica esta obrigada a pagar multa de 0,02% (dois centésimos por cento) ao dia sobre o valor vencido.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco _____, Agência nº _____ e conta nº _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 As despesas para atender ao objeto desta PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerão por conta de recursos próprios, da seguida dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

0205 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

020500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 0003 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

12 361 0003 1002 0000 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

4 4 90 52 00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 500 00 200 001 – MDE

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo máximo previsto para execução e conclusão das obras e serviços, objeto deste Contrato, serão de 02 (dois) meses a ser contado a partir da emissão da Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura.

4.2 - O prazo contratual poderá ser prorrogado, nas seguintes situações:

4.2.1 - A juízo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, através de justificativa fundamentada apresentada pela Contratada;

- Na ocorrência de quaisquer dos motivos, devidamente autuados em processo, citados no parágrafo primeiro, Incisos I a VI, do artigo 57 da Lei 8666/93.

- A eventual reprovação das obras e serviços em qualquer fase de execução, não implicará em



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	211
Nº PROC.	2010021/2009
Rubrica	88

unicef

alterações de prazos, nem eximirá a contratada da penalização das multas contratuais.

– A vigência deste Contrato poderá ser prorrogada, no interesse da CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo.

4.5 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

5.1 - A Contratada assumirá total responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA ou a terceiros, ficando ainda, responsável, na vigência do Contrato, pela guarda e vigilância da área do terreno onde se situa o objeto contratual.

5.2 - A Contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos materiais empregados. Também providenciará a remoção de resíduos, entulhos, etc., decorrentes da movimentação das obras, bem como a recuperação e reconformação de áreas danificadas pelo uso do solo ou jazidas de qualquer natureza. Serão ainda removidas construções e instalações provisórias de qualquer natureza que tenham sido efetuadas pela Contratada.

5.3 - A Contratada não poderá subempreitar parte ou o total dos serviços a ela adjudicados, sem a anuência da Prefeitura Municipal De SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

5.4 - As obras e serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas e especificações dos projetos, obedecendo às condições do Edital, como também deverão atender às normas, especificações e métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

5.41 – Correrá à conta da Contratada a manutenção de placa de obra instalada.

5.5– Por intermédio de processo devidamente instruído serão admitidos decréscimos ou acréscimos de obras/serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, no caso de construção e/ou ampliação; e até o limite de 50% (cinquenta por cento), para acréscimos, também do valor inicial contratado, no caso particular de reforma e/ou adaptação de edificação.

b) Decréscimos de Serviços:

b.1) Se a Contratada já houver adquirido os materiais para aplicação nas obras/serviços, antes da Ordem de Supressão, serão pagos exclusivamente os valores dos materiais pelos preços de aquisição regularmente comprovados, devendo os mesmos serem recolhidos ao almoxarifado da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

b.2) Se a Contratada não se manifestar após a Ordem de Supressão, será deduzido dos pagamentos o valor dos serviços, conforme previsto na Planilha Orçamentária.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	219
Nº PROC.	201001/2003
Rubrica	

unicef

c) Acréscimos de Serviços:

Referem-se a serviços executados a maior, porém constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela Contratada. Neste caso os preços serão aqueles previstos na mesma.

5.6 – A Contratada durante toda a execução do Contrato, deverá:

6.6.1 - Manter um (um) engenheiro como Responsável Técnico da Obra, com poderes de representá-la perante à FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

5.6.1- Permitir e facilitar, a qualquer tempo, os trabalhos da Fiscalização, facultando o livre acesso ao local dos trabalhos, bem como aos depósitos, instalações e documentos pertinentes com o objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

6.1– Serão realizadas medições mensais pela Fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA com o acompanhamento da Contratada, até o dia 10 (dez) de cada mês, as quais compreenderão, integralmente, os serviços realizados no mês imediatamente anterior.

6.2 - Os pagamentos serão feitos diretamente à contratada pela Contratante, mediante a apresentação de notas fiscais/faturas atestadas pela administração, referentes às obras executadas de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO

7.1 – Os preços propostos pela Contratada não serão reajustados.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – A execução das obras e serviços será acompanhada e fiscalizada diretamente pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

8.2 – Caberá à Fiscalização verificar se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os termos de Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como providenciar as medições dos serviços, autorizar substituição de materiais e alterações de projetos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA– DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

9.1 – O recebimento da obra/serviços dar-se-á da seguinte forma:

a) Provisoriamente através da Fiscalização designada para o acompanhamento dos serviços,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 213
Nº PROC. 309005/2023
Rubrica:
unicef

mediante Termo circunstanciado, denominado Termo de Recebimento Provisório de Obra/Serviço, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada indicando que as obras e serviços estão concluídos. A critério da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, o Termo poderá ser lavrado e assinado pelas partes, independente da comunicação da Contratada, desde que a Fiscalização verifique, de fato, a conclusão dos serviços e emita a última medição do objeto contratual.

b) Definitivamente através de Comissão designada pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, mediante Termo circunstanciado, denominado Termo de Recebimento Definitivo de Obra/Serviço, assinado pelas partes em prazo de até 15 (quinze) dias, contados da emissão do Termo Provisório, condicionado, entretanto, à adequação do objeto aos termos contratuais.

9.2 – Recebido o objeto contratual, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Secretaria Municipal de Educação rejeitará no todo ou em parte, as obras e serviços executados em desacordo com os projetos e especificações técnicas do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 – Constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

A lentidão do seu cumprimento, levando a contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, no prazo estipulado;

O atraso injustificado no início dos serviços;

A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à contratante;

A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

O desatendimento das determinações regulares emanadas por servidor ou comissão designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as da autoridade competente;

O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da lei federal nº 8.666/1993;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da contratada;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 214
Nº PROC. 301004/2008

unicef

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudiquem a execução deste contrato;

Descumprimento do disposto no inciso v do art. 27 da lei federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

A supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do inciso II, § 2º do art. 65 da referida Lei;

A suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevista desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nas alíneas "a" a "n" desta cláusula;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a rescisão ocorrer com base nas letras "m" a "q" desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	015
Nº PROC.	30.1001/2023

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - São motivos de inadimplemento e sanções administrativas na execução deste contrato:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor global previsto no Contrato, enquanto perdurar o inadimplemento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além da multa aludida no Parágrafo Primeiro, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, na hipótese de inexecução total ou parcial do Contrato, as seguintes sanções:

advertência;

multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto do contrato, nos casos que ensejarem a sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE;

suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b" da Parágrafo Segundo.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do Parágrafo Segundo poderão, também, ser aplicadas às empresas que, em razão de contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993:

tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1 – As obras e serviços serão executados no regime de Empreitada por SERVIÇO, conforme as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, devendo ser realizada na forma de MEDIÇÕES.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 216
Nº PROC. 301003/2023

2

unicef

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - Além das disciplinadas no Edital e de outras decorrentes do cumprimento de normas regulamentares, são obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limite a sua responsabilidade:

Iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Substituir ou afastar qualquer empregado por recomendação da CONTRATANTE, que comprovadamente causar embaraço a boa execução do objeto contratado;

Comparecer, sempre que solicitada, à sede da CONTRATANTE, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências;

Obedecer as normas e especificações constantes do Edital e seus Anexos e respeitar rigorosamente as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

Manter no local da obra o livro “Diário de Ocorrências”, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante legal e pela fiscalização, que deverá ficar à disposição da fiscalização para anotação de todas as ocorrências;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização nos serviços ou nos materiais e equipamentos empregados;

Indicar formalmente à fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos a contar da assinatura do Contrato, o preposto que, uma vez aceito pela CONTRATANTE, a representará na execução do Contrato.

g.1) O preposto não poderá ser substituído sem prévia anuência da CONTRATANTE;

Permitir o livre exercício da fiscalização a técnicos designados pela CONTRATANTE;

Fazer prova perante a CONTRATANTE, do cumprimento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;

Comparecer em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada contra a CONTRATANTE por empregado da CONTRATADA, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

Fornecer, às suas expensas, os uniformes e materiais de proteção e segurança (equipamentos de proteção individual e coletivo), indispensáveis para a execução dos serviços que assim o exigirem, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	2/7
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	
	unicef

Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços objetivados no presente instrumento;

Assumir a responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados aos seus funcionários e a terceiros por culpa ou dolo.

Receber, conferir, guardar e zelar pelos bens que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, os quais ficarão sob sua responsabilidade até o recebimento do objeto do Contrato;

Assumir toda responsabilidade administrativa, civil e penal sobre danos eventualmente causados aos seus funcionários e por estes a terceiros, por culpa ou dolo;

Responsabilizar-se os custos referentes à aquisição e transporte de materiais e ferramentas necessários a execução dos serviços objeto deste Contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas com transporte, alimentação e todos os outros encargos incidentes sobre a mão-de-obra utilizada para os serviços;

Remover do local dos serviços, as suas expensas, diariamente todos os expurgos provenientes dos serviços que realizar, independentemente da sua composição;

Responder por todos os encargos trabalhistas e previdenciários, bem como a obrigatoriedade na substituição de funcionários de férias ou afastado do serviço por qualquer motivo superior a 02 (dois) dias úteis;

Responsabilizar-se exclusivamente pelos salários, gratificações, encargos previdenciários e trabalhistas dos servidores alocados no Contrato;

Selecionar, recutar e contratar preferencialmente mão-de-obra local para o cumprimento do objeto deste Contrato, em seu nome e sob inteira responsabilidade, observando os princípios da eficiência e legalidade, bem como os requisitos de qualificação, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, tudo em respeito ao que preconiza o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/1993 e fazer prova perante a CONTRATANTE, do cumprimento de todas estas obrigações, decorrentes do presente Contrato, quando exigido;

Registrar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão – CRE/MA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/MA, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa ao objeto deste Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

Planejar previamente os serviços e as atividades programadas para que o trabalho se realize no menor prazo possível;

Remover todo material excedente de escavação, cuidando-se ainda que não seja conduzido para as bocas de lobo, causando seu entupimento (áreas urbanas).

Evitar nas áreas de bota-fora, ou de empréstimos necessários à realização dos dispositivos, lançamentos de materiais de escavação que possam afetar o sistema de drenagem superficial.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	218
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	<i>[Handwritten Signature]</i>

A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

Manter durante a execução do contrato, todas às condições de habilitação exigidas na licitação.

13.2 Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA se obriga a fornecer todo o projeto executivo, em tempo hábil, necessário à execução da obra/serviços, bem com todas as informações e instruções julgadas necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Sem que a elas se limite sua responsabilidade, são as seguintes às obrigações da CONTRATANTE:

Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;

Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto presente Contrato, através de gestor de contrato designado formalmente, sendo preferencialmente um servidor (um) agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração;

Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;

Notificar a CONTRATADA para a reparação, correção, remoção ou substituição, às suas expensas, no todo ou em parte, de situações em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços;

Efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da obra;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Integram ainda o Contrato, guardada a necessária conformidade, complementando o presente para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, obrigando as partes em todos os seus termos:

os documentos de Licitação, bem como a proposta Contratada;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ N° 06.089.668/0001-33

FOLHA N°	2/9
N° PROC.	201001/2023
Rubrica	



a Lei n.º 8.666 de 21/06/93;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO

16.1 – Elegem as partes o Foro da cidade de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, os representantes da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA e da Contratada.

SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, em de de .

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF

CPF



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº 291
Nº PROC. 301001/2023
Rubrica [assinatura]



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO**

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação Pregão Eletrônico nº 060/2023, aberto do Processo Administrativo nº 301001/2023, instaurada pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, que a empresa:

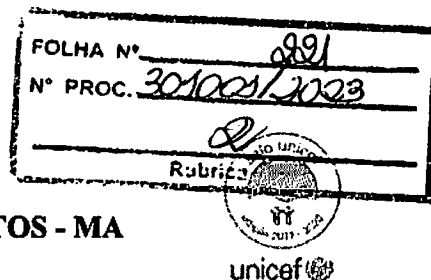
- Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;
- Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 8666/93.
- Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

Cidade (UF). de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO V

DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL

TIMBRE DA EM PRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)


Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do Pregão e os termos constantes no Edital PREGÃO ELETRONICO Nº 060/2023 e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne a apresentação de documentação para fim de habilitação.

Cidade (UF). , ... de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	293
Nº PROC.	302001/2023
Rubrica unicef	
	
unicef	

- 1 - Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
- 2 - A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.
- 3 - Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Cidade (UF). , ... de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ N° 06.089.668/0001-33

FOLHA N°	094
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	

unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 060/2023 - SRP

**ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

TIMBRE DA EM PRES A
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Ao Pregoeiro do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico n° 060/2023, aberto do Processo Administrativo n° 301001/2023, instaurada pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do Pregão Eletrônico n° 060/2023, aberto do Processo Administrativo n° 301001/2023, instaurada pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA.

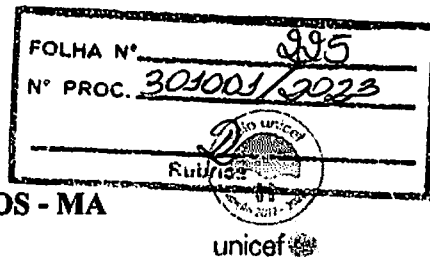
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade (UF). , ... de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

- MICROEMPRESA
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE

..... inscrito no (razão social da empresa) Social da Empresa) CNPJ nº....., endereço, cidade.

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa:, inscrita no CNPJ nº, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?
 SIM NAO

Cidade (UF). , ... de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA N°	296
N° PROC.	301001/2023
Rubrica	
unicef	

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO FAMILIAR

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa).....(nome empresarial da licitante) , inscrita no CNPJ nº: , com sede na (endereço completo) , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) , infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF/MF nº , para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA que impossibilite a participação no referido PREGÃO ELETRONICO Nº 060/2023.

Cidade (UF). , ... de de 2023 .

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	287
Nº PROC.	30001/2023
Rubrica	

unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO X

Modelo Carta Proposta do objeto

(Local e data)

Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA - MA.
Comissão Permanente de Licitações - CPL
Ref.: Pregão ELETRÔNICO nº 060/2023.

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do Pregão ELETRÔNICO em referenda, com os quais estamos plenamente de acordo, apresentamos nossa proposta para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

O valor global de nossa proposta e de R\$ (... extenso), conforme detalhado na Planilha de Quantidades e Preços anexa.

Estamos cientes de que os quantitativos constantes da Planilha de Quantidades e Preços são estimativos, e poderão variar para mais ou para menos, em função das reais necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, observados os limites legais.

14 Nossa proposta e valida por 60 (sessenta) dias a partir da abertura do envelope e, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a comparecer no local, data e horário estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA para a assinatura do Contrato.


Atenciosamente,

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

OBSERVAÇÃO: PREENCHIMENTO OBRIGATORIO COM TODOS OS DADOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	997
Nº PROC.	304001/2023
Rubrica	
	unicel

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENGENHEIRO ELETRICISTA

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023

[*identificação completa do representante da licitante*], representante devidamente constituído da empresa [*identificação completa da licitante*] declara, em atendimento à condição prevista no do Edital da Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO nº 060/2023** que o(a) Sr(a)

_____, portador(a) do CPF(MF) nº

_____ e inscrito(a) no CREA ou CAU/____ sob o nº _____,

ENGENHEIRO ELETRICISTA é o(a) nosso(a) indicado(a) como Responsável Técnico para acompanhar a execução da obra, objeto da licitação em apreço.

Local e data

Assinatura e carimbo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	089
Nº PROC.	20100162003
Rubrica	
unicef	

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADO OS SERVIÇOS

A
APREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023

A empresa, inscrita no CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº. e o Senhor responsável técnico da referida empresa, **DECLARAMOS** conhecer o local a ser executada os serviços seja na sede ou zona rural bem como todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

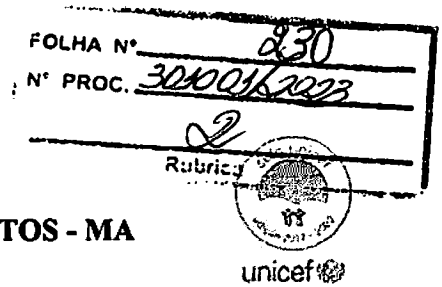
..... (data)

.....
(Representante Legal)

.....
(Engenheiro responsável)
ENGENHEIRO ELETRICISTA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33



PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO XIII

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

A Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, por intermédio do servidor abaixo assinado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, designado pelo autoridade competente, tendo constatado a conclusão da obra/serviço de engenharia de _____, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas na licitação em epígrafe, expede o presente TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, de acordo com o que dispõe a alínea "a" do inciso I do Art. 73 da Lei Federal nº 8666/1993.

SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, ____ de _____ de 2____

servidor responsável pela fiscalização da obra
CREA-MA _____

autoridade competente

XXXXXXXXXXXXXXXXX
representante legal da CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	231
Nº PROC.	321001/2023
Rubrica:	

unicef

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2023 - SRP

ANEXO XIV

MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

A Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, por intermédio do servidor abaixo assinado, designado pela autoridade competente, tendo constatado a conformidade da obra/serviço de engenharia de _____, com as especificações estabelecidas no processo licitatório, expede o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** de acordo com o que dispõe a alínea "b" do inciso I do Art. 73 da Lei Federal nº 8666/1993.

Este Termo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra, nos limites estabelecidos em lei.

SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, ____ de _____ d e 2 ____

servidor responsável pela fiscalização da obra
CREA-MA _____

autoridade competente

XXXXXXXXXX
representante legal da CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
CNPJ Nº 06.089.668/0001-33

FOLHA Nº	930
Nº PROC.	301001/2023
Rubrica	Unicef

Processo Administrativo nº 301001/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2023
TIPO: Menor Preço GLOBAL
DATA: 28/11/2023
ABERTURA: 10:00 HORAS

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS – MA**, localizada a Av. Getúlio Vargas nº 135, Bairro Centro, CEP: 65.665-000, SÃO JOÃO DOS PATOS – MA, torna público, para conhecimento dos Interessados que estará realizando licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRONICO** do tipo **MENOR PREÇO por GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de Implantação de 01 (uma) subestação de 75 kVA na Escola Municipal Eduardo Coelho Mendes, zona urbana, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais e subsidiariamente à Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e as condições do EDITAL à realizar-se às 10:00 horas do dia 28 de novembro de 2023.

A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site <http://www.comprassaojoaodospatosma.com.br> no dia e horário marcados. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <http://www.comprassaojoaodospatosma.com.br> no Portal de Transparência do Município no endereço: <https://saojoaodospatos.ma.gov.br/transparencia/> e também poderá ser consultado e obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 às 13:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplsjpma@gmail.com. Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e ainda pelo telefone: 99 98421-9518.

São João dos Patos - MA, 10 de novembro de 2023.

Francisco Eduardo da Veiga Lopes
Pregoeiro do Município